



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
CENTRO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO SOCIOAMBIENTAL - CEPESA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS - PPGCA**

**A RELAÇÃO MULHER-NATUREZA NA COMUNIDADE DE
REMANESCENTES DO QUILOMBO DE FOJO, ITACARÉ –
BA**

MARIA EDINALVA DE OLIVEIRA CARMO

ITAPETINGA – BA – BRASIL

2016

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

A Relação Mulher-Natureza Na Comunidade De Remanescente
Do Quilombo De Fojo, Itacaré – Ba

Autor: Maria Edinalva De Oliveira Carmo
Orientadora: Maria de Fátima de Andrade Ferreira
Coorientador: José Valdir Jesus de Santana

“Dissertação apresentada como parte das exigências para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Área de concentração: “Meio Ambiente e Desenvolvimento”

Itapetinga
Bahia
Março – 2016

305.48

Carmo, Maria Ednalva de Oliveira.

C285e

A relação mulher-natureza na comunidade de remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré-Ba. / Maria Ednalva de Oliveira Carmo. – Itapetinga-BA: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

190 fl.

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus de Itapetinga, BA. Área de Pesquisa, Responsabilidade Social, Diversidade, Ética e Direitos Humanos. Sob a orientação da Prof^ª. D. Sc. Maria de Fátima de Andrade Ferreira.

1. Mulher quilombola – Relação com a natureza. 2. Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo – Itacaré, Ba. 3. Mulheres – Comunidade quilombola – Sustentabilidade ambiental. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. II. Ferreira, Maria de Fátima de Andrade. III. Título.

CDD(21): 305.48

Catálogo na fonte:

Cláudia Aparecida de Souza – CRB/5-1014
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para Desdobramento por Assunto:

1. Mulher quilombola
2. Mulher x Natureza : Comunidade quilombola
3. Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo :Itacaré,Ba
4. Sustentabilidade ambiental

MARIA EDINALVA DE OLIVEIRA CARMO

**A RELAÇÃO MULHER-NATUREZA NA COMUNIDADE DE REMANESCENTE
DO QUILOMBO DE FOJO, ITACARÉ - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Itapetinga, BA. Área de concentração: Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Aprovada em: 31/03/2016

BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. Maria de Fátima de Andrade Ferreira (Orientadora/UESB)



Profª. Drª. Alda Muniz Pêpe (UFBA)



Profª. Drª. Marília Flores Seixas de Oliveira (UESB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus que além de ser o responsável pela minha existência, é o meu grande amigo e parceiro de todas as horas. Sem Ele, nada tenho, nada sou.

À Professora Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira, que foi mais do que minha orientadora, foi uma grande amiga. Obrigada por todas as orientações, sabiamente dadas, pelo carinho, dedicação e incentivo durante o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus pais Julia de Oliveira Carmo e Domingos Francisco do Carmo (*in memorian*), por ter a certeza de que estiveram sempre ao meu lado dando-me forças para continuar. Aos meus irmãos, pelo apoio e compreensão nos momentos de minhas ausências.

À minha colega de Mestrado Josenita da Silva Marinho que foi minha grande parceira nesses dois anos de estudo.

Aos meus colegas de trabalho Augusto Araújo Santos e Fernando Landulfo da Silva Pereira que me acompanharam em visita à comunidade e me ajudaram a compreendê-la melhor.

A todos os professores e colegas do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais.

A todos que acreditaram em mim.

SUMÁRIO

Página

PARTE I

1 INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO MULHER-NATUREZA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DQUILOMBO DE FOJO, ITACARÉ – BA.....	1
1.1 Principais Conceitos e Definições da Pesquisa.....	5
1.1.1 Território, Territorialidade, Espaço.....	5
1.1.2 Comunidade e Quilombo.....	7
1.1.3 Espaço de Trabalho, Cultura e Identidade.....	9
1.1.4 Preconceito, Discriminação e Racismo.....	11
1.1.5 Gênero, Mulheres Quilombolas e Etnoconhecimento.....	12
1.1.6 Meio Ambiente, Educação e Sustentabilidade	13

PARTE II

2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 População Negra e Afrodescendente no Brasil	17
2.1.1 Quilombos: formação, território, população, identidade e cultura.....	17
2.1.2 Territórios de Identidade na Bahia.....	21
2.1.3 Movimento Negro Brasileiro e na Bahia: algumas considerações históricas.....	25
2.1.3.1 Contextualização Histórica dos Movimentos Negros na Bahia.....	27
2.1.4. Comunidades Quilombolas no Brasil: aspecto legal.....	29

2.1.4.1 Processo de Regularização das Terras Quilombolas no Território Brasileiro.....	32
2.1.4.2 Organização Cotidiana das Comunidades Quilombolas.....	35
2.1.4.2.1 As mulheres negras e as desigualdades sociais na Sociedade Brasileira.....	35
2.1.5 Comunidades Remanescentes Quilombolas na Bahia.....	38
2.1.6 Comunidades Tradicionais e a Mulher Quilombola: uma questão de gênero e sustentabilidade socioambiental.....	41
2.1.7 Políticas Públicas sobre a Valorização da Mulher e o Combate às Desigualdades de Gênero.....	43
2.1.7.1 Relações de Gênero: uma abordagem sobre ocupação, trabalho e cultura.....	46
2.1.7.2 Educação Ambiental e Sustentabilidade nas Comunidades Quilombolas.....	50
2.1.8 O papel da mulher na sociedade e suas contribuições à comunidade e a família: uma discussão.....	53
2.2 Saberes Tradicionais, Educação e Sustentabilidade Ambiental.....	55
PARTE III	
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	60
3.1 Métodos e Técnicas utilizadas na Pesquisa.....	64
3.2 Coleta Análise e Tratamento de dados da Pesquisa.....	65
3.3 Contextualização da Pesquisa.....	67
3.3.1 O Território Litoral Sul da Bahia.....	67
3.3.2 A cidade de Itacaré – BA: território, ocupação, identidade e cultura.....	68
3.4 Resultados e discussão da pesquisa na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA.....	75
3.4.1 Área da Pesquisa – A Comunidade Remanescente de Quilombo de Fojo, Litoral Sul, Itacaré – BA.....	75
3.4.2 Território da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré –	81

BA...	
3.5 Caracterização da Comunidade Quilombola do Fojo: espaço, formação e modos de vida social, econômica e cultural.....	82
3.6 Moradores da Comunidade de Fojo, Itacaré, BA	89
3.6.1 A Associação de moradores da Comunidade Quilombola de Fojo, Itacaré – BA.....	107
3.6.2 Organização da Comunidade e dos espaços de convivência entre homens e mulheres.....	112
3.6.3 O lugar da mulher na Comunidade Quilombola do Fojo, Itacaré – BA.....	120
3.6.4 Trabalho, Cultura e Ocupação de Gênero: um olhar sobre as mulheres do Território Quilombolas do Fojo, Itacaré – BA.....	127
3.7 Relação Mulher - Homem Quilombola - Comunidade de Fojo – Natureza....	142
3.8 Formas de construção do conhecimento/saberes da mulher quilombola sobre a natureza na comunidade de Fojo, Itacaré, BA.....	145
PARTE IV	
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	169
ANEXOS.....	153
Anexo I – Roteiro de Entrevistas às Mulheres da Comunidade Remanescente do Quilombola de Fojo – Itacaré – BA.....	164
Anexo II – Roteiro de entrevista aos Moradores da Comunidade Remanescente do Quilombola de Fojo – Itacaré – BA.....	165
Anexo III – Roteiro de Entrevistas aos Moradores Homens da Comunidade Remanescente do Quilombola de Fojo – Itacaré – BA.....	169

LISTA DE TABELAS

Página

Tabela 01 – Perfil dos Moradores de Fojo: Idade e Sexo, 2015.....	100
Tabela 02 – Sexo e Idade, 2015.....	130
Tabela 03 – Nível de escolaridade, 2015.....	120
Tabela 04 – O papel e as contribuições da mulher na Comunidade de Fojo, 2015.....	124
Tabela 05 – Há quanto tempo mora na Comunidade, 2015.....	129
Tabela 06: Você gosta de morar na Comunidade? – 2015.....	130
Tabela 07 - Relação Mulher Quilombola-Comunidade-Natureza: percepção ambiental, cidadania e sustentabilidade, 2015.....	133
Tabela 08 – Saberes/Conhecimentos Socioambientais na Comunidade: Utilização de produtos da natureza na vida das mulheres e homens quilombolas, 2015.....	138
Tabela 09 - Relação Mulher Quilombola-Comunidade-Natureza: percepção ambiental, cidadania e sustentabilidade, 2015	143
Tabela 10 - Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade? 2015.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Territórios de Identidade do Estado da Bahia – 2010.....	23
Quadro 2: Percepção dos homens sobre o papel e contribuições da mulher na Comunidade do Fojo, 2015.....	122
Quadro 3 – O que mais gosta de fazer as mulheres e os homens quilombolas na Comunidade de Fojo, 2015.....	123
Quadro 4: O Homem de Fojo acha importante o trabalho das mulheres na Comunidade? – 2015.....	125
Quadro 5: O que mais gosta na comunidade?.....	131
Quadro 6: Relação mulher-homem quilombola-comunidade de Fojo - Natureza, 2015.....	134
Quadro 7: Mulher – Homem quilombola de Fojo e suas justificativas sobre a utilização de produtos da natureza na sua comunidade/vida, 2015.....	138
Quadro 8 – O que é a natureza para o homem e a mulher da Comunidade Quilombola de Fojo?.....	144
Quadro 9: Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade? 2015.....	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.....	22
Figura 02 – Comunidades e Territórios Quilombolas Auto Identificados da Bahia...	39
Figura 03 – Mapa dos Municípios do Território do Litoral Sul.....	67
Figura 04 – Mapa da cidade de Itacaré-BA.....	69
Figura 05 – Localização do município de Itacaré no mapa da Bahia.....	69
Figura 06 – Localização do município de Itacaré.....	69
Figura 07 – Quadro de Figuras antigas da cidade de Itacaré.....	70
Figura 08 – Estrada Parque da Serra Ilhéus-Itacaré.....	71
Figura 09 – Cidade de Itacaré atual.....	71
Figura 10 – Vista panorâmica da cidade de Itacaré atual.....	72
Figura 11 – Bares e restaurantes no centro da cidade.....	72
Figura 12 – As famosas ondas de Itacaré.....	73
Figura 13 – Cachoeira de Itacaré	73
Figura 14 – Praias de Itacaré.....	73
Figura 15 – Mulheres quilombolas, moradoras da cidade de Itacaré – BA.....	74
Figura 16 – Entrada Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, 2015.....	77
Figura 17 – A escola e a Igreja Evangélica da Comunidade de Fojo, Itacaré, BA.....	78
Figura 18 – Área desmatada e queimada.....	79
Figura 19 – Território Quilombola de Itacaré.....	82

Figura 20 – A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Comunidade de Fojo, setembro de 2015.....	83
Figura 21 – Escola São Roque II–Entrada	84
Figura 22 – Parte interna da Escola São Roque II.....	84
Figura 23 – Ensaio do Coral Vaso de Bênção.....	86
Figura 24 – Crianças quilombolas do Fojo em frente à igreja.....	87
Figura 25 – Abertura mecânica de tanque.....	87
Figura 26 – Tanque com peixes.....	87
Figura 27 – Queimada na Comunidade do Fojo.....	88
Figura 28 –Esgoto correndo a céu aberto.....	88
Figura 29 – Casa de alvenaria ainda em construção.....	96
Figura 30 – Moradias com estrutura de madeira e telhado de telhas amianto.....	96
Figura 31 – Casacom antena parabólica.....	96
Figura 32 – Casa com TV a cabo.....	96
Figura 33 – Moradiascom estrutura de madeira e telhado de telhas amianto.....	96
Figura 34 – Casaem construção abandonada.....	97
Figura 35 – Casaem fase de conclusão.....	97
Figura 36 – Campo de futebol do Fojo.....	101
Figura 37 – Rio de Contas, Fojo.....	102
Figura 38 – Casa em fase de conclusão, construída às margens do Rio de Contas, Território do Fojo, 2015.....	103
Figura 39 – Tanque feito manualmente para a criação de peixes de água doce.....	103
Figura 40 – Rio Fojo.....	104

Figura 41 – Pequeno riacho que corre na comunidade de Fojo.....	104
Figura 42 – Plantação de banana.....	104
Figura 43 – Plantação de coco.....	104
Figura 44 – Plantação associada de cacau, mandioca, banana, dendê e pupunha.....	105
Figura 45 – Plantação de cana de açúcar.....	105
Figura 46 – Plantação de mandioca.....	105
Figura 47 – Plantação de cacau.....	106
Figura 48 – Sobras da colheita espalhadas pelo solo (fonte de fitosanidades)	106
Figura 49 – Criação de galinhas.....	107
Figura 50 – Sede da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo.....	107
Figura 51 – Reunião da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo.....	108
Figura 52 – Área externa do prédio onde funcionam as reuniões da Associação do funciona as reuniões da Associação do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA.....	109
Figura 53 – Parte interna do prédio da Associação do funciona as reuniões da Associação do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA.....	109
Figura 54 – Homens da Comunidade do Quilombo de Fojo.....	115
Figura 55 – Fabrico da farinha de mandioca.....	116
Figura 56 – Homens e mulheres juntos na colheita limpeza da mandioca.....	116
Figura 57 – Mulheres do Coral no fabrico da farinha de mandioca	116
Figura 58 – O líder da comunidade de Fojo e moradores raspando a mandioca.....	116
Figura 59 – Homens carregando o animal para transportar a mandioca até a casa de farinha.....	117
Figura 60 – Casa de farinha.....	118

Figura 61 –Cocho onde são colocadas as mandiocas.....	118
Figura 62 – O triturador da mandioca.....	118
Figura 63 – Transformação da mandioca em massa.....	118
Figura 64 – A massa da mandioca.....	118
Figura 65 – Construção de tanques para criação de peixes.....	119
Figura 66 –B, Tanque para criação peixes pronto.....	119
Figura 67 – Homem preparando a madeira para construir móveis.....	119
Figura 68 – Mulher Quilombola de Fojo com duas filhas, de idades diferentes – a maior ocupa-se de cuidar da menor.....	127
Figura 69 – A mulher quilombola mais velha da Comunidade de Fojo e mãe do líder – aos 85 anos de idade.....	127
Figura 70 – Menina mais velha cuidando dos irmãos mais novos.....	128
Figura 71 – Crianças brincando na Comunidade de Fojo, 2015.....	128
Figura 72 - MulherQuilombola da Comunidade de Fojo voltando do rio para sua casa com pratos lavados.....	137
Figura 73 – Mulheres participando da reunião da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo.....	141
Figura 74 – Diretoria da Associação do Desenvolvimento do quilombo de Fojo.....	142
Figura 75 – Homens trabalhando na construção de tanques.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Quantidade de pessoas por família na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA – 2015.....	105
Gráfico 02: Sobre Gênero: Quantidade de homens e mulheres na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA – 2015.....	106
Gráfico 03: Sobre Gênero: Quantidade de homens e mulheres por família no Fojo, Itacaré – BA, 2015.....	106
Gráfico 04: Há quanto tempo esta família pertence à Comunidade de Fojo?.....	107
Gráfico 05: Pertencimento do homem-mulher quilombola (morador) ao Núcleo Familiar no Território de Fojo, 2015.....	109
Gráfico 06: Tempo de pertencimento do homem-mulher quilombola (morador) ao Núcleo Familiar no Território de Fojo, 2015.....	110
Gráfico 07: Por que escolheu esta comunidade para morar?.....	113
Gráfico 08: Perfil dos moradores – Idade.....	116
Gráfico 09: Mulheres da comunidade que trabalham.....	128
Gráfico 10: Onde trabalham.....	129

RESUMO

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira. **A relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré - BA. Itapetinga, BA: UESB, 2016. 185 p.** (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais, Linha de pesquisa Responsabilidade Social, Diversidade, Ética e Direitos Humanos).

A presente dissertação investigou a relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré - BA, tendo como finalidade analisar a relação entre mulheres e natureza, bem como, identificar aspectos do papel e liderança da mulher nesse grupo específico que reside na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, suas ações e práticas sociais e culturais, manifestações e entrelaçamentos de relações, formas de construção de conhecimentos/saberes (etnoconhecimento) sobre a relação ser humano-natureza e observou se, suas práticas permitem (ou não) sustentabilidade ambiental e equidade social. A opção metodológica de acordo com o tema foi pela abordagem descritiva e análise qualitativa com apoio da quantitativa, tendo como sujeitos da pesquisa, mulheres e homens da comunidade quilombola de Fojo, buscando apoio de referenciais que dedicam estudos sobre relações de gênero e meio ambiente e destacam a importância do papel da mulher na organização cotidiana das comunidades tradicionais, as populações remanescentes de quilombos. Para atender aos objetivos da pesquisa fez-se uso da observação direta, registros fotográficos, roteiro de entrevista semiestruturada e conversas formais e informais com mulheres e homens, sujeitos da pesquisa. Os moradores, conforme análise documental, são considerados remanescentes da comunidade do quilombo de Fojo, portanto, um grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida pela população negra e seus afrodescendentes durante o processo de escravização e colonização da população, além da questão da consciência da identidade coletiva. Podemos considerar que a relação mulher-natureza, ao que tudo indica, está vinculada a uma dependência material na produção do seu sustento, de sua família e comunidade, não havendo ainda a realização de práticas sustentáveis, voltadas para preservação e cuidado com o meio ambiente em que vivem e o papel da mulher nessa comunidade é o de ser esposa, mãe, dona de casa e, em sua maioria, ajudante do marido nas tarefas da roça, e, assim, a tradição africana se mantém na comunidade negra. As decisões internas ficam sob a responsabilidade dos homens, participam de reuniões da associação da comunidade, porém, sem autonomia para tomar decisões, apesar de buscar espaço nessa direção.

Palavras-chaves: Meio ambiente, Relação Mulher-Natureza, Mulher Quilombola, Sustentabilidade.

ABSTRACT

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira. The woman-nature relationship in the Quilombo of Fojo's RemnantCommunity, Itacaré – BA. Itapetinga, BA: UESB, 2016. 185 p. (Dissertation - Master in Environmental Sciences, Research line Social Responsibility, Diversity, Ethics and Human Rights).

This study has investigated the woman-nature relationship in the Quilombo of Fojo's RemnantCommunity, Itacaré-BA, with the purpose of analyzing the relationship between women and nature, as well as identifying aspects of the woman's role and leadership in this specific group which lies in the Quilombo of Fojo'sRemnant Community, their social and cultural actions and practices, manifestations and relationship network, ways of building knowledge/learning (ethnoknowledge) about the human-nature relationship and noted if their practices allow (or not) environmental sustainability and social equity. This methodological option according to the theme was the descriptive approach and qualitative analysis with the quantitative support, having as the research subjects, women and men from the Quilombo of Fojo's community, seeking support of references that dedicate studies about gender and environment relationships and highlight the importance of women's role in the daily organization of traditional communities, the remaining population of quilombos. In order to meet the research goals it has been made use of direct observation, photographic records, semi-structured interview script and both formal and informal conversations with women and men, the research subjects. The residents, according to documentary analysis, are considered remnants of Quilombo of Fojo's community, therefore, an ethnic-racial group, according to self-assignment standards, with particular historical path, endowed with specific territorial relations, with presumption of black ancestry related to resistance to the historical oppression suffered by the black population and its Afro-descendants during the process of enslavement and colonization of the population, besides the issue of collective identity consciousness. We can consider that the woman-nation relationship, as it seems, is linked to a material dependence in the production of their living, of their family and community, not existing yet the execution of sustainable practices, aimed at preservation and care of the environment in which they live and the women's role in this community to be a housewife, mother and, in their majority, their husband's helper in the countryside activities, and thus the Africa tradition remains in the black community. Intern decisions are under the men's responsibility, they participate in the community's association meetings, but with no autonomy to make decisions, despite pursuing space in this direction.

Keywords: Environment, Woman-Nature Relationship, Women's role, Sustainability.

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação retrata “A relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA”. Optou pela abordagem descritiva de cunho etnográfico para estudar a relação das mulheres da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA com o meio ambiente, para identificar as formas de construção de conhecimentos/saberes (etnoconhecimento) desses sujeitos sobre o desenvolvimento e relação ser humano-natureza, observando se suas práticas permitem (ou não) a sustentabilidade ambiental e equidade social na comunidade.

Para tanto, o estudo considerou as formas de interação entre os sujeitos da pesquisa, mulheres da comunidade quilombola investigada com o meio ambiente e suas contribuições ambientais (ou não) à comunidade onde vivem.

Nesse sentido, identificar as contribuições (ou não) das mulheres na mudança de comportamento, valores e tomadas de decisão na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, referente à relação da mulher e o meio ambiente.

A dissertação constitui-se de quatro partes. Parte I, da Introdução, apresenta o tema, objeto do estudo, a justificativa, a problemática, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa. Portanto, foi alcançado o objetivo com a realização deste estudo sobre a relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA.

A Parte II trata da fundamentação teórica da pesquisa, ao estabelecer os conceitos a serem utilizados como base para discutir e analisar temáticas como as relações sociais e culturais entre mulheres e homens, de representações de gênero e meio ambiente (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005; LOURO, 2011; SCOTT, 1989), Meio Ambiente, Educação Ambiental, (BOFF, 2012; LEFF, 2007; LOUREIRO, 2008; GADOTTI, 2005; FRIGOTO, 2004), as populações quilombolas (BRASIL, 2003, 1988; O'DWYER, 2002), dentre outros.

A Parte III refere-se à metodologia da pesquisa e aborda questões levantadas nas diferentes fases da coleta, tratamento e análise de dados, quantitativos e qualitativos, e fazemos também a descrição dos resultados e discussão da pesquisa.

A Parte IV apresenta a conclusão e as considerações finais da pesquisa, bem como, estabelece a importância da relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do

Quilombo de Fojo e no entendimento desse estudo, coloca em evidência a necessidade de mudança de comportamento e de participação, no que diz respeito à relação mulher-natureza por parte dos sujeitos da pesquisa.

Historicamente, o gênero representa uma dimensão importante na construção social das comunidades quilombolas, que também é construído na estruturação das desigualdades entre mulheres e homens do Fojo como outras categorias como raça, etnia, e, utilizado como critério para definir papéis, posições, lugares para homens e mulheres na estrutura social e cultural das comunidades, inclusive, das comunidades de remanescentes de quilombos.

Do mesmo modo, resta evidente que a relação mulher-natureza nessa comunidade é uma construção, que tem uma trajetória histórica própria, dotado de relações espaciais específicas, relacionado à opressão e às condições sociais e culturais históricas de sua ancestralidade.

PARTE I

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A RELAÇÃO MULHER- NATUREZA NA COMUNIDADE DE REMANESCENTE DO QUILOMBO DE FOJO, ITACARÉ - BA

A experiência científica é assim uma razão confirmada. [...] Qualquer que seja o ponto de partida da atividade científica, esta atividade não pode convencer plenamente senão deixando o domínio de base: se ela experimenta, é preciso raciocinar; se ela raciocina, é preciso experimentar.

Bachelard, 2000

1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA, na linha de pesquisa “Sustentabilidade Socioambiental e Educacional”, do Programa de Mestrado em Ciências Ambientais, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Itapetinga – BA, com o objetivo de identificar a construção de conhecimentos/saberes entre os sujeitos sobre a relação ser humano/natureza, em especial, a referência mulher quilombola – natureza, observando de que modo esses conceitos contribuem (ou não) para a educação e sustentabilidade ambiental da comunidade quilombola de Fojo, Município de Itacaré – BA.

A relação mulher – natureza tem sido objeto de estudos e pesquisas que tratam de categorias como gênero, meio ambiente, natureza, sustentabilidade e, também, sobre a organização do trabalho e cultura dessa população e sua participação no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental e da equidade social.

A história da população negra e afrodescendente no Brasil demonstram que, apesar das melhorias políticas, educacionais e sociais, percebe-se que a desigualdade racial segue reproduzindo-se, ainda que em novas formas de manifestações de preconceitos, racismo e exclusão escolar e social, na política, no acesso e permanência na Universidade, dentre outros espaços da sociedade brasileira.

A escravidão da população negra no Brasil teve o seu início no século XVI, um processo cruel em que milhões de homens e mulheres foram arrancados à força do Continente Africano para trabalhar na lavoura, na criação de animais, no trabalho urbano nas cidades, onde algumas mulheres trabalhavam na casa grande como arrumadeiras, cozinheiras, babás e, muitas vezes, eram submetidas a servir aos desejos sexuais dos senhores (FREYRE, 1987; PRIORE, 2009).

Estudos dedicados às relações sociais e culturais entre mulheres e homens e de representações de gênero (ABRAMOVAY, 2005; LOURO, 2011; SCOTT, 1989) destacam a importância do papel da mulher na organização cotidiana das comunidades onde vivem e, em especial, das comunidades tradicionais, destacando-se aqui, as populações quilombolas (SILVA, 2013; O'DWYER, 2002).

A exclusão das mulheres e das negras em particular, na política, nos espaços de poder, dentre outros, é fato presente, apesar das transformações tanto em relação às questões antes silenciadas, quanto à forma com que estas passaram a ser apresentadas por diferentes grupos sociais.

Bourdieu (1999), em sua obra sobre “A Dominação Masculina”, fala da exclusão das mulheres das coisas sérias, dos assuntos públicos e, principalmente, dos econômicos nas famílias e sociedades, destacando a relação de desigualdades entre homens e mulheres.

Nas comunidades tradicionais e, em especial, nas comunidades quilombolas, as mulheres, conforme pesquisas (O'DWYER, 2002 e outros) exercem papéis de liderança e de destaque em seus grupos de pertencimento. São coordenadoras e presidentes de Associações de Moradores, comandam lutas pelo reconhecimento, e, também, assumem o papel de dirigentes destas comunidades. Desta forma, é determinada a condição de agentes facilitadoras de um processo de construção de uma comunidade sustentável.

Contudo, o papel da mulher, como relatam as pesquisas sobre o tema (BONETTI e QUERINO, 2009; ROSA, 2009; IPEA, 2011; SEPPPIR, 2010) encontra sérias limitações na sociedade brasileira e, inclusive, no território das comunidades quilombolas, visto que sua relação com a natureza está vinculada a uma dependência material na produção do seu sustento, de sua família e de sua comunidade.

Desta forma, esta relação homem – natureza - trabalho e, especificamente, mulher-natureza - trabalho, também resulta na destruição das fontes naturais, estabelecendo mudanças e transformações do ambiente natural, como rios, matas, mar, terra, através das quais estas mulheres mantêm a sua sobrevivência.

Gadotti (2000, p. 58-59), ao tratar da “Pedagogia da Terra”, afirma que a organização de estruturas econômicas e sociais são sustentáveis quando há equidade e atenção às bases econômicas das sociedades. Segundo o referido autor, da forma como estas estruturas se apresentam, são sustentáveis apenas de modo condicional, pois se definem como sociedade capitalista com as restrições do lucro, da competitividade e outras características inerentes a este contexto organizacional.

Por outro lado, verifica-se que, apesar das políticas públicas criadas e/ou implementadas nos últimos anos com a finalidade de valorização da mulher e no combate às desigualdades entre gêneros, a submissão da mulher é fato, pois ainda não se alcançou os objetivos pretendidos, como por exemplo, a equidade de gênero na sociedade, a equiparação salarial, o fim da violência contra as mulheres, dentre outras questões.

Além disso, as sérias limitações no território rural como, por exemplo, a ausência de estradas acessíveis e de boa qualidade para o transporte motorizado, visando ao escoamento da produção, ausência de pontes seguras nos rios que cortam essas comunidades, água potável, a falta de assistência técnica aos produtores rurais, a ausência de emprego remunerado no campo e nas zonas urbanas vizinhas da maioria das comunidades quilombolas, interferem de forma decisiva na qualidade de vida da população destas comunidades.

Nesse sentido, os constantes e crescentes agravos ambientais que se têm presenciado, fazem a educação ambiental assumir um papel cada vez mais relevante no processo de transformação dos indivíduos como corresponsáveis pela promoção de um novo tipo de desenvolvimento - o sustentável.

Nesse contexto, o acesso à informação representa a possibilidade de garantir o desenvolvimento da consciência ambiental da população, podendo motivar e sensibilizar para a importância de transformar as variadas formas de participação na defesa da qualidade de vida, na preservação ambiental e com processos de trabalho, com vistas a um melhor desempenho dos cidadãos em suas comunidades.

Desse modo, o papel que a mulher exerce nas comunidades quilombolas é fundamental, tanto para a sua sobrevivência e subsistência, quanto para a preservação dos saberes tradicionais e para a manutenção das tradições culturais.

Essas questões foram importantes na tomada de decisão sobre a escolha do tema desta dissertação de mestrado, inclusive por ser a pesquisadora, neta de escravos e, esse processo revela as intenções e o desejo de aprofundar conhecimentos/saberes acerca do papel da mulher em Comunidades Remanescentes de Quilombos, buscando analisar de que modo ela interfere (ou não) nas mudanças de atitudes, comportamentos, dentre outras variáveis que se tornaram importantes para a análise da comunidade de Fojo.

Do mesmo modo, a pesquisa buscou identificar quais as contribuições da população de remanescentes de quilombo para a consolidação da sustentabilidade ambiental e da equidade social nos ambientes de vida, considerando-se que, para garantir a atuação no processo de educação ambiental deverá disseminar valores e atitudes, como por exemplo, de solidariedade, igualdade e respeito às diferenças, ações ambientais e sustentáveis do meio ambiente, através de práticas coletivas, interativas e dialógicas.

A partir dessa compreensão, a pesquisa investigou de que modo as mulheres quilombolas têm contribuído (ou não) para a construção de uma comunidade quilombola ambientalmente sustentável na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA e o que dizem/falam esses sujeitos sobre meio ambiente?

Para tanto, a pesquisa analisou o que dizem/falam as mulheres da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA sobre o meio ambiente, objetivando identificar as formas de construção de conhecimentos/saberes (etnoconhecimento) desses sujeitos sobre o desenvolvimento e relação ser humano-natureza; observando se suas práticas permitem (ou não), sustentabilidade ambiental e equidade social na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA.

Ao considerar o objetivo geral da pesquisa, os desdobramentos são os seguintes: (a) identificar formas de relação que as mulheres da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo constroem com o meio ambiente; (b) analisar o papel que as mulheres desempenham na comunidade quilombola investigada, observando nos seus discursos e, por meio de aplicação de formulários fechados e abertos, suas funções, formas de relacionamento e poder e o impacto desses processos no meio ambiente local (c) identificar as contribuições (ou não) das mulheres na mudança de comportamento, valores e tomadas de decisão na Comunidade Quilombola de Fojo, Itacaré, BA sobre meio ambiente e gênero.

1.1 Principais Conceitos e Definições da Pesquisa

Para responder aos objetivos pretendidos pela pesquisa é indispensável apresentar conceitos, concepções e definições dotados de coerência e de operacionalidade para tratar do objeto de preocupação desta pesquisa.

Assim, foram apresentados os principais conceitos-chave, categorias de análise da pesquisa e necessários ao entendimento sobre “A relação mulher-natureza na Comunidade remanescente do Quilombo de FojoItacaré – BA”, a saber:

1.1.1 Território, Territorialidade, Espaço

Território é entendido nesta pesquisa, como espaço geográfico, cultural e social, caracterizado pelas manifestações de poder, forças e fraquezas, ações e práticas sociais e culturais, paixões, entendimentos e desentendimentos, relações de gênero, sexualidades, histórias de vida e social, tramas, entrelaçamento de relações.

E, territorialidade significa a apropriação do território, sua demarcação, identificação e reconhecimento pelo grupo ou pessoa que o habita, como define Andrade (1993), e, portanto, concebido como espaço geográfico de apropriação identitária, onde uma comunidade ou

grupo social troca saberes culturais e tem consciência de sua participação e sentimento de pertencimento.

Para Santos (2007), o território é uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, formado de lugares múltiplos e contínuos e funciona através de horizontalidades, isto é, lugares reunidos por uma continuidade territorial, lugares vizinhos e, de verticalidades, ou seja, constituído por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais e culturais.

Ou ainda, como afirma Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, pois ao se apropriar do espaço, o indivíduo realiza ações, mudanças e transformações, territorializa o espaço, realiza a demarcação de linhas, limites e fronteiras, elabora normas políticas e administrativas, deixa marcas culturais e de pertencimento local.

Desse modo, o território é um espaço geográfico que está sobre o domínio de um indivíduo ou coletividade, e que, está diretamente relacionado com a ideia de poder, de controle, de gerenciamento.

Segundo Gallois (2005, p. 14):

“O espaço pode ser o ponto de partida para pensar o território, enquanto suporte físico que é territorializado: relações são estabelecidas, criando limites e canais de comunicação, proximidades e distâncias, interdições, fronteiras seletivamente permeáveis conforme a lógica territorial do grupo que territorializa uma dada porção de espaço. As relações de apropriação do espaço são aspecto central nesse tipo de abordagem. Levam a considerar as articulações entre as diversas possibilidades de relações de apropriação do espaço com a organização sociopolítica de um grupo, a qual fornece coordenadas e referências para a elaboração dos limites físicos, sociais e culturais que regulam a distribuição do espaço e dos recursos ambientais.”

Santos (2006) apresenta sua concepção geográfica de território, em sua obra “A natureza do espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção”, definindo-o como o recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito (2009, p.35).

Essa definição de espaço e território é importante para a compreensão dos movimentos, das tradições, cultura, relação homem-natureza e, no caso da pesquisa em questão, para afirmar que o que “nos interessa é o fato de que a cada momento histórico cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos do todo” (SANTOS, 1985, p. 9).

Contudo, é possível se estabelecer formas de fortalecer as territorialidades, estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu

– suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas (ALBAGLI, 2004 apud FLORES 2006, p.12).

A partir dessa compreensão, podemos observar que para se construir um processo de desenvolvimento territorial sustentável,

é necessário o enfrentamento dos conflitos, nem sempre explícitos, entre os diferentes grupos de atores que são direta ou indiretamente afetados por ações locais. Para essa construção, o conflito e a negociação são partes importantes da formação da autonomia das sociedades, necessária para o estabelecimento de bases sustentáveis de desenvolvimento, produzindo-se um processo solidário e de cooperação coletiva. Por outro lado, nem sempre as negociações em torno dos conflitos visando estabelecer o conjunto institucional que regula as ações locais resulta em processos sustentáveis de desenvolvimento (FLORES, 2006, p.12).

Portanto, quando se trata de comunidades remanescentes de quilombo, é importante destacar que o espaço pode ser o ponto de partida para pensar o território, enquanto suporte físico que é territorializado, além das relações de apropriação do espaço e o enfrentamento de conflitos, o estabelecimento de bases sustentáveis de desenvolvimento, processos de participação coletiva na construção da comunidade.

1.1.2 Comunidade e Quilombo

Comunidade é definida como um grupo específico de pessoas que reside em uma área geográfica determinada, compartilham uma cultura comum e um modo de vida, são conscientes do fato de que compartilham certa unidade e que pode atuar coletivamente em busca de um objetivo ou de uma meta.

Conforme definição da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/BRASIL, 2015),

Entre os povos e comunidades tradicionais do Brasil estão os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradores de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores, artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros, entre outros.

Sendo que, comunidade quilombola trata-se de toda comunidade negra rural remanescente de quilombo em que vivem os descendentes de escravos, que toda a área ocupada e utilizada para a subsistência das famílias, onde as tradições culturais sejam fortemente vinculadas ao passado.

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção (SCHMITT, TURATTI e CARVALHO, 2002, p. 03).

A compreensão sobre essa questão, como visto acima, mesmo com a abolição da escravidão em 1888, mostra que os quilombos continuam a ter grande importância na formação da sociedade brasileira, pois as comunidades de remanescentes de quilombo, continuam, mesmo com as dificuldades encontradas devido às desigualdades, preconceitos e racismo.

De forma geral se pode dizer que os quilombos se formaram em quase todo o Brasil. Onde houve escravidão existiu quilombo. Os quilombos não eram comunidades formadas apenas por negros e negras fugidos da escravidão. Ali viviam também negros e negras já libertos, índios, não negros que não tinham espaço na sociedade branca e patriarcal, ou seja, os quilombos eram espaços em que se encontravam pessoas que por vários motivos não tinham espaço na sociedade branca. O quilombo era um espaço de busca pela liberdade, um lugar em que as pessoas oprimidas pelo sistema da época podiam tentar viver em condições melhores (PRIOETE e BARRETO, 2012, p. 6)

Existiram centenas de Quilombos espalhados pelo Brasil, especialmente na Região Nordeste, contudo o mais famoso foi o Quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga no Estado de Alagoas. A história de Palmares começou no início do século XVII e resistiu até 1695.

Conforme a Rede de Desenvolvimento Humano –REDEH (2005, p.14) o Quilombos de Palmares,

Possuía uma complexa organização territorial, militar e administrativa. Macacos era sua capital. Além disso, dividia-se em inúmeros mocambos - cada qual com sua própria estrutura organizativa - dentre eles aquele chamado de Acotirene, provavelmente o nome da mãe de Zumbi. Povoado por negros, os Quilombos eram também habitados por indígenas e brancos pobres, o que nos permite acreditar que suas redes de relações eram bem mais dinâmicas do que parece. Entretanto, sua saga é contada na história oficial, através de sua destruição pelas forças policiais, sobretudo pela decapitação de Zumbi, o líder. Cabe ressaltar que a presença e contribuição feminina, embora só bem recentemente estejam sendo resgatadas, sempre fizeram parte do cotidiano palmarino.

Desta forma, foram ressaltadas duas mulheres que se destacaram na história de resistência quilombola. A primeira chama-se Mariana Crioula que durante um processo de

fuga em Paty dos Aferes no Rio de Janeiro, em 1838, se destacou por sua atuação e liderança. Esta mulher se tornou conhecida como “rainha” do Quilombo, parceira do “rei” Manuel Congo. A segunda mulher de destaque, nesse processo de luta pela liberdade dos negros, foi uma escrava conhecida como Tia Ana, que foi a articuladora da revolta que ocorreu em Viçosa, em 1835 no estado do Ceará

De acordo com a Fundação Palmares (REDEH, 2005), as comunidades remanescentes de Quilombos, em sua grande maioria, ainda hoje,

caracterizam-se pela predominância de negros, por serem comunidades rurais, com atividades socioeconômicas que integram a agricultura de subsistência, o extrativismo (minerais e/ou vegetais), a pesca, a caça, a pecuária tradicional, o artesanato e a agroindústria tradicional e/ou caseira, destinada principalmente à produção de farinha de mandioca, azeites vegetais e produtos de uso local. (REDEH, 2005, p. 14)

No Brasil, existem muitas comunidades quilombolas que ainda buscam a consolidação de seus direitos à terra, saúde, educação, respeito a sua cultura, religião, porém, mesmo com os programas, estudos de pesquisas, políticas públicas, conferências, ainda sofrem com as mazelas sociais e governamentais.

1.1.3 Espaço de Trabalho, Cultura e Identidade

Conforme Santos (2006, p. 34), o espaço “é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão”.

Em se tratando de questões sobre identidade, trabalho e cultura, Netto (2000) considera que

o homem não está dado definitivamente, ele se produz através da história, nas práticas que são o focus de emergência de suas formas. E. aqui, pode-se focalizar, especialmente, sobre o trabalho, como espaço de produção, objetivação e expressão humana; portanto, o trabalho é focus importante de emergência das formas de identidade individual e tipificada; - que a cultura - processo de produção do homem, é permeada pelo poder, que fornece uma importante perspectiva/delimitação do homem. O mesmo que dizer que a identidade é constituída sempre em uma certa relação (e relações abrigam forças e embates) com o onde o homem está situado. Assim, a relação identidade e cultura é mediada, também, por uma concepção de poder (NETTO, 2000, p. 215).

Desse modo, a presente pesquisa compreende que o espaço de trabalho nas comunidades tradicionais e remanescentes quilombolas é uma realidade histórica, social e cultural que define as diferentes ações e relações mulher-natureza/mulher-meio ambiente,

caracterizados pela cultura e construções de identidades dos sujeitos e outros membros dessa população.

Cultura, termo de difícil conceituação que, para Geertz (1986), em sua obra “A interpretação das culturas”, significa redes de sinais e símbolos utilizados nos processos de comunicação de um grupo social, povo ou nação. Portanto, refere-se à forma de ser de um grupo social, seus padrões de comportamento, modo de se vestir, alimentar, suas ideias, rituais religiosos, linguagens próprias, modos de convivência, valores, normas, interações sociais, religiosas, crenças, dentre outros.

Para Cuche (1999, p. 214), não se pode analisar um traço cultural independentemente do sistema cultural ao qual ele pertence e que lhe dá sentido. E, com base em Franz Boas, procura mostrar a relação indivíduo-cultura, citando que este antropólogo “pensava que ‘a tarefa do antropólogo linguista era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo à sua cultura’” (CUCHE, 1999, p. 45). Portanto diz: “Cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos”.

Neto e Bezzi (2006, p. 66) destacam que “a cultura permeia uma comunidade étnica na qual foi concebida, orientando suas ações e relações com o espaço, materializando neste, suas características distintivas”. Para as autoras:

Os diferentes aspectos da cultura afirmam seu peso na estrutura espacial das sociedades, bem como oferecem aos homens os meios de apropriarem-se dos ambientes e, nestes, imprimem suas características distintivas, fazendo surgir as identidades regionais (NETO e BEZZI, 2006, p. 66).

Nesse contexto, a identidade de um grupo se constrói ao longo do tempo, através do diálogo com diferentes grupos e da assimilação de traços culturais diferenciados, constituindo-se dinâmica e em constante processo de construção ou formulação. Dessa forma, podemos afirmar que a cultura é adquirida e sofre alterações com o passar do tempo, sobretudo com a contextualização dos ambientes sociais e naturais e com o contato intercultural.

Montes (1996) comenta acerca da natureza da identidade:

[...] é um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com os outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estática de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas

sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é só uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá (MONTES, 1996, p.56).

Nessa perspectiva, Flores (2006, p. 14) afirma que “a construção social de um território e a definição de sua identidade cultural é uma ação coletiva, determinada em conjunto com um marco institucional que regula as atividades dos atores locais que participam do processo de construção”.

Do mesmo modo, podemos verificar que Cazella (2002 apud FLORES 2006, p.14) diz que,

O estudo do território a partir da teoria das instituições impõe uma interpretação que leva em conta a ação coletiva dos atores sociais (mercantil ou não). O território é, ao mesmo tempo, uma criação coletiva e um recurso institucional.

A partir dessas considerações dos referenciais acima citados, podemos dizer que, para entender a relação mulher-natureza, é importante compreender a definição de espaço de trabalho, cultura e identidade e a relação desse tripé, na construção das comunidades de remanescentes de quilombos.

1.1.4 Preconceito, Discriminação e Racismo

O preconceito, a discriminação e o racismo são categorias que caminham na mesma direção, a da exclusão do outro – o diferente. Contudo, devem ser combatidos nos espaços de convivência humana e social, pois são práticas desnecessárias e desumanas.

Preconceito, do latim, *prejudicium*, significa julgamento prévio. Julgamento, favorável ou não, formado antemão, a partir de certas circunstâncias, fatos, aparências. Ideia, opinião ou sentimento desfavorável formado sem exame crítico, ponderação ou razão” (LAROUSSE, 2007).

Conforme Houaiss (p. 528) preconceito é o mesmo que “antepaixão, cisma, desconfiança, implicância, prejuízo, prejulgamento, prenoção, preocupação, prevenção”.

Ou ainda, como define Japiassú e Marcondes (2008):

Opinião ou crença admitida sem ser discutida ou examinada, internalizada pelos indivíduos sem se darem conta disso, e influenciando o seu modo de agir e de considerar as coisas. O preconceito é constituído assim por uma visão de mundo ingênua que se transmite culturalmente e reflete crenças, valores e interesses de uma

sociedade ou grupo social. O termo possui um sentido eminentemente pejorativo, designando o caráter irrefletido e frequentemente dogmático dessas crenças, que se revestem de uma certeza injustificada. Ex.: “o preconceito racial”. Entretanto, é preciso admitir que nosso pensamento inevitavelmente inclui sempre preconceitos, originários de sua própria formação, sendo tarefa da reflexão crítica precisamente desmascarar os preconceitos e revelar sua falsidade.

Desse modo, o preconceito pode ser considerado o início do percurso para se chegar a discriminação social, racial, dentre outras formas.

O racismo, em “Vidas perdidas e racismo” (CERQUEIRA e MOURA, 2013, p. 2), “é um caso particular de discriminação em que o indivíduo, por sua cor de pele (ou raça), pode sofrer tratamentos diferenciados, no sentido de ter bloqueadas oportunidades sociais e econômicas, ou simplesmente de ser alvo de segregação”.

1.1.5 Gênero, Mulheres Quilombolas e Etnoconhecimento

As questões de gênero vêm, nos dias atuais, sendo motivo de discussões e formação de políticas públicas que buscam condições favoráveis ao enfrentamento e combate às desigualdades entre homens e mulheres, masculinidades e feminilidades nos espaços sociais e de trabalho, dentre outros.

Para Ferreira (2010, p. 1), a relação de gênero “é histórica, não é fato novo e, ao atravessar os séculos, preconiza diferenças na política, religião, relações de trabalho, casamentos (...), desconsiderando os direitos humanos, valores morais e sociais, o respeito à diferença e à diversidade”.

Mulheres quilombolas são membros das comunidades de remanescentes de quilombos, afrodescendentes e, muitas delas, trabalham no campo, na casa, na comunidade quilombola e, atualmente, também, têm função em espaços de trabalho na sociedade local, como professores, empregadas domésticas.

No processo de preservação ambiental em território de população tradicional, não podemos deixar de considerar o etnoconhecimento que é compreendido como sabedoria popular, conhecimento tradicional de um povo. É um conhecimento que se adquire ao longo das gerações e perpassa por toda a sociedade.

Para Rodrigues e Passador (2010, p. 04), o etnoconhecimento é entendido como

o conhecimento como concebido a partir das referências socioculturais dos diferentes grupos que ao longo do tempo elaboram padrões que possibilitam formas específicas de ler o mundo e atribuir significados relevantes para aquele grupo, de tal sorte a conceber o conhecimento necessariamente como uma construção social

que comporia uma parte do conhecimento como um todo, rompendo com o eurocentrismo que marca a epistemologia e que tem contribuído para um processo de negação da própria identidade dos grupos que acabam silenciados.

Esse conhecimento é passado de geração para geração, especialmente nas comunidades quilombolas, que vivem um estilo de vida tradicional e que por meio de manifestação culturais demonstram competências culturais, políticas e ambientais (relação homem natureza) nos espaços de trocas políticas, culturais, socioeconômicas e convivenciais.

1.1.6 Meio Ambiente, Educação Ambiental e Sustentabilidade

Meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade ambiental são termos que vem a cada dia sendo discutido por pesquisadores, instituições governamentais e não-governamentais, além de outros setores da sociedade civil que se preocupam com a preservação/conservação do meio ambiente.

Nessa pesquisa meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade são categorias de análises importantes para o entendimento do tema e resposta ao problema e objetivo pretendido por esta investigação.

A Constituição Federal de 1988, no seu Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Art. 225, estabelece que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Meio ambiente é definido como um sistema composto por elementos naturais, artificiais e culturais, englobando além dos elementos físicos, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico, condicionantes da vida da sociedade.

A educação ambiental é um elemento do processo educativo formal e não-formal e, conforme a sua importância e objetivos, deve ser articulada de forma interdisciplinar, com o objetivo de preparar o ser humano a conviver em harmonia com o meio ambiente, possibilitando a tomada de consciência e sensibilidade para com o meio ambiente e os problemas que o afetam.

As causas e consequências desses problemas devem ser conhecidas, desenvolvendo habilidades e atitudes que garantam uma participação ativa na proteção do meio ambiente e na resolução dos problemas ambientais.

Conforme a Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, no seu Art. 1º, entende-se por Educação Ambiental

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, PNEA, 1999).

A sustentabilidade, como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra econômicos serve para reconsiderar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos.

A sustentabilidade é entendida nessa pesquisa como

toda ação destina a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras e da tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução (BOFF, 2012, p. 23).

Desse modo, a noção de sustentabilidade implica, uma inter-relação necessária de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento (JACOBI, 1997).

Neste sentido, faz-se imprescindível colocar em prática o conceito de sustentabilidade ecológica, ou seja, de que devemos preservar os recursos naturais existentes para que possamos utilizá-los no futuro. Precisamos manter vivo o n planeta para que possamos garantir o futuro da humanidade.

Logo, o desenvolvimento sustentável é um processo que deverá contemplar as inter-relações entre o meio ambiente natural e o social, e, exigem mudanças de comportamento, atitudes, ações solidárias com a natureza, transformações nas formas de pensar, agir, viver e compreender o meio ambiente, sob todos os aspectos.

A partir desse contexto, a proposição da pesquisa atesta, se as mulheres da comunidade desenvolvem uma interação com o meio ambiente numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável, estimulando uma crescente consciência ambiental centrada no exercício da cidadania e na reformulação de valores individuais e coletivos. Visa ainda certificar se podem interferir nos processos de degradação do meio ambiente, promover a

escolha de novos estilos de vida e a construção de futuros possíveis, sob a ótica da sustentabilidade ambiental/ecológica e a equidade social.

Assim, a relação mulher-natureza de Fojo, ao que tudo indica, está vinculada a uma dependência material, de recursos disponíveis na produção do sustento, da família/comunidade, como produção de farinha de mandioca, criação de pequenos animais, manutenção dos serviços domésticos e outros relacionados ao lar e a família.

Não existe ainda a realização de práticas sustentáveis na relação mulher-natureza de Fojo, voltadas para preservação e cuidado com o meio ambiente em que vivem. O papel da mulher nessa comunidade é ser esposa, mãe, dona de casa, tarefas domésticas e, em sua maioria, também ajudam o marido nas tarefas da roça e criação de pequenos animais, desse modo, mantém a tradição africana e comunidade negra.

As tomadas de decisões internas na comunidade são dos homens; as mulheres participam de reuniões da Associação da Comunidade, porém, sem autonomia para tomar decisões, apesar de buscarem espaço nessa direção

PARTE II

REFERENCIAL TEÓRICO

As novas identidades se constituem dentro de um sistema de diferenças e antagonismos pela apropriação da natureza, mobilizadas pela lei-limite da entropia e da fecundidade que geram as sinergias da complexidade ambiental. Isso abre novos espaços de encontro de sujeitos com diferentes discursos da sustentabilidade, donde emergem novos atores sociais na trama do processo de complexificação ontológica, epistemológica e produtiva do ambiente.

Leff, 2012.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 População Negra e Afrodescendente no Brasil

A contextualização da população africana e afrodescendente no Brasil, necessita de uma reflexão sobre a história, a formação dos quilombos, ocupação, territórios e construção de identidades, destacando a cultura e contribuições para a formação da sociedade brasileira. Além disso, discute a formação da população afrodescendente na Bahia, destacando os territórios de identidade e contribuições à cultura baiana.

Para compreensão sobre os modos de sobrevivência, lutas e garantia de direitos sociais, definimos o que são os movimentos sociais e movimentos negros na sociedade brasileira, os objetivos, formas de reivindicações, inclusive dos movimentos negros na Bahia.

Do mesmo modo, a compreensão sobre as comunidades quilombolas, os aspectos legais, processo de regularização cotidiana, sobre as mulheres negras e as desigualdades sociais na sociedade brasileira e na Bahia, ressaltando o papel da mulher quilombola nos processos de construção desses grupos, a relação mulher-natureza, preservação do meio ambiente e desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental e suas contribuições ao grupo de pertencimento e ao meio ambiente sustentável é de fundamental importância.

Ademais, as políticas públicas sobre a valorização da mulher e o combate às desigualdades de gênero, os saberes tradicionais nas comunidades quilombolas e a percepção desse grupo sobre a educação e sustentabilidade ambiental, a relação mulheres quilombolas, preservação de saberes tradicionais e manutenção das tradições culturais.

Desse modo, podemos verificar nos subitens abaixo relacionados:

2.1.1 Quilombos: formação, território, população, identidade e cultura

Os quilombos são reconhecidos núcleos rurais, que se encontram nos dias atuais, espalhados no território brasileiro e, espaço onde vivem as populações remanescentes, afrodescendentes e de movimentos negros.

Nesses espaços de constituição de identidades, os negros escravos que conseguiam fugir das senzalas e propriedades rurais, refugiavam-se durante o período da escravidão em grupos.

Existem muitos grupos já identificados e, descendentes dos escravos trazidos da África pelos europeus, portugueses, não falam as línguas dos seus antepassados.

Esses grupos vivem espalhados em diferentes espaços dos estados brasileiros, como no interior da Amazônia, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Goiás e, muitos já perderam suas referências históricas. Porém, mesmo sem acesso à economia regional, ignoram o que estabelece o Art. 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal Brasileira de 1988 que garante aos descendentes dos fundadores de quilombos, que continuam vivendo em áreas antigas, a posse as terras que habitam.

No Dicionários Houaiss (2003, p. 554), quilombo significa “aldeia: acampamento, agrupamento, povoação”; ou ainda, “mocambo: esconderijo, refúgio”. No entanto, com a Constituição Federal Brasileira de 88 essa definição é alterada

As comunidades quilombolas, na interpretação da Constituição Federal Brasileira de 1988, segundo Prioste e Barreto(2012 p. 12) “devem ser compreendidas como aquelas que se autodefinem como quilombolas pela sua ancestralidade africana, pela luta contra a opressão racial e pela identidade coletiva mantida através dos tempos”. Para o autor, afirmação pela citada Lei,

do direito ao território coletivamente ocupado para as comunidades quilombolas, muito mais do que uma reparação histórica pelo sofrimento e opressão do sistema de escravidão, tem como objetivo a promoção da dignidade humana dos quilombolas aqui e agora (PRIOSTE e BARRETO 2012, p. 16)

Conforme a Constituição Federal de 1988, no Título VIII – Da Ordem Social, Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II, Da Cultura, no seu Art. 215 e 216 e Art. 68 do ADCT, determina a regularização territorial das comunidades quilombolas e protege suas culturas.

No Art. 215 estabelece que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

(...)

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II – produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III – formação e pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV – democratização do acesso aos bens de cultura;
- V – valorização da diversidade étnica e regional.

E, no Art. 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

As terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e áreas utilizadas para a garantia de suas vidas, a reprodução física, econômica, social e cultural são, também, sinônimos de resistência, luta, e não é um fato passado e desaparecido junto ao sistema escravocrata, como foi concedido com a abolição pela Lei Áurea, em 1888.

As comunidades remanescentes de quilombos

ainda causam grande surpresa na população brasileira, quando surgem notícias nos meios de comunicação sobre a existência em, praticamente, todos os estados da federação e, que estas vêm, gradualmente, conquistando o reconhecimento e a posse formal de suas terras (BRASIL, SEPPPIR, 2004, p. 7).

No Programa Brasil Quilombola (BRASIL/SEPPPIR, 2004, p. 4), entende-se que: “O significado de quilombo é reafirmação da luta pela sobrevivência, construindo uma realidade que garanta a igualdade, o convívio com a coletividade, a ancestralidade e uma história de quase quinhentos anos de exclusão”.

No Brasil, a população negra ainda sofre com as consequências da escravidão, convivendo com a discriminação, preconceitos, estereótipos e exclusão social, e, nesse contexto, as características socioeconômicas, escolaridade, gênero, raça, etnia, cor da pele, religião, são categorias que marcam essas formas de exclusão do outro – o negro e/ou afrodescendente na sociedade brasileira, assim como as formas de perceber a outra cultura.

Como explica Laraia (2000, p. 77),

Começamos pela reação oposta ao etnocentrismo, que é a apatia. Em lugar da superestimar os valores de sua própria sociedade, numa dada situação de crise os membros e, conseqüentemente, perdem a motivação que os mantém unidos e vivos. Diversos exemplos dramáticos deste tipo de comportamento anômico são encontrados em nossa própria história.

Assim, podemos verificar que a cultura é, “um sistema de símbolos e significados”, como define Geertz (1978) e Schneider (1968 apud LARAIA, 2003; MACHADO, 2013). A autora trata do termo cultura, buscando exemplificar o caso dos africanos, demonstrando que a cultura interfere na satisfação das necessidades fisiológicas básicas e, também, de que modo podem decidir sobre a vida e a morte dos membros de um sistema. Assim, os negros africanos ao serem

removidos violentamente de seu continente (ou seja, de seu ecossistema e de seu contexto cultural) e transportados como escravos para uma terra estranha, habitada por pessoas de fenotípia, costumes e línguas diferentes, perdiam toda a motivação de continuar vivos. Muitos foram os suicídios praticados, e outros acabavam sendo

mortos pelo mal que foi denominado de banzo. Traduzido como saudade, o banzo é de fato uma forma de morte decorrente da apatia (LARAIA, 2003, p. 77).

No caso dos quilombos, são reconhecidos núcleos rurais, portanto, espaços de resistência de homens e mulheres negros e negras que permanecem, espalhados pelo território brasileiro e continuam a buscar por meio de reivindicações, resistência e luta, demonstrar o desejo de liberdade e resistência negra, diante da violência da colonização e escravidão sofridos ao longo dos anos.

2.1.2 Territórios de Identidade na Bahia

O governo da Bahia, visando possibilitar o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as várias regiões do estado, dividiu o seu extenso território (567.295 Km²) em 27 territórios de identidade considerando as especificidades de cada região e, através da Secretaria de Planejamento da Bahia – SEPLAN, busca planejar e implementar políticas públicas descentralizando as ações e envolvendo os agentes locais no desenvolvimento de cada região.

Nesta pesquisa, território

é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SANTOS, 2006, p. 24).

O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25.08.2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia

Os territórios de Identidade são conceituados no Decreto 12.354, de 25.08.2010 no seu §1º, da seguinte forma:

Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial (BRASIL, p. 2010).

De acordo com a Figura 01 podemos identificar os Territórios de Identidade do Estado da Bahia e nele localizar o Território de Identidade Litoral Sul, onde está situado o município de Itacaré, BA.

São municípios de abrangência do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

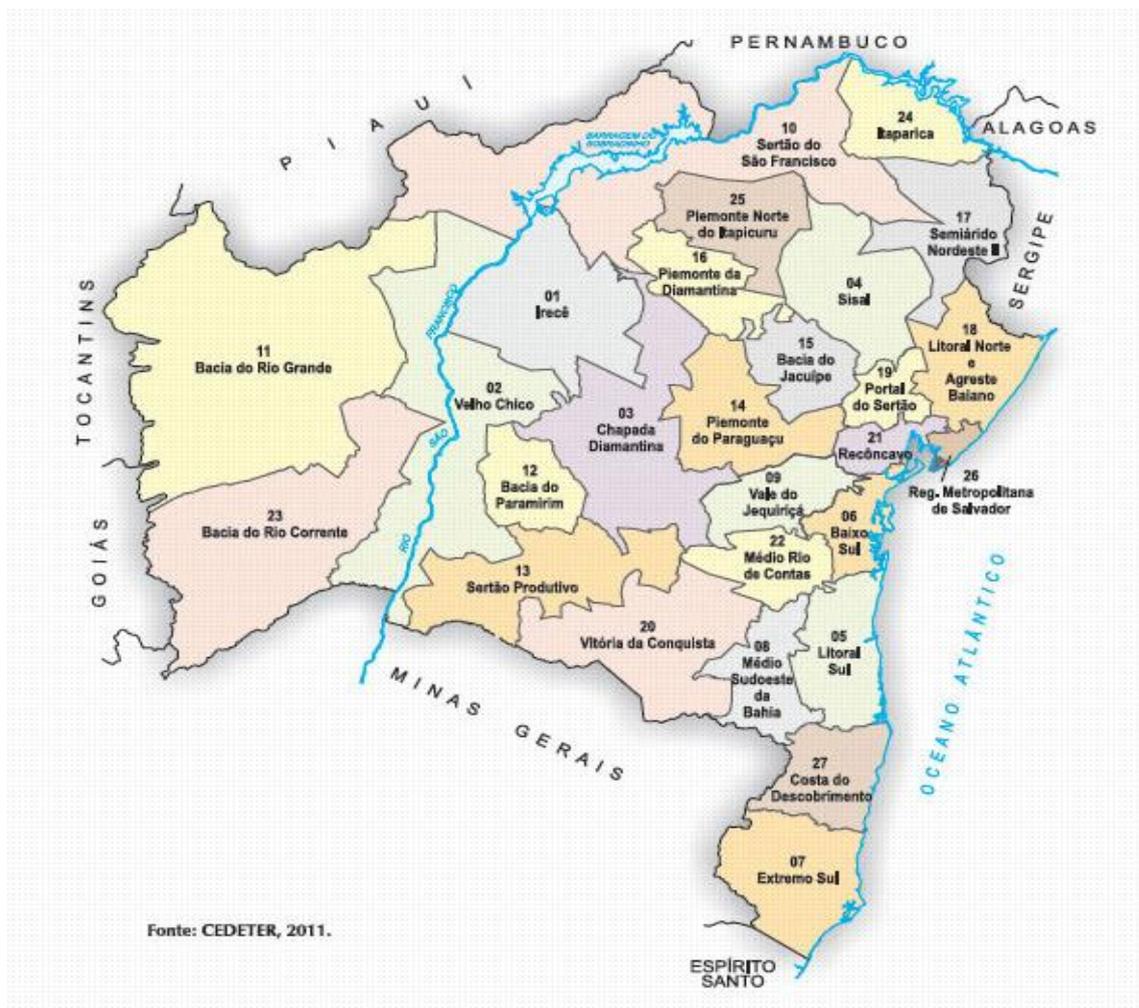


Figura 01-Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.
Fonte: CEDETER (2011).

Os territórios de identidade se constituem pela valorização simbólica de movimentos, expressões e manifestações empreendidas por diversos grupos sociais que constituem territorialidades e dão aos territórios um caráter de multiplicidade e flexibilidade.

No quadro I podemos verificar os Territórios de Identidade baianos e municípios que os compõem:

Quadro I – Territórios De Identidade Do Estado Da Bahia – 2010

TERRITÓRIO	MUNICÍPIOS
BACIA DO JACUÍPE	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
BACIA DO PARAMIRIM	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo.
BACIA DO RIO CORRENTE	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
BACIA DO RIO GRANDE	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley.
BAIXO SUL	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Pirai do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
CHAPADA DIAMANTINA	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.
COSTA DO DESCOBRIMENTO	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália.
EXTREMO SUL	Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamarajú, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
IRECÊ	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguacú da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí, Xique-Xique.
ITAPARICA	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.

LITORAL NORTE E AGRESTE BAIANO	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Mata de São João, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Pojuca, Rio Real, Sátiro Dias.
LITORAL SUL	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.
MÉDIO RIO DE CONTAS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiauí, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.
MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
METROPOLITANA DE SALVADOR	Camaçari, Candeias, Dias D´Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salinas das Margaridas, Salvador, Simões Filho, Vera Cruz.
PIEMONTE DA DIAMANTINA	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	Andorinha, Antonio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.
PORTAL DO SERTÃO	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antonio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.
RECÔNCAVO	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.
SEMIÁRIDO NORDESTE II	Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.

SERTÃO DO SÃO FRANCISCO	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
SERTÃO PRODUTIVO	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.
SISAL	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
VALE DO JIQUIRICA	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elisio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.
VELHO CHICO	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
VITÓRIA DA CONQUISTA	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.

Fonte: IBGE, 2010; Em 03 de julho de 2014.

2.1.3 Movimentos Negros no Brasil e na Bahia: algumas considerações históricas

Durante o regime escravocrata, nunca existiu uma relação harmoniosa entre os senhores e os escravos. Esta relação sempre foi permeada de tensões, autoritarismos, hierarquia, preconceitos e discriminação racial e social.

Nas cidades ou nos campos, os movimentos de resistência se acentuavam, seguidos de muitas ações violentas. Os escravos lutaram e se organizaram de diferentes maneiras, os quilombos, as guerrilhas, as insurreições, entre outros.

A escravidão no Brasil sempre foi permeada por um forte movimento de resistência e revoltas onde o negro teve papel de destaque na luta pelo término desse regime bárbaro, cruel. Podemos citar como exemplo a revolta dos Malês (1835), a revolta dos Alfaiates (Bahia,

1798), a Cabanagem (Pará, 1835-1840), a Sabinada (Bahia, 1837-1838) e a Balaiada (Maranhão, 1838-1841) que ficaram conhecidas como revoltas urbanas.

Com a assinatura da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, não houve a garantia dos mesmos direitos e oportunidades dadas ao branco. Desta forma, o processo de luta e resistência negra ganhou outros contornos, objetivando a construção de igualdade de direitos e de acesso aos vários setores sociais. Luta esta que vem se arrastando até os dias atuais contra o racismo, e um complexo processo de desigualdade social.

Neste processo de luta pela construção da cidadania também podem ser destacadas:

- a) a Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910);
- b) a organização política chamada “A Frente Negra Brasileira” (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul, entre outros, 1931-1937);
- c) o “Teatro Experimental do Negro – TEM”, movimento de valorização social do negro no Brasil através da educação, da cultura e da arte (Rio de Janeiro, 1944);
- d) o “Movimento Negro Unificado”, comumente conhecido como MNU, fundado em 1978 é uma das mais importantes entidades negras da atualidade na luta contra a discriminação racial;
- e) e o Movimento das Mulheres Negras que luta até hoje por melhores condições de vida numa sociedade extremamente machista e racista.

O Movimento de Mulheres Negras tem representação em diferentes lugares do país através de vários tipos de entidades.

As mulheres negras também se organizam em Organizações Não Governamentais (ONG's) e têm realizado vários trabalhos de denúncia contra o racismo, cursos, palestras projetos e debates sobre: educação sexual, saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, concepção e nascimento, doenças étnicas, direitos humanos, educação entre outros (MUNANGA, 2006, p. 133).

As mulheres negras continuam na luta por maior igualdade de gênero, social e racial com sabedoria e perseverança, objetivando construir uma sociedade digna para todos.

Podemos entender o movimento negro como um movimento social que se situa no âmbito da ação coletiva. Portanto, o movimento social pode ser definido, nessa pesquisa, como uma ação coletiva ou de um indivíduo, com objetivo de reivindicar, garantir, defender seus direitos e/ou buscar a promoção de seus interesses e/ou de seu grupo social.

Conforme Touraine (1977, 1998, 2003), nos seus estudos sobre movimentos sociais, inclusive sobre a América Latina, nos quais dedicou-se a pensar a democracia, movimentos e

sujeitos sociais e a modernidade latino-americana, considera que se deve evitar de chamar de movimentos sociais qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse e/ou instrumentos de pressão política.

Os movimentos sociais são de natureza culturais, societais e/ou históricos e pautam-se na consciência de um conflito social (TOURAINÉ, 2003, p. 119) ou ainda uma expressão social.

Melluci (1989) considera em relação a movimento social, que nos “últimos vinte anos surgiram novas formas de ação coletiva em áreas anteriormente intocadas pelos conflitos sociais”. E ressalta o autor que, “a crise das estruturas políticas e conceituais frente a estes novos fenômenos tornou-se evidente nos anos 70, impulsionando uma ampliação do conhecimento empírico e uma redefinição das categorias analíticas”. São as categorias analíticas utilizadas por Melluci (1989, p. 1):

A observação das sociedades complexas contemporâneas sugere que:

1. As novas formas de agregação social têm uma natureza permanente e não-conjuntural. Elas coexistem com outras categorias mais consolidadas (como as classes, grupos de interesse e associações) e, embora variem em suas formas empíricas, são um componente estável e irreversível dos sistemas sociais contemporâneos.
2. Uma função de socialização e de participação "submersa" é preenchida por estas novas formas de solidariedade conflitual, que abrem novos canais para o agrupamento e a seleção de elites. Os meios tradicionais de socialização política, de inovação cultural e de modernização institucional, em consequência disso, se redefiniram.
3. O controle da complexidade tem de se ocupar cada vez mais com a relação entre sistemas institucionais de representação e de tomadas de decisão e novas formas de ação. Estas não são facilmente adaptáveis aos canais existentes de participação e às formas tradicionais de organização política; além disso, seus resultados são difíceis de prever e isso aumenta o já alto grau de incerteza nestes sistemas.

Atualmente, há inúmeros desses movimentos com diferentes modos de reivindicação social e formas de organização grupal. Os movimentos negros lutam contra o preconceito, a discriminação, o racismo e a desigualdade social.

2.1.3.1 Contextualização Histórica dos Movimentos Negros na Bahia

Muitos são os movimentos que lutam por igualdade de direitos. Podemos destacar um de grande expressão e bastante significativo na sociedade atual, bem como, se fazendo atemporal por conta das atrocidades contra as quais luta: o movimento negro.

A origem da luta dos negros remonta do período colonial, onde imperava a escravidão, os castigos físicos e o trabalho exaustivo quase que sem descanso com objetivo precípuo de enriquecer seus senhores.

Reis (1996) aponta que nesse período o movimento se apresentava sob a égide das resistências, ou seja, era através de revoltas e formação de quilombos que demonstravam sua insatisfação e tentavam fugir do sistema opressor de escravização, com destaque ao caso de agrupamento quilombola mais conhecido, o de Palmares. “A própria existência do quilombo e sobretudo sua defesa militar e incursões em território inimigo podem ser consideradas revolta” (REIS, 1996, p. 16).

Os quilombos eram agrupamentos de negros escravizados que haviam fugidos dos engenhos e se organizavam em uma área escondida e secreta, inalcançável aos capitães-domato, que os caçavam como animais. Essas formações não existiram unicamente no Brasil, mas onde houve escravidão e eram comunidades organizadas, com relações de poder bem definidas, bem como, produção eficiente de suprimentos para a sobrevivência, o que assustava sobremaneira os senhores de engenhos e os governantes coloniais (REIS, 1996).

As rebeliões dos escravizados também merecem destaque por terem características singulares. Em muitos casos não se pretendia o desmantelamento do regime, como assinala Reis (1996), mas “reformular” a escravidão, objetivando “apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a reconquista de ganhos perdidos — ou punindo feitores particularmente cruéis” (p. 22).

Houve marcante presença dos negros da Bahia nessas revoltas como a Inconfidência Baiana ou Revolta dos Alfaiates (1798) que tinham como um dos objetivos libertar os escravos, além do desejo de independência do Brasil e um regime igualitário e a Revolta dos Malês (1835), ocorrida em Salvador, com a participação de negros escravizados de religião muçulmana que se revoltaram com a escravidão e a imposição da religião católica, tendo sido impedidos de exercer a sua fé.

Outra forma de resistência apontada por Reis (1996) e discutida por outros estudiosos, foram as contendas judiciais entre os senhores e os negros. Na “segunda metade do século XIX, eles identificaram rapidamente as brechas abertas pelo tímido liberalismo vigente e frequentemente levaram seus senhores aos tribunais em defesa de direitos garantidos em lei [...]” (REIS, 1996 p. 35).

Momentos significativos como a independência da colônia com relação à Portugal e a extinção do tráfico de escravizados em 1850, precisam ser destacados para exemplificar tais momentos e o direcionamento cada vez maior para a abolição da escravidão. No entanto, não

se deve imaginar que o 13 de maio de 1888 extinguiu as lutas e as reivindicações, pois a condição de desigualdade continuava a acompanhar os negros, que agora eram vistos como indigentes e vagabundos, superlotando as ruas da futura República.

Estudiosos destacam que a ascensão para República não deu garantias para a população negra que acabou por se organizar em alguns estados com o objetivo de minimizar e/ou reverter o quadro de marginalização crescente. Na Bahia, também eram crescentes as movimentações negras motivadas pelas insatisfações e pela negligência do Estado.

O Centro Cívico Palmares (1926) e a Frente Negra Brasileira (1930) foram as primeiras organizações que de fato reivindicaram melhorias sociais e igualdade política para os negros, tendo como principais representantes as mulheres que, ao se colocarem na linha de frente, ainda eram a maioria dentro da Frente Negra.

2.1.4. Comunidade Remanescente de Quilombo: aspecto legal

Os agrupamentos quilombolas, verificados em dados de pesquisas sobre o tema, estiveram muito presentes no período de escravidão colonial que permeia a história do Brasil, desde a colonização europeia e portuguesa aos dias atuais.

Os negros escravizados encontraram nesses agrupamentos uma forma de resistência e de luta contra o regime desumano ao qual estavam sendo submetidos. Ao serem levados a força de sua terra natal, o desejo desses homens e mulheres, quando em solo brasileiro, era voltarem a liberdade de outrora, uma solução encontrada foi a fuga para os quilombos que resistem até os dias atuais com características muito particulares e heranças do período colonial.

Reis (1996) nos conta que não havia uma estrutura única para a criação de quilombos, que podiam ser grandes ou pequenos e estarem ou não perto dos centros populacionais.

O fato é que não se constituíam apenas por negro fugidos, mas recebiam “soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiástica, ou simples aventureiros, vendedores, além de índios pressionados pelo avanço europeu” (idem, p. 16), apesar da maioria ser de escravizados fugidos.

Salienta Reis (1996, p. 19) que “Isolados ou integrados, dados à predação ou à produção, o objetivo da maioria dos quilombolas não era demolir a escravidão, mas sobreviver, e até viver bem, em suas fronteiras”, portanto, esse era o objetivo dos negros ao constituírem os quilombos.

Apesar dessas aglomerações datarem do século XVI ou XVII e de terem sido perseguidas pelos quatro séculos de duração da escravidão em solo brasileiro, resistiram ao tempo e ao esquecimento dos governos e estão presentes na atualidade resistindo e mantendo vivas as tradições que remontam do período colonial e também da África, de onde vieram seus antepassados.

As Comunidades Quilombolas são caracterizadas como

[...] resquícios de uma identidade e de uma cultura que não existe mais, mas esta noção simplificada deve ser deixada de lado e trocada pela visão de que os remanescentes de quilombo são um grupo social que tem sua identidade arraigada em um território, na sua história, de seus descendentes, cultura e sentimento de pertencimento e interdependência (OLIVEIRA, 2012, p. 3).

São identificados ainda a partir de sua relação com a terra, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias, tanto no âmbito rural quanto no urbano, ainda que nesse último estejam em número bastante reduzido.

O processo de regularização das Terras Quilombolas no território brasileiro é recente, foi a partir da Constituição Federal, de 1988, que a sociedade brasileira passou a reconhecer a legitimidade de posse e propriedade de terras consideradas Quilombos.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Nos anos 2001, 2002 e 2003, coube à Fundação Cultural Palmares - FCP -, a tarefa de fazer com que isso acontecesse de fato por determinação do presidente da República, pelo Decreto 3.192. Outros decretos foram criados a partir de 2003 e nos dias atuais, cabe ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA – a demarcação das terras quilombolas.

Segundo o Decreto de 13 de maio de 2003, que Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de rever as disposições contidas no decreto federal 3.912, de 10 de setembro de 2001, que regulamenta as terras remanescentes de quilombos e propor novas modificações, “regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências” (BRASIL, 2003).

Para revisar essas questões, o grupo de trabalho foi composto por diversos Ministérios, sendo um representante, titular e suplente, de cada órgão específico. Foram eles: Casa Civil da

Presidência da República; Ministério da Justiça; da Defesa; da Educação; do Trabalho e Emprego; da Saúde; Planejamento, Orçamento e Gestão; da Cultura; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Agrário; da Assistência e Promoção Social.

Participaram da elaboração deste documento: representante do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome; Advocacia-Geral da União; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Desse modo, diferentes pontos foram revisados, envolvendo diversas categoriais de análise, como trabalho, emprego, cultura, educação, saúde, meio ambiente, desenvolvimento agrário, assistência e promoção social, segurança alimentar e combate à fome, direitos humanos e sociais. Porém, mesmo diante da preocupação dos órgãos governamentais, estas metas não demonstraram eficácia e pouco se resolveu sobre as questões.

Contudo, a partir da revisão e modificações do Decreto n. 3.912, de 10 de setembro de 2001, ficam estabelecidos novos “procedimentos administrativo de reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das áreas remanescentes de quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias” (BRASIL, 2003).

Desse modo, o Decreto de 13 de maio de 2013 determina “a proposição de ações estratégicas que assegurem a identidade cultural de remanescente de quilombos e a sustentabilidade e integração das comunidades quilombolas no processo de desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2003).

Ainda em 2003, com o Decreto 4.883 de 20/11/2003 (BRASIL, 2003),

Fica “transferida do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a para delimitação das terras remanescentes das comunidades dos Quilombos; A determinação de suas demarcações, estabelecida no inciso VI, alínea "C", do artigo 27 da lei 10.683, de 28 de maio de 2003; e expedição dos títulos das terras.

Nesse mesmo ano, o Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003, “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos de que trata o art.68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (BRASIL, 2003).

A Portaria n° 6 da Fundação Cultural Palmares de 01 de março de 2004,

Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Cultural Palmares, também autodenominadas "terras de Preto", "Comunidades Negras", "Mocambos" "Quilombos", dentre outras denominações congêneres, para efeito do que dispõe o Decreto n 4.887/03;

A Instrução Normativa n.16 do INCRA de 24 de maio de 2004 “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de Quilombos de que trata o art.6 8 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Vale ressaltar que os estados possuem legislações próprias sobre quilombos. Na Bahia podemos destacar a Lei n. 12.910 de 12 de outubro de 2013.

2.1.4.1 Processo de Regularização de Terras de Remanescentes de Quilombos no Território Brasileiro

Com relação aos territórios que ocupam em todo o país, no que diz respeito às leis, a propriedade das terras habitadas pelos remanescentes havia sido reconhecida pelo Art. 68 constante na Constituição Federal (1988) que estabelece: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1998).

No entanto, o decreto que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos só ocorreu em 20 de novembro de 2003, que foi o Decreto nº 4.887, o qual segundo Magnavita (2010) significa uma importante conquista:

[...] os quilombolas saem definitivamente da invisibilidade pública, pois o rompimento de um silêncio de mais de um século revelou, entre outros, a desigualdade do acesso à terra, o poder político de grupos de interesse ligados aos latifúndios e o descompromisso de partidos com representação no Congresso Nacional em cumprir a Constituição e garantir, por exemplo, a dignidade da pessoa humana desses quilombolas, já tão vilipendiada [...] (p. 26).

A autora ainda discute sobre a invisibilidade das comunidades quilombolas e o silêncio histórico que esteve entranhado na inexistência de relação entre a sociedade como um todo e esse povo e de terem sido alijados da participação política e social por não responderem ao modelo eurocêntrico de cultura. Essas comunidades viveram por muito tempo uma realidade de exclusão social, sendo vítimas da falta de acesso à saúde, escolarização, não equidade, etc.,

como acontece com muitos povos, não só no Brasil, mas em todo o mundo (MAGNAVITA, 2010).

As comunidades quilombolas tem uma característica muito particular por sobreviverem até os dias atuais por conta da preservação da cultura, tanto dos antepassados, negros escravizados vindos da África que acabaram misturando as culturas e desenvolvendo um jeito particular de viver em sociedade e se relacionar com seus pares e com o outro, bem como, a necessidade de se livrar do processo que foram submetidos durante muito tempo de ignorar suas práticas culturais para passar a viver de acordo com a cultura hegemônica.

Por isso mesmo, tais comunidades se encontram em locais muito distantes e de difícil acesso, impossibilitando até mesmo a chegada de políticas públicas de saúde e educação, por exemplo (MAGNAVITA, 2010; SANTOS et al, 2014).

2.1.4.2 Organização Cotidiana das Comunidades Quilombolas

Cada povo, região ou comunidade, possui características únicas que os diferenciam entre si e lhes faz lidar de formas diferentes com as situações cotidianas.

As diversas culturas existentes se relacionam de forma diferenciada com política, o casamento, a religião, as conformações sociais, tornando-se únicas em seu modo de pensar e agir. Não é de se estranhar, nesse sentido, que o cotidiano das comunidades quilombolas sejam diferentes quando levamos em consideração, por exemplo, a utilização que dão para o solo.

Apesar de terem se originado dos quilombos do período colonial e de apresentarem algumas semelhanças com estes, não se deve imaginar que os remanescentes de quilombos não têm uma identidade própria e que não foram se adaptando de acordo com o desenvolvimento das sociedades com as quais têm contato, mesmo que muitas ainda não tenham sido descobertas ou “exploradas”.

[...] O território das comunidades quilombolas é usufruído de forma coletiva, ou seja, pode ser usado por toda uma família ou pelos membros da comunidade. Então, o uso do território pelos quilombolas é distinto do uso dos fazendeiros, posseiros, colonos, etc., por não apresentar o caráter da particularidade, do privado, do exclusivo. Os remanescentes de quilombo precisam de um território que abrigue não só sua esfera econômica e habitacional, mas também que abrigue seus costumes, cultura, lazer, cultos religiosos, cemitério, recursos naturais, etc (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

O cotidiano dessas comunidades quilombolas, possui suas particularidades, ainda que reproduza ações advindas dos negros escravizados do período colonial.

O estudo de Santana (2005), por exemplo, sobre três comunidades quilombolas no estado da Bahia, especificamente Lajes dos Negros, próximo da cidade de Senhor do Bonfim, diz que lá existem dois templos que realizam cultos de raiz afro, havendo cultos a santos católicos como Santa Bárbara, São João, Senhor do Bonfim, e outros.

De modo geral, pode-se perceber que as comunidades apresentam como características similares a posse da terra em comum, produção comunitária e divisão dos resultados para todos, relações de parentesco, transferência do conhecimento dos mais velhos e práticas culturais através da oralidade. Um estudo realizado no quilombo Kalunga, em Goiás, apontou essa mesma noção de relação com a terra. O povo que ali habita, vive das plantações rotineiras que ocorrem há muito tempo, tirando da terra apenas o necessário para a sobrevivência e não vendo-a como um meio de enriquecimento (SANTANA, 2005; GODINHO, 2005).

Vale ressaltar que esses agrupamentos populacionais se constituem pela descendência, ou seja, reproduzem a noção de comunidade, solidariedade e territorialidade também existente nos primeiros quilombos, bem como o sentimento de luta por um espaço próprio, em que não estivessem sujeitos aos desmandos propiciados pela hierarquia social.

Sobre a já citada oralidade, é ainda importante falar:

[...] Por se tratar de comunidades de tradição oral em suas relações, a memória torna-se componente essencial que configura o espaço e carregam em si toda simbologia e valores dos mais antigos. A palavra, então, tem sentido de autêntico. As histórias, contadas pelos mais velhos transitam entre um passado-presente *continuum*, sendo resignificado, de geração a geração, sem, contudo, perder as raízes [...] (SANTANA, 2005, p. 88).

Quanto às práticas cotidianas, Santana (2005) diz que há uma forte presença feminina em muitas comunidades estudadas ao longo dos tempos, inclusive as mulheres mais velhas as responsáveis por essa tradição oral, sendo essa a maneira de ensinar e aprender que mais praticam e a forma como encontraram para que o que viram e viveram permanecesse vivo.

A comunidade Onze Negras, no Recife, por exemplo, apresenta a peculiaridade de ser liderada por mulheres, o que não é muito comum na organização dos quilombos ao longo da história, destacando-se ainda por conquistas importantes no âmbito social, de saúde e educação. E ainda, “as famílias vivem do trabalho de pedreiros e domésticas, e sobrevivem, ainda, de programas e projetos de geração de emprego e renda da prefeitura, além da agricultura familiar” (SANTOS, 2012, p. 10).

Não se pode afirmar que em todas as comunidades existem a presença de ações governamentais básicas que são oferecidas a todos os cidadãos, como educação, saúde, saneamento básico, pois, como já foi afirmado, alguns quilombos estão localizados em locais recônditos, onde o acesso é difícil e não há grande interesse dos governantes, entretanto, não se pode negar que esses contatos existem e são, muitas vezes necessários, como a instalação de postos de saúde, escolas, energia elétrica.

Santos et al (2014) traz uma discussão interessante sobre essas trocas culturais, quando aponta que a comunidade da Rua da Palha, em Sergipe, perdeu sobremaneira sua identificação, não se percebendo lá a oralidade cultivada em outros locais com o sentido de manter elementos culturais próprios, sendo a escola a única e principal responsável, através das disciplinas obrigatórias de cultura afro-brasileira, por disseminar essa cultura. Nesse local, onde havia o samba de coco, o reisado e danças de roda, a expansão da tecnologia propiciada pela chegada da energia elétrica, substituiu essas manifestações pelo arrocha, funk, entre outros estilos musicais.

Apesar desses aspectos, não se pode negar permanências da cultura africana, bem como, há a necessidade de refutar a ideia de aculturação difundida por alguns estudos, pois a própria existência dos quilombos é uma forma de resistência à tentativa de domesticação e de imposição da cultura ocidental sem luta, ainda que até os dias atuais a discriminação racial esteja presente e seja um grande empecilho para que essas pessoas disfrutem dos direitos sociais, sem, necessariamente, terem de abdicar de suas práticas culturais.

2.1.4.2.1 As mulheres negras e as desigualdades sociais na Sociedade Brasileira

As desigualdades existentes nas sociedades não surgem espontaneamente, mas são fruto de processos históricos de dominação que submetem certos indivíduos a desfrutarem de uma posição privilegiada, tornando outros em seus subordinados.

Esse processo de hierarquização é extremamente injusto e coloca determinados grupos em situações desvantajosas, sendo-lhes negados inclusive o acesso à direitos fundamentais como educação, saúde, habitação, bens culturais. A situação descrita acima pode ser verificada, por exemplo, quando verifica-se cotidianamente situações de racismo e desigualdade de gênero na sociedade brasileira.

A não equidade de gêneros, nesse ínterim, é um tema muito polêmico e que gera debates em todo o mundo por conta da incongruência que é ainda hoje nos depararmos com situações machistas que colocam a mulher em posição de inferioridade em relação aos

homens. Muitas pessoas inclusive defendem a ideia de que os movimentos feministas e de valorização feminina não são mais necessários, pois as mulheres já tiveram muitas conquistas. Alguns, mais extremistas, afirmam ainda que a inequidade de gênero é um delírio de algumas poucas mulheres.

O fato é que as estatísticas apontam para o crescimento da violência doméstica, a escassez de mulheres em cargos de chefia, dentre tantas outras ações cotidianas com as quais o grupo feminino enfrenta. Ora, se as dificuldades estão postas para as mulheres, de modo geral, o tratamento recebido pelas de pele negra ainda é mais desumano e humilhante, se levarmos em consideração que, além de enfrentarem os machismos cotidianos, ainda encontram o obstáculo do racismo.

Dados do IBGE apontam que em 2009 a população total feminina contava com 50% das mulheres negras e 49,3% brancas. Um número bastante significativo por conta também do movimento de identidade que se fortaleceu dando coragem às pessoas negras de se assumirem como tais, ainda que o racismo também esteja muito mais evidente por conta do desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (DOSSIÊ, 2013).

Podem-se apontar, nesse sentido, algumas das disparidades existentes entre mulheres brancas e negras na sociedade brasileira. A educação superior, por exemplo, é um forte indicador desse descompasso, pois, como salienta Sotero (2013), em texto bastante elucidativo sobre a presença de negras na educação, apesar do número reduzido de mulheres, as instituições de ensino superior privadas as recebem em maior número em cursos de menor prestígio, onde a mulher negra é um número ainda mais reduzido. A autora aponta para o fato de que apesar da democratização do ensino que vem sendo estimulada pelo governo federal, ainda não há uma relação de criticidade a essas ações afirmativas que se apresentam como medidas paliativas.

Raça e gênero estão intimamente ligados à desigualdade social e a pobreza. Primeiramente, os dados dos institutos que fazem pesquisas relacionadas à economia e a sociedade, mostram que os negros sempre estão nas partes inferiores da distribuição de renda sempre em maior número que a branca. Sua participação no consumo também é mais limitada, mesmo que as facilidades tenham aumentado às políticas do governo passarem a surtir efeito positivo com relação à diminuição da pobreza no Brasil.

As desigualdades de gênero e raça são eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil que, por sua vez, está na raiz da permanência e reprodução das situações de pobreza e exclusão social. Por isso, enfrentar essas desigualdades significa tratar de uma característica estrutural da sociedade brasileira, cuja

transformação é imprescindível para a superação dos déficits de trabalho decente atualmente existentes [...] (ABRAMO, 2006, p. 40).

Uma grande proporção de mulheres negras não se encontram no mercado ou trabalham e ocupam cargos que as colocam em posição desvantajosa. Tendo sido obrigadas, na maioria das vezes, a inserir-se no mundo do trabalho de forma precoce, sempre estão associadas ao trabalho doméstico e a uma remuneração injusta pelo trabalho que desempenham. A partir dessas reflexões Silva (2013) defende a noção de que essas mulheres enfrentam uma dupla discriminação se levarmos em consideração a inequidade de gênero já discutida.

Silva (2013) lança mão de estudos do feminismo negro, que tem a mulher negra como personagem central, para salientar que gênero e raça são fatores preponderantes na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Destacando que “antes mesmo do lugar alcançado no mercado de trabalho, as relações de raça, gênero e classe se impuseram em algum nível sobre o acesso à escolaridade e sobre as escolhas e opções “acessíveis” de educação e ocupação” (p. 120).

Não se pode esquecer, do que foi apontado por Goes e Nascimento (2013) em texto explicativo sobre o fato de os determinantes sociais influenciarem no acesso à saúde preventiva da mulher negra. Ao levantar tal questão, as autoras expõem por meio da avaliação de pesquisas do IBGE como a PNAD e a Pesquisa Suplementar de Saúde, detectando que além da relação entre os níveis de renda e o acesso à saúde ser direta e que, aliada a esse inequidade, as mulheres negras sofrem ainda mais pela desigualdade racial e do sexismo. Os números analisados pelas autoras expõem a dura realidade da discriminação no acesso à saúde, pois as mulheres negras têm o maior percentual, junte-se a isso o fato de que as negras de maior idade são ainda menos atendidas.

Ao agregar as desigualdades sócio-demográficas e raciais, as mulheres negras ficam mais expostas às iniquidades em saúde, o que causa prejuízo ao processo saúde-doença, impactando as condições de vida [...] para as mulheres negras, a situação é sempre desfavorável, mesmo quando se equiparam às mulheres brancas quanto às melhores rendas, níveis de instrução e ocupação no mercado de trabalho (GOES e NASCIMENTO, 2013, p. 578).

Não obstante, deve-se atentar para o fato de que tantas outras desigualdades estão presentes no cotidiano dessas mulheres, onde os indicadores sociais sempre as apontam como não recebendo, devidamente, os benefícios públicos garantidos a todos os cidadãos. É inevitável pensar, desse modo, que assim como o sistema de saúde brasileiro, SUS, que deveria ser igualitário e oferecido da mesma maneira a todos, também responde às

conformações da sociedade hierarquizada em que estamos inseridos, reproduzindo ações históricas e culturais há muito praticadas.

2.1.5 Comunidades Remanescentes de Quilombos na Bahia

Há um grande número de comunidades quilombolas remanescentes no Brasil, pesquisas do Governo Federal apontam que até o ano de 2008 havia mais de 3.524 comunidades identificadas, 1.250 certificadas e 106 títulos de propriedade emitidos pelo INCRA.

Por estarem espalhadas por todo território brasileiro e encontrarem-se em locais de difícil acesso muitas vezes tais comunidades não aparecem nos registros legais e, como já dito, não recebem todo o respaldo do governo que merecem.

A Bahia, estado brasileiro com uma presença muito grande da população negra, possui um número significativo de comunidades como essas, muitas já estudadas e outras que sequer foram exploradas pelos pesquisadores do tema.

Desse modo, podemos observar na Figura 02, “Comunidades e Territórios Quilombolas Auto-Identificados na Bahia, o número de comunidades quilombolas por municípios baianos, o número de comunidades por mesorregião e, também, por Unidades da Federação.

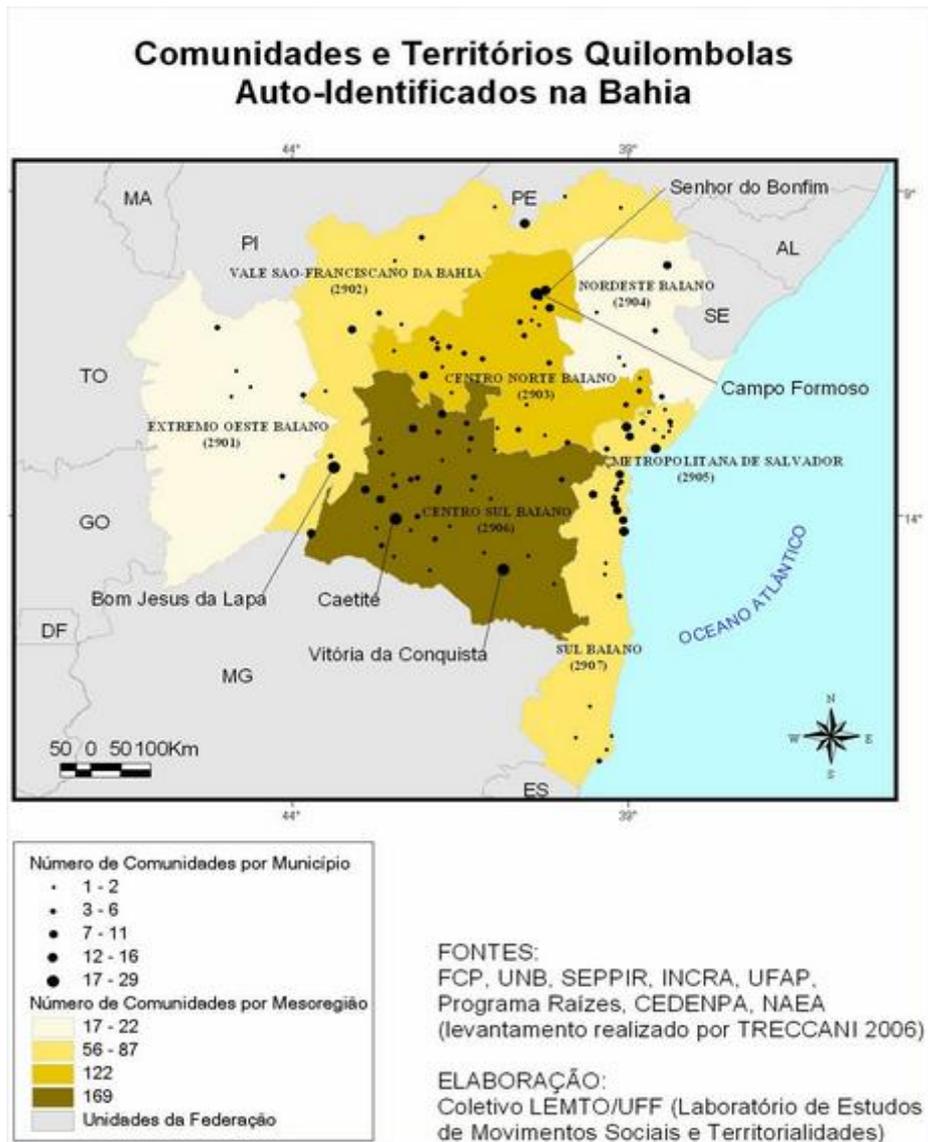


Figura 02: Comunidades e Territórios Quilombolas Auto Identificados da Bahia.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP), organização não-governamental criada em 1978, com o objetivo de defender os direitos dos povos indígenas, aponta, pelo mesmo, sete desses agrupamentos a partir de fontes seguras e estudos nos quais os pesquisadores, inclusive, tiveram uma convivência muito próxima com os moradores quilombolas remanescentes.

Estudos da CPI-SP apontam para a existência de 300 a 500 comunidades quilombolas no Estado da Bahia, demonstrando ainda que são poucas as terras registradas pelo governo federal e que muitos quilombos remanescentes têm uma história de luta e conflito com grandes proprietários e grileiros da região.

Podemos destacar assim, a Comunidade do Rio das Rãs, situada no município de Bom Jesus da Lapa, entre o rio São Francisco e o rio das Rãs, a comunidade tem cerca de 300

famílias que se distribuem por localidades conhecidas como Brasileira, Capão do Cedro, Enxu (ou Exu), Riacho Seco, Mucambo, Pau Preto, Retiro, Corta Pé e Rio das Rãs.

Merece destaque também a comunidade de Parateca ou Pau D'Arco situadas no médio São Francisco, nos municípios de Malhada e Palmas de Monte Alto, onde existem aproximadamente 500 famílias, que também enfrentaram disputas com fazendeiros reduzindo significativamente o território que habitam.

Não menos importantes são as comunidades remanescentes Mangal e Barro Vermelho, localizadas no município de Sítio do Mato, às margens do rio São Francisco, e que já possuem suas terras tituladas. E as comunidades de Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba, que estão localizadas no município de Wanderley, no oeste da Bahia, e compartilham um território comum nas proximidades do rio Grande.

Barra, Bananal e Riacho das Pedras, conhecidas também por "arraiais dos negros", estão localizadas no sudoeste da Bahia, ao sul da Chapada Diamantina, no município de Rio de Contas. Desde 1999, possuem os títulos das terras e as 148 famílias que constituem esse remanescente moram ali desde então. Outra comunidade, a de São Francisco do Paraguaçu, está localizada no Recôncavo Baiano, Vale do Iguape, e fazem parte do Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape juntamente com outros agrupamentos da região. Uma característica importante dessas comunidades é a luta pela titulação das terras que vem tramitando no Incra desde 2006 e a resistência de fazendeiros locais, desrespeitando e tratando com violência os quilombolas.

Assim como as outras, a Comunidade de Jatobá localiza-se às margens do rio São Francisco no município de Muquém de São Francisco, sendo formada por cerca de 70 famílias que ocupam um território de 14 mil hectares. Praticam atividades pesqueiras e agricultura de subsistência, sendo a mandioca, o milho e o feijão os principais itens cultivados, além da criação bovina e caprina. Enfrentam também conflitos com fazendeiros locais e são vítimas da violência das elites agrárias, por isso, foi criada a Associação dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jatobá para tomarem providências legais contra os conflitos. Em 2004, a Fundação Cultural Palmares reconheceu a comunidade de Jatobá como remanescente de quilombo e abriu-se um processo para titulação das terras pela Superintendência do Incra da Bahia.

Algumas comunidades citadas, número bastante inferior do que foi catalogado pelo governo, ainda enfrentam contendas com os proprietários de terra da região que não querem devolver ou permitir a titulação das terras que historicamente pertencem aos remanescentes quilombolas.

Outra característica comum a todas elas é a formação nas margens dos rios, pois, como visto, elas sobrevivem de atividades como a agricultura e pesca, necessitando das águas para se desenvolver. Além do mais, verificou-se uma morosidade e descaso dos governos por parte desses povos que têm seus direitos garantidos por lei, mascarando os interesses de não quererem ir contra as elites locais, prolongando o sofrimento da população quilombola.

2.1.6 Comunidades Tradicionais e a Mulher Quilombola: uma questão de gênero e sustentabilidade socioambiental

As comunidades tradicionais tiveram recentemente como marco de reconhecimento pelas políticas públicas voltadas para os Povos e Comunidades Tradicionais, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), homologada em 1989, que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo.

Por meio do Decreto 6.040, de sete de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, estabelecida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR (BRASÍLIA/BRASIL, 2007), os povos e comunidades tradicionais (quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, faxinalenses, ciganos, campeiros, entre outros) são definidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

Além disso, o PNPCT (BRASIL, 2007) pretende reconhecer a existência dessa população e comunidades tradicionais e garantir os direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais, respeitar e valorizar suas identidades, condições de pertencimento e instituições.

Territórios Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável são definidos neste documento (PNPCT, BRASIL, 2007), como:

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma

permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e
III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Território, portanto, é definido como espaço geográfico, de trocas e reprodução de saberes e conhecimentos culturais, políticos e sociais. É caracterizado pelas manifestações de poder, forças e fraquezas, ações e práticas sociais e culturais, paixões, entendimentos e desentendimentos, relações de gênero, sexualidades, histórias de vida e social, tramas, entrelaçamento de relações.

Para Santos (2006, 2007), o território é uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, formado de lugares múltiplos e contínuos e funciona através de horizontalidades, isto é, lugares reunidos por uma continuidade territorial, lugares vizinhos e, de verticalidades, ou seja, constituído por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Ou ainda, como afirma Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço, pois ao se apropriar do espaço, o indivíduo realiza ações, mudanças e transformações, territorializa o espaço, realiza a demarcação de linhas, limites e fronteiras, elabora normas políticas e administrativas, deixa marcas culturais e de pertencimento local.

Conforme Gadotti (2000, p. 58-59), quando trata da Pedagogia da Terra, a organização de estruturas econômicas e sociais são definidas como sustentáveis quando há equidade e atenção às bases econômicas das sociedades, pois, como se apresentam estas estruturas, podemos dizer que são sustentáveis apenas de modo condicional, somente quando se definem como sociedade capitalista com as restrições do lucro, da competitividade e outras características inerentes a este contexto organizacional.

A respeito da submissão da mulher, foi constatado que, apesar das políticas públicas criadas e/ou implementadas nos últimos anos de valorização da mulher e no combate às desigualdades entre gêneros, ainda não alcançou os objetivos pretendidos, como por exemplo, a equidade de gêneros na sociedade, a equiparação salarial, o fim da violência contra as mulheres, dentre outras questões.

Além disso, as sérias limitações no território rural, a ausência de emprego remunerado no campo e nas zonas urbanas vizinhas da maioria das comunidades quilombolas, interferem de forma decisiva na qualidade de vida da população destas comunidades.

Do mesmo modo, essa população é atingida por processos históricos e condições específicas de desigualdades, pobreza, analfabetismo e outras formas de exclusão, e, também, as consequências devidas ao isolamento geográfico e/ou cultural e político, ausência de acesso às políticas públicas em educação, saúde, vivem em situação de vulnerabilidades socioeconômica, sofrem com preconceitos, estereótipos, discriminação e exclusão social.

A preocupação com os constantes e crescentes agravos ambientais faz a educação ambiental assumir um papel cada vez mais relevante no processo de transformação dos indivíduos como corresponsáveis pela promoção de um novo tipo de desenvolvimento - o sustentável.

O acesso à informação representa, desse modo, a possibilidade de garantir o desenvolvimento da consciência ambiental da população motivando-a e sensibilizando-a a transformar as variadas formas de participação na defesa da qualidade de vida, na preservação ambiental, contribuindo com os processos de trabalho, com vistas a um melhor desempenho dos cidadãos em suas comunidades.

2.1.7 Políticas Públicas sobre a Valorização da Mulher e o Combate às Desigualdades de Gênero

Não são atuais as diferenças existentes entre homens e mulheres, haja vista, que mesmo a formação do corpo feminino e do masculino são bastante diferentes. Apesar disso, temos aprendido com a dinâmica mundial e o processo de encurtamento de fronteiras que as diferenças existem e, mais que isso, são necessárias.

No entanto, não é isso que acontece quando comparamos os papéis de homens e mulheres em âmbito social. Não é recente um imenso abismo entre ambos tanto no mercado de trabalho, quanto no seio familiar, na religião, entre outros.

Essas desigualdades de gênero podem ser entendidas como as discriminações advindas das relações entre homens e mulheres que transferem as diferenças biológicas para o fazer social, fazendo com que um se sobreponha ao outro.

Embora as mulheres tenham revertido as desigualdades de gênero na educação, ainda não conseguiram eliminar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, mesmo que os hiatos de atividade e rendimento tenham se reduzido. O desenvolvimento econômico e social de um país depende do pleno emprego dos insumos produtivos disponíveis e do crescimento da produtividade dos fatores de produção, especialmente das mulheres que são mais da metade da população e possuem dificuldades para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho (ALVES e CAVENAGHI, 2013, p. 92).

Estatísticas apontam que na saúde e educação ou nos espaços de poder as diferenças de gênero existem e são grandes responsáveis tanto pela perda de espaço da mulher dentro da sociedade, e pela geração da infame violência doméstica que assola grande parte das mulheres no planeta e parece uma situação de difícil solução, apesar das leis e dos programas de conscientização dos homens e mulheres.

Houve avanços com relação a uma tentativa de igualdade na educação, no mercado de trabalho, nos esportes, entre outros. Mas, não se verifica uma drástica diminuição das diferenças quando nos deparamos com os espaços de poder público e privado.

Essa questão na sociedade brasileira tem mostrado avanços, destacando a eleição da primeira mulher para presidente da República e leis como a Maria da Penha que prevê punição para os casos de violência doméstica.

O Brasil tem passado por um processo de redução das desigualdades de gênero e de desconstrução do patriarcado. O patriarcado é um sistema social no qual o homem (no papel de marido ou de pai) é o ator fundamental da organização social, e exerce a autoridade sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais. Em cada país, algumas dimensões do patriarcado predominam sobre as outras, conforme o tipo de organização social e cultural, estabelecidas historicamente. Mas em geral, o patriarcado se caracteriza por ser um sistema no qual há o predomínio dos pais e dos maridos (pater familias) sobre as mulheres e os filhos, no âmbito da família e da sociedade (ALVES e CAVENAGHI, 2013, p. 102).

Os papéis do homem e da mulher se modificaram, assim como suas funções cotidianas. Devido à constante ausência da figura masculina, que se encontrava no campo de batalha ou morria de forma precoce, a mulher teve que assumir um papel mais ativo na sociedade e ocupar-se dos setores que anteriormente eram dos homens, como por exemplo, o trabalho nas fábricas, na saúde, na agricultura, etc., assumindo, cada vez mais, um papel de provedora do lar.

A mulher sempre foi muito dependente do homem com relação às tarefas cotidianas e a vida econômica e social. Sempre atrelada ao homem de alguma maneira, até os dias atuais existem mulheres que apenas cuidam do lar e dos filhos deixando o provimento da casa para os maridos. Assim, tal dependência aparece como motivo a mais para legitimar, por exemplo, a violência. Como aponta Oliveira e Oliveira (s/d):

A violência física ocorre através de objetos utilizados contra a vítima ou através da própria força do agressor provocando chutes, empurrões, espancamentos, estrangulamentos podendo chegar até a morte, a identificação torna-se mais fácil por deixar marcas visíveis, o que não quer dizer que sempre é denunciada. A violência psicológica não é percebida com um simples olhar para a mulher, pois por acontecer de forma um tanto “mascarada” a própria vítima não se reconhece como tal, porém traz consequências por vezes irreparáveis, acontece por meio de ameaças, humilhações, tentativa de fazer com que ela se sinta incapaz, inferior, desvalorizada, merecedora de toda a situação a qual está submetida [...](p. 7).

Um meio de enfrentamento da desigualdade que acarreta tantos danos ao bem-estar da mulher são os vários movimentos sociais que lutam por direitos iguais para homens e mulheres (movimento de mulheres negras, movimentos feministas, etc.) e as políticas públicas promovidas pelos governos que conferem empoderamento ao grupo feminino historicamente oprimido.

Podemos citar, nesse ínterim, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil, que promove ações no sentido de combater a desigualdade de gênero por meio do enfrentamento à violência, promoção de programas de saúde da mulher, de diminuição da dependência econômica com relação aos homens, participação feminina na política, entre outras.

Contudo, a luta feminista ao longo da história demonstra com a presença de mulheres na política, a existência de leis como a Lei Maria da Penha, que há um processo crescente de emancipação individual e coletiva das mulheres, dando as mesmas poder de decisão, o que tem fortalecido o movimento em prol da garantia da condição de igualdade de direitos com os homens.

Podemos destacar aqui a Casa da Mulher Brasileira:

[...] um complexo que conta com todos os serviços especializados para atender a mulher vítima de violência, como delegacia, juizado, defensoria, promotoria, equipes psicossocial e de orientação para emprego e renda, além de brinquedoteca e área de convivência (BRASIL, 2015).

Lidando ainda com questões tão importantes como mulher e trabalho, poder e participação política, educação, cultura e ciência, diversidade das mulheres, mulheres do campo e da floresta, saúde integral da mulher, observatório da igualdade de gênero, ações internacionais, entre outras discussões que abrangem questões relacionadas às mulheres confirma-se que essa rede de atendimento está presente em vários estados e tem como objetivo final e primordial o já discutido empoderamento.

Ressalta-se também o trabalho desenvolvido pela ONU e as recentes, do ponto de vista históricos, oito Metas para o Milênio dentre as quais a valorização da mulher está presente inclusive como fator primordial para melhorar as condições de vida dos povos.

Em resumo, o documento de autoria do Instituto Ethos analisa e propõe soluções para a equidade de gênero nas empresas públicas e privadas, pois é nítida a pequena participação de mulheres nos cargos de direção dentro das organizações.

A publicação aponta ainda dados importantes da mulher no mercado de trabalho brasileiro e a relação direta entre valorização da mulher e enfrentamento da pobreza (ETHOS, 2004).

Não é tão recente quanto se imagina a militância direcionada a valorização da mulher. Em vários momentos da história ações, tanto de governos quanto de grupos não atrelados ao estado propunham caminhos para se chegar à igualdade de gênero.

2.1.7.1 Relações de Gênero: Uma abordagem sobre ocupação, trabalho e cultura

Muitas pesquisas no campo da história e das ciências sociais estão ligadas à discussão sobre gênero. No entanto, além de um tema polêmico, a denominação gênero ainda encontra alguns entraves como definição e necessidade de utilização e aplicação no campo da pesquisa.

Sendo um conceito relativamente novo, os estudos de gênero têm início na década de 1960, nos Estados Unidos e Europa, sendo utilizado no Brasil, a partir da década de 1980, no bojo dos estudos sobre mulheres e não relações de gênero.

As relações de gênero na sociedade brasileira, portanto, começam a aflorar em meados da década de setenta do século passado, com tudo, é nos anos oitenta, com o fim do período da ditadura militar que teve início em 1964, que a condição da mulher no Brasil começa a ser criticada por vários movimentos feministas. Nesse contexto, muitos pesquisadores começam a desenvolver trabalhos na perspectiva de resgatar a mulher e o seu papel na sociedade brasileira.

Na visão de Castro e Abramovay (2005 p. 37), por exemplo, o papel da mulher é importante para se chegar a um novo modelo de desenvolvimento, porém, todos os atores e atrizes sociais têm de ser contemplados, considerando-se suas vozes.

O enfoque de gênero está centrado na vivência e na incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas, para apontar diferenças e semelhanças e realizar propostas concretas de como garantir uma participação mais efetiva, quer na modelagem, quer nos frutos de um desenvolvimento que se deseja sustentável. Um enfoque de política pública ou de programas em uma perspectiva de gênero,

envolvendo homens e mulheres, indicaria com mais especificidade o uso diferenciado dos recursos, fundamentado nas relações que estabelecem homens e mulheres entre si, entre grupos, na comunidade e sociedade em geral, e com a natureza em particular (CASTRO e ABRAMOVAY, 2005 p. 37).

É dentro dessa ótica que chamamos a atenção não só para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, como para a utilização da perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas.

Conforme Ferreira (2010), as relações de gênero historicamente construídas com base nas diferenças de sexo, femininos e masculinos, são fenômenos complexos e se relacionam desse modo, atingindo a pessoas e grupos que frequentam os mesmos espaços sociais, legitimando preconceitos, estereótipos, discriminação social, racial, xenofobia, semitismo, como por exemplo, a igreja, a escola, a rua, sem precedentes. E, essa relação complexa é vivenciada.

desde a Antiguidade Clássica aos dias atuais e contribuem com as diferenças de gênero na (des) organização social da vida pública e privada, na maioria das vezes, relacionadas a outros indicadores de diferenças como, raça, sexo, etnia, dentre outros, gerando preconceitos e discriminação social de gênero e sexual (FERREIRA, 2010, p. 122).

Como explica Bourdieu (1999), as diferenças de sexo e gênero resultam de um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social e esse processo de socialização, de constituição do habitus de gênero, constrói simultaneamente o indivíduo e o mundo, reproduzindo articuladamente estruturas subjetivas e objetivas:

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 1999, p. 41).

Ferreira (2010, p. 3) explica que “a discriminação de gênero marca a distinção entre o que é feminino, separando mulher e homem no contexto social”. Assim, ocorre nas diferentes sociedades humanas, com modos semelhantes e diversos de relações de poder, e, como cita a autora (2010, p. 3) “produzem estigmas e relações complicadas por preconceitos e discriminação social, resultando em desigualdades, subordinação de gênero e, por conseguinte, modos de exclusão (...)”.

Scott (1989) define gênero em duas partes ligadas entre si, mas que deveriam ser analiticamente distintas e gênero, é para o autor “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Para a autora, as mudanças na organização das relações sociais sempre satisfazem a transformação nas relações de poder, mas essas transformações não adotam necessariamente um sentido único (SCOTT, 1989, p.21).

Segundo Bourdieu (1999, p. 23), os gêneros são um par de opostos que constituem uma relação e as relações de gênero são relações de poder em que "o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas". O autor afirma que a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

De acordo com esta concepção de gênero, podemos compreender que

dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, 1999, p. 20).

No final do século XIX, a sociedade brasileira passou por uma série de mudanças como a consolidação do capitalismo, vida urbana que oferecia modernas alternativas de convivência social e nova mentalidade burguesa. Surgia assim, uma nova mulher que deveria ter um sólido ambiente familiar, filhos educados e ser uma esposa dedicada ao marido e companheira na vida social sempre tendo sua vida decidida pelos homens e procurando ser a mulher perfeita para a ascensão do cônjuge socialmente (PRIORE, 2009).

Essa situação modificou-se plenamente durante a Segunda Guerra Mundial, pois enquanto os homens foram para as trincheiras, as mulheres ocuparam seus lugares nas fábricas, nos escritórios, nas universidades. Em nome do progresso técnico e econômico veio à decadência dos valores tradicionais que ainda não tinham alcançado a essência da família empobrecida, mas resistia na sua soberba. É em 1960, no Brasil, que ganha força o movimento feminista que chegara timidamente, na luta pelo acesso das mulheres ao mercado de trabalho, às universidades, à política e na luta pela igualdade salarial aos dos homens (PRIORE, 2009).

Em 1968, outras bandeiras foram levantadas como o direito ao próprio corpo, o fim da violência doméstica e da violência sexual e o direito de frequentar todos os lugares públicos, pois um dos fundamentos do feminismo era a luta política. No contexto da Ditadura Militar, muitas brasileiras optaram por engajar-se em organizações de resistência ao regime, mesmo que fossem movimentos que pregavam a luta armada e que propunham uma revolução socialista. A identidade feminina e a militância nos anos de 1960 no Brasil estavam submetidas a uma diferenciação de gênero, as mulheres estavam submetidas a um processo de socialização desigual e hierárquico. As mulheres que militaram contra a ditadura brasileira alteraram sua atitude em relação a posição de gênero dentro do sistema sociocultural, reconstruíram seu papel como atores políticos, em oposição ao código de poder imposto naquele período (PINSKY. 2013).

Marcadas culturalmente pelas ações discriminatórias da cultura patriarcal ocidental, foram muitos os momentos em que as mulheres se rebelaram, empoderando-se e decidindo o rumo de suas vidas. Porém, é importante ressaltar, a importância do feminismo para os estudos de gênero e da mulher, pois surgiram desse movimento, além do empoderamento e tomada de consciência de gênero.

Algumas obras hoje clássicas – como, por exemplo, *Le Deuxième Sexe*, de Simone de Beauvoir (1949), *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969) – marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e "contaminando" o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os estudos da mulher (LOURO, 1997, p.16).

Ainda assim, se manifesta atualmente e com uma força gigantesca a inequidade de gêneros, que está presente em todos os setores da sociedade por meio das mais variadas formas. Esse tipo de comportamento acaba por legitimar a criação de estereótipos e marcar certos grupos, no caso o feminino, por características englobantes e discriminatórias, geralmente baseadas por falsas suposições biológicas e/ou comportamentais. Sendo divulgados pela sociedade de várias formas, inclusive pela mídia, essas visões negativas acabam tornando esse grupo vítima de todo tipo de discriminação e violência.

Durante muito tempo foi negado às mulheres o direito de estudarem, mesmo a simples alfabetização. Difundia-se a ideia de que a mulher havia nascido para o casamento e para o cuidado do lar e dos filhos, restando ao homem o provimento do lar, o trabalho intelectual, o envolvimento político, etc. Até recentemente, o número de mulheres na educação era muito inferior ao de homens, situação que vem se modificando com políticas públicas e o

engajamento social feminino, demonstrando que o Brasil, apesar da qualidade da educação, está superando esse descompasso nos níveis de escolaridade de homens e mulheres. Ponto positivo que não se observa, no mercado de trabalho que, por mais que tenha recebido muitas mulheres ao longo dos anos, não conseguiu eliminar o hiato que há entre os salários, pois o homem ainda é mais bem remunerado que a mulher, mesmo que desempenhem o mesmo cargo (ALVES e CAVENAGHI, 2012).

Dentro da sociedade contemporânea, os indivíduos economicamente ativos é que contam e estão presentes nas pesquisas, ainda que essa realidade venha se modificando. Quando se fala da categoria trabalho comparando homens e mulheres, não se debate muito sobre a ocupação do tempo feminino. Se as mulheres não estão assim tão presentes no mercado de trabalho formal, onde elas se encontram? Estão ocupadas com os afazeres domésticos e no chamado trabalho de reprodução, pois são irrefutáveis os números que apontam a maior presença de mulheres nos trabalhos domésticos. Assim sendo, a dupla ou tripla jornada feminina é um dos elementos centrais da desigualdade de gênero entre atividades produtivas e reprodutivas.

Essas estatísticas demonstram uma realidade alarmante: a disseminação da cultura do machismo e da inferioridade das mulheres, que é a mais pujante característica da relação dos gêneros. Além de ser insustentável a forma como meninos e meninas vêm sendo criadas ao longo dos anos, enquanto uma brinca de “casinha” o outro tem bonecos de guerra, é necessária uma tomada de decisão por parte do poder público para que desenvolva punições severas aos que cometem crimes contra a mulher, pois a impressão é que o Estado legitima a discriminação de gênero e a violência contra o grupo feminino quando não se posiciona firmemente sobre a mudança dessa realidade.

2.1.7.2 Educação Ambiental e Sustentabilidade nas Comunidades Quilombolas

Por mais que se possa imaginar que a educação formal, como a conhecemos, não chegou às comunidades quilombolas, todo povo encontra maneiras de transmissão de cultura e desenvolve processos educacionais próprios, passando os conhecimentos de geração em geração.

Certas particularidades como o cuidado com a terra, sua preservação e a necessidade de tirar os provimentos básicos de sobrevivência da mesma são características importantes das comunidades quilombolas, que dão um imenso valor à terra.

Os debates sobre a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a ecocidadania são sempre presentes, haja vista, a urgência da tomada de consciência por parte de todos para o melhoramento da vida no planeta. Os recursos naturais que antes acreditava-se serem inesgotáveis se mostram cada vez mais insuficientes para suprir a necessidade de progresso do ser humano. É o que acontece com a água, por exemplo, que se tornou escassa devido ao uso desenfreado e ao excesso de poluição que a atinge.

Essas duas dimensões, educação ambiental e desenvolvimento sustentável, são muito importantes se levarmos em consideração a defesa de Gadotti (2001) pela ecopedagogia ou a ideia de que a Terra, a partir da noção de meio ambiente e natureza, adquiriu uma centralidade importante em toda sociedade e, também, na educação, a qual tem aparecido como alternativa para a superação do panorama de não preservação da natureza por parte dos seres humanos, pois, acredita-se que práticas educativas voltadas para a educação ambiental são capazes de impulsionar práticas cotidianas emancipadoras, e posteriores críticas à ordem predatória do meio ambiente.

Como definição a esse termo tão comumente utilizado, verifica-se que sua cunhagem advém das conferências promovidas pela ONU em diversos países, difundindo a ideia de uma sociedade que se desenvolva em harmonia com o meio ambiente, ou seja, um desenvolvimento capaz de responder às demandas da geração atual sem, no entanto, comprometer a utilização de gerações futuras. Sendo esta, uma proposta extremamente contraditória, pois desde o surgimento do capitalismo e seu fortalecimento com a Revolução Industrial, há quem defenda que o desenvolvimento econômico é a origem dos problemas ambientais, sendo inviável a existência de ambos, ou os países se desenvolvem economicamente ou o planeta é preservado (BARBIERI, 2010).

Gadotti (2011) aponta ainda a ideia de sociedade sustentável para o alcance do desenvolvimento sustentável, ou seja, a sociedade de consumo que foi sendo forjada a partir do desenvolvimento do capitalismo que visa o lucro como objetivo final, desprezando noções de sociedades justas, respeito às manifestações culturais, às heterogeneidades de povos. transformando todos os seres humanos em uma massa uniforme de consumidores, que não tem o menor senso crítico e não se posicionam de forma contrária a exploração que vêm sofrendo diariamente.

[...] O desenvolvimento sustentável tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação. É aqui que entra em cena a ecopedagogia. Ela é uma pedagogia para a promoção da aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida cotidiana. Encontramos o sentido ao caminhar, vivenciando o contexto e o

processo de abrir novos caminhos; não apenas observando o caminho. É, por isso, uma pedagogia democrática e solidária [...] (GADOTTI, 2011, p. 89).

Teóricos da educação acreditam, nesse ínterim, que a chave para superação dos males ambientais está na sociedade crítica e contestadora, na cidadania sustentável, originada na ecopedagogia, movimento social e político presente tanto na sociedade civil, quanto nas organizações, nos educadores, em todas as instâncias sociais. Nesse sentido, interfere na reestruturação curricular com a intenção de orientar conteúdos e na elaboração de livros didáticos para a saúde do planeta.

Partindo, portanto, da ideia de que a educação deve levar em consideração os saberes e as vivências dos indivíduos e não apenas a reprodução pura e simples de conteúdos pré-existentes, Alvarenga e Sarlo (2011) e Gadotti (2005) colocam que a educação para o meio ambiente deve buscar possibilidades para a formação crítica e emancipadora dos alunos e, desse modo, devem ser consideradas como parte integrante da natureza e não apenas reprodutores passivos de ações destrutivas no meio em que vivem através da ecopedagogia. Pois, a ecopedagogia.

defende ainda a valorização da diversidade cultural, a garantia para a manifestação ético-político e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade. A ecopedagogia, portanto, é também uma pedagogia da educação multicultural (GADOTTI, 2005, p. 94).

Partindo desse pressuposto, podemos nos remeter a esses saberes sobre o meio ambiente e a forma sustentável de lidar com ele a partir da visão das comunidades remanescentes quilombolas. Como já foi analisado ao longo desse estudo, os quilombolas têm uma relação íntima com a terra, tendo em vista que uma grande parcela das comunidades pesquisadas, extrai do solo apenas o necessário para a sobrevivência, como aprenderam com antepassados que, fugidos das fazendas de engenho, mantinham apenas uma agricultura de subsistência, ou seja, tinham a noção de que a terra não precisava ser explorada em busca de riquezas, mas como fonte de vida.

Não podemos generalizar e dizer que esse comportamento é comum à todas as comunidades. Algumas, que mantêm contato maior com a população urbana, acaba reproduzindo algumas ações referentes à exploração da terra/riqueza. Há ainda, as áreas de preservação ambiental nas quais muitas comunidades quilombolas estão localizadas, e onde a presença de órgãos governamentais é mais forte, imprimindo nos moradores essa ideia de

preservação e de um olhar mais atento sobre a exploração excessiva da terra e permitindo que eles, que já estão há muito tempo instalados nas terras possam usufruir dela para sobreviverem, sem a intervenção de fazendeiros, grileiros, etc (OLIVEIRA, 2012).

A Educação ambiental, segundo Oliveira (2012) seria então “um processo pelo o qual o indivíduo, em coletividade, constrói conhecimentos e capacidades direcionadas à conservação do meio ambiente”. Esse processo vem através da “instrução formal (realizada pelas agências responsáveis pela educação, como a escola) ou pela instrução não formal (concretizada na interação entre os sujeitos em uma determinada comunidade) ” (p. 60). Vemos ambos os casos acontecendo nas comunidades quilombolas, ainda que pela visão dos próprios moradores e do que se entende por ecopedagogia, há uma falha por parte dessa instrução formal para a educação ambiental.

Não se pode desprezar a ideia de que essa disciplina presente nas escolas instaladas nas comunidades quilombolas não tenha sua importância. No entanto, ocorre uma falha nos processos de transmissão do conhecimento, por conta de haver um grande descompasso entre teoria e prática, ou seja, os responsáveis por passarem as informações falam excessivamente, depositam as informações para a comunidade sem uma preocupação maior de transformar as noções que se quer passar em ações que de fato farão diferença na vida dessas pessoas. Relatos de moradores de remanescentes quilombolas no estado do Amapá, reclamam, ainda que sem saber, dessa educação bancária que vem sendo reproduzida sem o menor disfarce.

2.1.8 O papel da mulher na sociedade e suas contribuições à comunidade e a família: uma discussão

A mulher, ao longo dos processos históricos e socioculturais, tem buscado condições favoráveis ao exercício da cidadania e emancipação política na sociedade brasileira e mundial.

Desse modo, os direitos da mulher, assim como o de todos os cidadãos estão presentes na Constituição Federal de 1988, que no seu Preâmbulo garante

assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida na ordem interna e internacional

O papel da mulher nas comunidades quilombolas, voltado para a produção do sustento da família e comunidade, baseado nos princípios da sustentabilidade ecológica e da equidade

social, considerando que a relação ser humano/natureza está vinculada a uma dependência material para a sobrevivência, demonstra avanços no processo de controle de agentes de degradação ambiental.

Por isso, a reflexão sobre o papel da mulher nas comunidades quilombolas, quando se objetiva o relacionamento de valores éticos e princípios para um desenvolvimento sustentável, compreendendo o papel da mulher como elemento chave para o estabelecimento de relações sociais marcadas pelo respeito, convivência pacífica, cooperação e valorização das dimensões ambientais, visando à qualidade de vida dentro de uma comunidade quilombola, faz-se interessante.

Sobre essas questões, Castro e Abramovay (2005, p. 64) afirmam que as mulheres, em algumas partes, estão mostrando um papel de liderança, principalmente em ações relacionadas à cidadania e à qualidade de vida. Isso porque questões como a falta de água, o problema dos esgotos e a saúde fazem parte de uma problemática ligada às suas necessidades básicas.

Segundo Sorrentino e Trajber (19) “As mulheres estão mais ligadas à manutenção e à qualidade da vida — problema de lixo, problema de enchente, a primeira voz que se levanta é a da mulher”.

Neste contexto, Arruda (1997) ressalta que a combinação entre gênero e meio ambiente traz uma perspectiva mais libertária, de igualitarismo e diversidade, destacando a importância do movimento das mulheres, tendo como referência o “protagonismo” das mulheres, via comunicação e parceria com os homens, na vida pública, e com lugar no poder de tomada de decisões, observa Corral (1997, p.88):

Se as mulheres assumirem e obtiverem condição para tal, o seu papel de protagonistas principais e essenciais no processo de desenvolvimento sustentável, o movimento ecológico poderá “converter-se em movimento de massa”, apostando, para tanto, na “sociedade civil organizada”.

A atuação da mulher em defesa do meio ambiente fica evidente quando Castro e Abramovay (2005, p. 79) afirmam que, pela participação de milhares de mulheres incluiu-se na Agenda21 dos governos um capítulo especial sobre as necessidades das mulheres e sua importância para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

As feministas destacam que de fato o envolvimento do movimento das mulheres com as conferências se fortaleceu a partir da ECO-92. Também, antes da estruturação dos documentos oficiais da Conferência de População, mobilizou-se por vários fóruns o debate de temas populacionais em todo o país. Tal papel, no caso da IV Conferência/Beijing, foi bastante acentuado, constituindo-se uma Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95, integrada por 26 fóruns e associações (pró-

articulação) de movimentos de mulheres de 25 Estados. A Articulação garantiu a ampla participação de movimentos de mulheres de distintos cortes, organizações de base, ONGs de grande, médio e pequeno porte, participação essa consubstanciada em documentos sobre experiências e reivindicações, assistência a fóruns locais, nacionais, regionais e internacionais, e um razoável acervo documental.

Assim, faz-se necessário propor uma articulação entre os diversos fatores que interferem nesse processo no contexto das relações de gênero em Comunidades Remanescentes de Quilombos, como por exemplo, a relação de dependência material com a natureza na produção do sustento da família, da comunidade, a escassez de recursos, o baixo nível de escolarização e o nível de conhecimento.

2.2 Saberes Tradicionais, Educação e Sustentabilidade Ambiental

Os saberes tradicionais, é entendido como um conjunto de saberes e práticas desenvolvidas pelas populações locais de forma empírica, não padronizado, dinâmico e cumulativo, constituído em anos de experiência e por muitas gerações aplicados na agricultura, alimentação e atividades industriais e culturais e na reprodução do próprio modo de vida

É reconhecido como um legado histórico-social das comunidades remanescentes, inclusive das populações quilombolas e, tem influência nas concepções desses sujeitos sobre o meio em que vivem, na formação de sociabilidades, trocas culturais, sobrevivência econômica, política e social.

A educação ambiental é definida na Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999, como um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”,

Segundo Jacobi (2003, p. 195),

A idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado, o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos. Isto também implica que uma política de desenvolvimento para uma sociedade sustentável não pode ignorar nem as dimensões culturais, nem as relações de poder existentes e muito menos o reconhecimento das limitações ecológicas, sob pena de apenas manter um padrão predatório de desenvolvimento.

Certamente, o processo de implementação de uma sociedade sustentável é permeado de situações-problemas e conflitivas, visto que se trata de uma mudança substancial do próprio processo civilizatório, o qual implica desconhecimentos e incertezas.

A partir de meados da década de setenta do século passado, os governos de forma globalizada têm buscado por meio da educação ambiental o desenvolvimento de ações baseadas nos conceitos de ética e sustentabilidade como forma de garantir a construção de conhecimentos que possibilitem mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

Para Boff (2012, p. 137) o desenvolvimento sustentável resulta de um comportamento consciente e ético face aos bens e serviços limitados da terra. De saída, impõe um sentido de justa medida e de autocontrole contra os impulsos produtivistas e consumistas, aos quais estamos acostumados na nossa cultura dominante.

Como afirma Boff (2012, p. 149), a sustentabilidade não acontece mecanicamente. Ela é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a Terra, natureza, sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor a terra e a comunidade de vida, de solidariedade para as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica.

Para tanto, consideramos importantes as reflexões de Leff (2012, p. 246) quando afirma que, os desafios do desenvolvimento da sustentabilidade “implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa”.

Isto estabelece o direito à educação, a capacitação e a formação ambiental como fundamento da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida. Isto permitirá romper dependência e iniquidade fundadas na distribuição desigual do conhecimento, e promover um processo no qual os cidadãos, os povos e as comunidades possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprios nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável (LEFF 2012, p. 246)

Segundo Enrique Leff (2012, p. 256), a educação ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios de sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento.

Isto implica educar para formar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem.

No Capítulo, Seção III -, Da Educação Ambiental Não-Formal, da Lei N. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências,

IV – a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
V – a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

Nesse contexto legal encontram-se presentes as comunidades remanescentes quilombolas, as populações indígenas e outras, com tradições, cultura, saberes tradicionais que são passados de geração a geração, ao longo dos séculos e sociedades humanas.

Nas sociedades ocidentais orientadas pelo patriarcalismo, onde há a supremacia dos homens nas decisões, sempre ficou a cargo das mulheres a orientação e instrução dos filhos, ainda que com uma idade mais avançada as meninas ficassem com a mãe e os meninos acompanhando o pai. As mudanças sociais acabaram fazendo com que as mulheres assumissem a educação das crianças, enquanto os homens saíam em busca do sustento do lar. Era a mãe a encarregada de transmitir às crianças os valores, as noções morais e até questões da educação escolar, sendo a mulher sempre vista como a que aponta o caminho, ou a quem se recorre para pedir conselhos, etc.

Mesmo nas míticas sociedades matriarcais, em que a sucessão é identificada pela linha maternal, não há grande participação de homens no momento da educação, ali os homens seriam um meio para dar início ao processo de reprodução. Esse texto já apontou algumas comunidades remanescente quilombolas e suas características cotidianas, evidenciando inclusive que não são muitos os relatos de mulheres que tomaram a frente da administração dessas comunidades.

No entanto, pode-se dizer que, além dos mais velhos, são as mulheres as responsáveis pela disseminação dos valores e da manutenção das tradições culturais, passando para as novas gerações tudo o que aprenderam e o que querem preservar. Podemos começar apontando para a questão da identidade negra dessas comunidades. Muitas mulheres quilombolas entrevistadas ao longo dos tempos dizem ter conhecimento de suas origens, da ancestralidade negra, da descendência de negros escravizados. Ao falarem com muito orgulho

de sua raça, fazem de tudo para que os mais jovens tenham esse sentimento de pertença e saibam das suas raízes. Ao serem questionadas sobre serem quilombolas, no entanto, muitas não têm essa consciência. Em muitos casos foram a presença de pessoas das organizações governamentais que explicaram o que são quilombos, os remanescentes e como são denominadas as pessoas que ali habitam, sendo estes conceitos novos (SANTOS, 2012).

Com relação a criação das crianças, como relatou Godinho (2008), há uma diferenciação entre os meninos e as meninas, estas últimas sendo educadas pelas mães para o trabalho no lar e os meninos da mesma forma até os 12 anos. Depois dessa idade passam a acompanhar o pai nos afazeres de cuidar dos animais, pescar, trabalho nas plantações, etc. A autora aponta que percebeu no Quilombo Kalunga que a função da mulher é no lar e na educação dos filhos, transporte de água, cuidado com a roupa e com a comida e, na época de plantio ou colheita ajudam o marido. No entanto, percebe-se que o homem é o chefe da família, ainda que ambos tenham poder de decisão (GODINHO, 2008).

Silva (2010) ao inserir-se na comunidade do quilombo Valongo, Santa Catarina, aponta outra faceta das mulheres deste local. Em seu relato ela aponta:

Ressalta-se o papel das mulheres, hoje, como lideranças que articulam, decidem e empreendem as ações para fora da Comunidade. A elas, preferencialmente, já não compete o trabalho no campo, este é um serviço dos homens. Porém, podemos perceber que o poder matriarcal é marcante no processo de construção da identidade familiar e coletiva da Comunidade (p. 78).

Sobre a mulheres que ajudam a manter viva a agricultura de subsistência nos quilombos mineiros, Tubaldini et al (2011) apontam que sua rotina de trabalho é muito intensa, pois alí a mão de obra masculina tem se tornado muito reduzida por conta da migração dos homens em busca de trabalhos com uma melhor remuneração. Sobre o papel das mulheres nessas comunidades, e a afirmação dos autores pode abranger todos os remanescentes quilombolas, é necessária e urgente a valorização das mulheres enquanto construtoras do continuísmo das relações e tradições culturais que envolvem “preservação da identidade quilombola, da solidariedade camponesa, da sustentabilidade e produção agroecológica de alimentos e sementes crioulas que sustentam as famílias quilombolas das áreas estudadas [...] (p. 10).

Costa e Pinto (2015), que estudaram as mulheres quilombolas do Pará, ressaltam que além de papel de destaque, ainda são imprescindíveis no cotidiano das comunidades, pois fazem o que mais ninguém sabe ou pode fazer.

Tais mulheres empoderaram-se a partir do momento em que detém alguns saberes tradicionais como “a arte da benzeção”, algumas práticas de curandeirismo, o ofício de parteira, o dom de consertadeira e experientes, etc. Tais conhecimentos garantem a estas pessoas, não somente um status de relevância social, ou de destaque dentro do grupo, eles auxiliam aos mesmos a possibilidade de emancipação individual, de controle do próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro (p. 7).

Portanto, apesar da escassez de estudos sobre o papel das mulheres nas comunidades quilombolas, não se pode deixar de destacar questões importantes como sua função para a preservação das tradições. Está nessas mulheres a necessidade de transmitirem o que sabem, o que foram aprendendo e apontar às novas gerações de onde vieram, qual sua origem. Pode-se perceber ainda, que são mulheres fortes e que foram preparadas para a vida dura de trabalho doméstico e nas plantações, artesanato, sempre destacando o cuidado que tem com a terra e a relação de troca na qual o sustento de suas famílias vem do solo.

PARTE III

METODOLOGIA DA PESQUISA

[...] a verdade científica é uma predição, ou melhor, uma pregação. Convocamos os espíritos à convergência, anunciando a nova científica, transmitindo de uma só vez um pensamento e uma experiência numa verificação: o mundo científico e, pois, nossa verificação.

Bachelard, 2000

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A opção metodológica, de acordo com a preocupação do pesquisador e objeto da pesquisa, foi pela abordagem descritiva, buscando por meio da análise qualitativa, com apoio da quantitativa, uma descrição das características de uma determinada população – A Comunidade Quilombola de Fojo, um estudo descritivo de determinado fenômeno e suas variáveis (SANTOS, 2002, p. 161).

O estudo descritivo, conforme Santos (2002, p. 161), faz “a descrição das características de uma determinada população, estudo descritivo de um determinado fenômeno com suas variáveis”. E a pesquisa qualitativa (BOGDAN E BIKLEN 1982 apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 11) “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] os dados coletados são predominantemente descritivos”, como também, “a preocupação com o processo é maior do que com o produto”. E, portanto, o “significado’ que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador” (1986, p. 11).

Como ressaltam os autores (2002, 1982, 1986), entre as várias formas que pode assumir uma pesquisa qualitativa, destacam-se a pesquisa de cunho etnográfico – “uma descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo” (SPRADLEY, 1979, apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 14).

Por isso, buscamos o apoio da abordagem de cunho etnográfico (1986), para construir caminhos de interpretação possíveis à pesquisa qualitativa e os modos de vida, as relações entre famílias quilombolas de Fojo e entre os sujeitos na comunidade, a construção de conhecimentos/saberes, comportamento e valores na comunidade investigada.

Sabemos que, qualquer que seja a pesquisa,

independente da área do saber, para ter êxito, necessita de pré-requisitos de ordem social, política e cultural, intelectual e moral do pesquisador, além das viabilidades de caráter-técnico, lógico, financeiro, material e humano (SANTOS, 2002, p. 164).

Para tanto, o pesquisador necessita ter, entre outras, as seguintes qualidades: “conhecimento do assunto a ser pesquisado, curiosidade, criatividade, integridade intelectual,

atitude autocorretiva, sensibilidade social, imaginação disciplinada, perseverança, paciência e confiança na experiência” (GIL, 1989, p. 20).

As considerações desta pesquisa, no processo de investigação, seguiu Lüdke e André (1986), Trivinos (1987) para aplicação da abordagem qualitativa, métodos, técnicas e procedimentos da pesquisa. Segundo esses referenciais, na pesquisa qualitativa, o pesquisador baseia-se na interpretação do mundo real, preocupando-se com a interpretação aprofundada dos dados coletados pela pesquisa.

Como apresenta Moreira (2002), nesse processo, deve-se ter a interpretação como foco e um dos recursos utilizados é a subjetividade, tendo como perspectiva dos sujeitos da pesquisa, os seus informantes e o interesse está no processo e não nos resultados da pesquisa.

Nessa perspectiva, o presente estudo descritivo tem por objetivo analisar a relação mulher-natureza na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA sobre o meio ambiente, buscando identificar formas de construção de conhecimentos/saberes (etnoconhecimento) desses sujeitos sobre a relação ser humano-natureza, observando se suas práticas permitem (ou não) sustentabilidade ambiental e gênero na comunidade investigada.

Para tanto, a presente pesquisa descritiva e qualitativa de análise buscou apoio de estudo bibliográfico, documental e internet para elaborar o marco teórico sobre o objeto de estudo e identificar formas de interação entre os sujeitos da pesquisa, mulheres da Comunidade de Remanescente de Quilombo de Fojo, Itacaré, BA que decidiram pela participação neste estudo, por meio de aplicação de entrevistas semiestruturadas e, também, através da observação in loco, realizada de modo assistemático e sistemático pela pesquisadora e conversas formais e informais.

Além das mulheres, participaram como sujeitos da pesquisa, moradores da comunidade (homens) que também contribuíram como fontes de informação relevantes para o entendimento da pesquisa, respondendo a entrevista semiestrutura e participando de conversas informais, utilizadas para investigar o que pensam/dizem esses sujeitos sobre a relação mulher quilombola de Fojo natureza e suas contribuições ambientais (ou não) à comunidade onde vivem.

Essa participação dos homens pertencentes a comunidade ora estudada foi imprescindível para buscar respostas sobre mulheres quilombolas de Fojo e suas relações com a natureza/meio ambiente, percebendo-se que convivem no mesmo espaço e território de Fojo.

A escolha pela amostra da população deveu-se aos objetivos da pesquisa, optando por mulheres da Comunidade do Quilombo de Fojo e homens que pertencem a esse espaço, que

são reconhecidos por pertencer ao Núcleo Familiar do Quilombo de Fojo. Esse Núcleo tem como, o que denominamos aqui de líder da comunidade de negros quilombolas, o sujeito da pesquisa, Senhor DGS, morador da família F2, o mais velho da comunidade, com 62 anos de idade, que no momento da pesquisa, declarou-se ser o responsável pelo Núcleo Familiar I, da Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo, descendentes do negro africano e do Núcleo Familiar II formado por trabalhadores de Movimento Sem Terra. Ele é considerado a Referência na Comunidade e para ter acesso ao Território é preciso de sua autorização.

Para a identificação das famílias e quantidade de moradores por família foram aplicados roteiros de entrevista semiestruturada durante a pesquisa exploratória, com intuito de, a partir dos dados levantados nesse momento, decidir pela amostra da pesquisa.

Por meio dos instrumentos da pesquisa descritiva que foram as entrevistas semiestruturadas, a observação in loco, a análise de figuras e as conversas formais e informais foram coletados dados sobre o que pensam, dizem, falam os sujeitos da pesquisa sobre o meio ambiente/meio ambiente sustentável.

A coleta de dados pela observação direta assistemática para decidir sobre o campo de pesquisa foi iniciada entre os meses de março e abril de 2014. Foi decisiva para que a opção pela Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo se tornasse concreta devido ao objeto da pesquisa.

Assim, as conversas formais e informais com moradores do Território de Fojo, no primeiro momento, entre os meses de junho e julho de 2015 foram decisivos para o reconhecimento da população que vive atualmente no território de Fojo e contribuiu para a delimitação do tema e problema, a amostragem e amostra da população investigada, além da definição dos objetivos da pesquisa.

A observação direta sistemática, no segundo momento e, também, as conversas formais e informais com sujeitos da pesquisa na comunidade investigada foram realizadas pelo pesquisador durante o período de coleta entre os meses de julho e novembro de 2015.

Do mesmo modo, a pesquisa analisou os papéis que mulheres desempenham na comunidade quilombola investigada para entender as relações de gênero e como essas relações estão organizadas na comunidade de Fojo, observando nas suas falas e respostas às questões das entrevistas semiestruturadas, seu papel na comunidade, as formas de relacionamento, de “poder” e o impacto desses processos no meio ambiente local. Para entender melhor essas questões também foram ouvidos os homens dessa comunidade para saber o falam/dizem /pensam sobre o papel das mulheres de Fojo.

As respostas dos sujeitos, analisadas pela pesquisa, permitiram que se pudesse identificar as contribuições (ou não) das mulheres na mudança de comportamento, valores e tomadas de decisão na Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA, sobre meio ambiente e gênero. Nesse sentido, valorizamos a participação das mulheres de Fojo na associação da comunidade onde vivem.

Para melhor entendimento houve a preocupação em aprofundar conhecimentos e análise dos conceitos, concepções e definições aplicadas à pesquisa, entendendo-se que a linguagem científica deve ser específica e delimitada.

Desse modo, a linguagem “tenta representar a realidade através de uma simbologia que deverá ser o máximo exata, sensível e consensual (intersubjetiva) e representar o mais exatamente possível os fenômenos da realidade” (KÖCHE, 1997, p. 115).

O universo da pesquisa são as comunidades quilombolas na Região Sul da Bahia, sendo a Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, em Itacaré, BA, o alvo central da pesquisa, tendo como foco a relação mulher-natureza dessa comunidade e o seu relacionamento de gênero e meio ambiente/sustentabilidade.

Essa comunidade foi escolhida como campo de estudo, devido a sua localização e formas de vida na Região Sul da Bahia. Localiza-se numa região turística do Estado, com grande concentração de mata atlântica, com áreas de preservação ambiental, portanto, percebemos que uma pesquisa dessa natureza é muito importante.

Outras pesquisas de mestrado e doutorado já foram realizadas nessa área e trazem informações importantes como contribuições sociais e, reconhecemos que, conforme os objetivos deste estudo, que tratam da relação mulher-natureza em comunidades tradicionais, são contribuições relevantes à sociedade, à ciência e à pesquisadora, por ser neta de escravo e se interessar pelo estudo do tema.

Portanto, para a coleta de dados da pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: observação assistemática e sistemática, roteiro de entrevista direta, semiestruturada, figuras e conversas formais e informais com os sujeitos da pesquisa.

3.1 Métodos e Técnicas utilizadas na Pesquisa

O método utilizado para a investigação foi a abordagem descritiva de análise, seguindo as orientações de Demo (1998) quando afirma que a pesquisa é a atividade científica que busca descobrir a realidade e Gil (2002) que fala da pesquisa como procedimento racional e

sistemático que tem como objetivo buscar respostas para o problema pretendido pela investigação.

Desse modo, de forma objetiva e sistemática, efetivou-se os percursos da pesquisa descritiva e qualitativa, tendo apoio da abordagem exploratória e da quantitativa de análise que contribuem com a coleta, análise e tratamento dos dados coletados no campo de investigação.

3.2 Coleta, Análise e Tratamento de Dados da Pesquisa

A coleta de dados foi iniciada em março de 2014, com a aplicação da abordagem bibliográfica e documental, buscando aprofundar conhecimentos sobre o objeto de estudo em questão. Com base nos referenciais teóricos e, nesse processo, foram definidas as categorias relevantes da pesquisa, que complementou os dados obtidos através da observação direta, entrevista e conversas formais e informais. Essa etapa da pesquisa de análise bibliográfica e documental foi desenvolvida até o momento de conclusão deste estudo.

Dando continuidade à aplicação da presente pesquisa, nos meses de março e abril de 2014 foi realizada uma pesquisa de levantamento de dados sobre comunidades quilombolas sediadas no Estado da Bahia com a intenção de aprofundar conhecimentos sobre seus modos de vida, localização, dentre outras questões importantes e que possibilitasse ao pesquisador o reconhecimento dessas comunidades, especificamente, das localizadas no Litoral Sul do Estado, onde se encontra sediada a Comunidade do Fojo, município de Itacaré, BA.

A observação direta e assistemática foi aplicada no primeiro momento, durante os meses de junho e julho de 2014, para selecionar o campo de pesquisa. A observação direta no campo de pesquisa contribuiu com a formulação de questões, planejamento, análise e múltiplas diferentes de interlocução do pesquisador com os sujeitos da pesquisa. Como afirma Turra (2003), este instrumento de pesquisa é importante, pois colabora com “a descoberta de diferentes formas de interlocução com os sujeitos ativos da realidade investigada e, certamente, a análise do próprio modo segundo o qual o pesquisador olha seu objeto de estudo” (op. cit., p. 188).

E, no segundo momento, entre os meses de março e novembro de 2015, foi aplicada a observação direta e sistemática, continuando com a intenção de desvelar o objeto de estudo, exigindo a participação direta do pesquisador no campo de investigação e, cada vez mais, a concentração em aspectos relevantes que contribuíram para responder aos objetivos específicos da pesquisa.

A pesquisa, desde março de 2014, teve a preocupação com a coleta de materiais bibliográficos, documentais e pesquisa na internet para buscar informações sobre quilombos, mulheres quilombolas, meio ambiente, meio ambiente sustentável, história da população negra no Brasil e na Bahia, inclusive sobre as comunidades quilombolas em Itacaré – BA. Desse modo, conseguimos chegar até a Comunidade de Remanescente de Quilombo de Fojo, em Itacaré – BA, campo de investigação desta pesquisa.

A análise documental para atualização e ajustes do projeto de pesquisa apresentado para a seleção e entrada no mestrado em Ciências Ambientais da UESB e entregue ao PPGCA, após as orientações e considerações metodológicas para, assim, após esse momento iniciar a pesquisa propriamente dita.

Assim, pode ser iniciada a garimpagem das referências bibliográficas, documentos e pesquisa na internet para buscar contribuições ao estudo do tema em questão.

Nesse momento, houve o cuidado de trabalhar com os conceitos/constructos, as concepções e definições importantes a compreensão do objeto desta pesquisa, buscando a interpretação sobre mulheres quilombolas, meio ambiente, gênero, dentre outros apresentados na introdução deste estudo e ao longo de sua elaboração textual.

Para a coleta de dados por meio dos instrumentos de pesquisa (observação in loco, direta, assistemática e sistemática, conversas formais e informais), na primeira etapa deste estudo, foi planejado a aplicação dos instrumentos de pesquisa (conversas formais e informais e observação direta e sistemática) aos sujeitos, às mulheres quilombolas entre os meses de maio e agosto de 2015, com objetivo de investigar o que dizem, falam/pensam estes sujeito sobre o meio ambiente, sustentabilidade ambiental, educação ambiental e outras questões apresentadas pelos objetivos pretendidos por esta investigação.

Para responder aos objetivos da pesquisa, também foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a estes sujeitos da pesquisa – mulheres quilombolas da Comunidade de Fojo, sediada no município de Itacaré – BA. A realização dessa fase da pesquisa foi planejada entre os meses de maio e setembro de 2015.

Nesse mesmo momento, entre os meses de maio e setembro de 2015, com os instrumentos selecionados e elaborados com atenção aos objetivos pretendidos pela pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada, conversas informais e observação in loco sistemática, também a outros sujeitos selecionados pela pesquisa que decidiram pela participação após o convite do pesquisador, a saber: homens da comunidade de Fojo, membros da associação do Fojo e idosos, moradores negros quilombolas dessa comunidade.

A análise de dados foi realizada entre os meses de julho a dezembro de 2015, pois é um processo de desenvolvimento contínuo. A análise bibliográfica, documental e pesquisa na internet foram realizadas durante todo o desenvolvimento da pesquisa e finalizado com a conclusão e considerações finais no final do mês de janeiro de 2015.

3.3 Contextualização da Pesquisa

3.3.1 O Território Litoral Sul da Bahia

O Território Litoral Sul da Bahia ocupa uma área de 14.736,20 Km². Vinte e seis (26) municípios formam este território. Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicarai, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca.

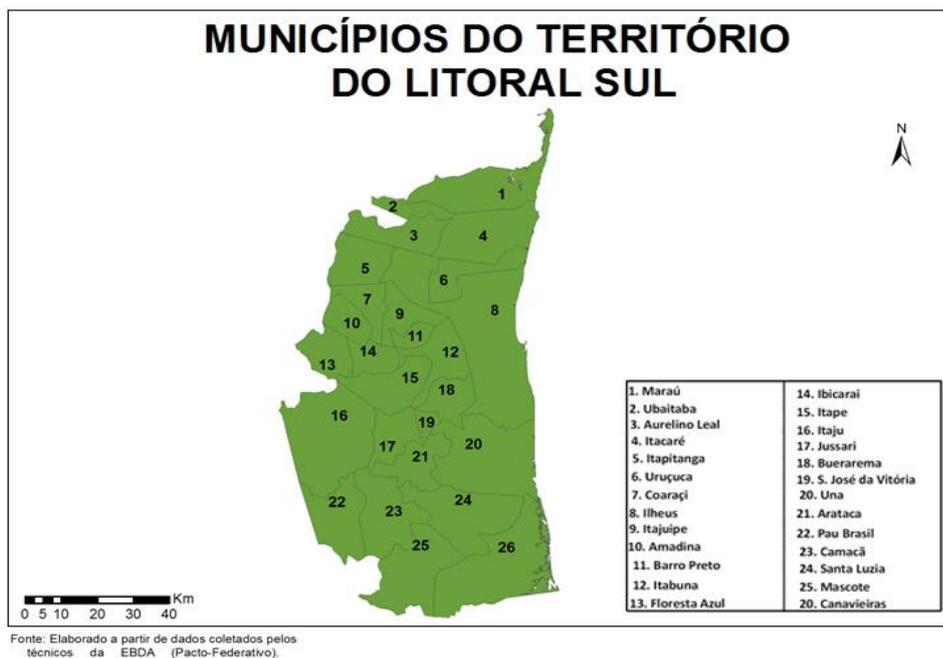


Figura 03 – Mapa dos Municípios do Território do Litoral Sul
Fonte: EBDA, 2015.

De acordo com o Sistema de Informação Territoriais - SIT, a população do território corresponde a 772.694 habitantes, destes 139.828 ou 18,10% vivem na área rural. Possui 13.929 agricultores familiares, 2.330 famílias assentadas, 13 comunidades quilombolas, sendo que 07 (sete) delas estão localizadas no município de Itacaré, e duas terras indígenas. Seu IDH

médio é 0,67. Este Território se destaca pelo seu enorme potencial turístico tanto ecológico como cultural, devida às suas belezas naturais e diversidade cultural.

O Litoral Sul da Bahia possui diversos segmentos econômicos, sendo os mais importantes cacau, seringueira, banana, coco, café, mandioca e dendê. Abrange áreas remanescentes de Mata Atlântica, um ecossistema que se encontra entre as cinco regiões de maior prioridade para a conservação da biodiversidade e um dos hottest Hotspots (que significa uma área rica em biodiversidade e ameaçada do mundo) do planeta.

A cacauicultura foi responsável pelo desbravamento da região, criando cidades e formando gerações e, desta forma, instituiu uma civilização no Sul da Bahia, um patrimônio, uma identidade histórico-cultural. A crise da cacauicultura provocou a falência de muitos proprietários rurais, o desemprego e conseqüentemente o êxodo rural.

Com o fim dos tempos áureos do cacau a região buscou a diversificação da economia através de sistemas agroflorestais utilizando espécies como a piaçava, dendê, pupunha, banana e seringueira, pautadas em práticas sustentáveis, visto que a região se encontra no corredor central da Mata Atlântica. Uma atividade econômica que se destacou na região com a crise do cacau foi a criação de bovinos que deixou de ser uma atividade secundária do cacau e passou a ser a principal.

Assim, o Território Litoral Sul da Bahia encontra-se inserido nessa conjuntura de elevada complexidade e diversidade cultural onde vivem indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, comunidades tradicionais de negros e população urbana, estrutura socioeconômica diversa e grande importância ambiental.

3.3.2 A cidade de Itacaré – BA: território e ocupação populacional

A cidade de Itacaré, localizada no Território de Identidade Litoral Sul do Estado da Bahia, na Costa do Cacau ao Sul de Salvador, situada entre o mar e a Mata Atlântica, possui uma população estimada em 2013 de 26.753 habitantes.

Assim, podemos verificar na Figura 04, do Mapa da Cidade, Figura 05, da localização do município de Itacaré no Estado da Bahia e a Figura 05.



Figura 04 – Mapa da cidade de Itacaré-BA.
Fonte: www.google.com.br (2015)



Figura 05 – Localização do município de Itacaré.
Fonte: www.google.com.br (2015)

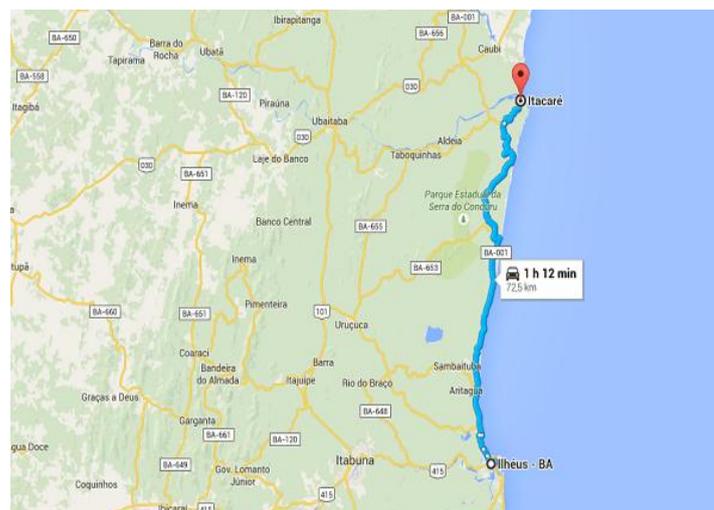


Figura 06 – Localização do município de Itacaré
Fonte: www.google.com.br, 2015

Fundada pelos Jesuítas no século XI teve o nome de São Miguel da Barra do Rio de Contas. O município cresceu e se desenvolveu graças ao cultivo do cacau. Entretanto, com o assoreamento do porto em 1940, o município passou por um longo período de isolamento, visto que, as estradas eram muito ruins.

Abaixo, podemos observar no Quadro de figuras (Figura 07) de Itacaré antiga, que mostram e recordam suas construções arquitetônicas antigas e coloniais, com grandes casarões coloniais e exuberantes e o porto da cidade, por onde se movimentava o comércio e o tráfico de negros africanos nesse período, uma esfera de domínio do Império Colonial português e que caracterizam aspectos políticos, administrativos e escravistas da colonização e imperialismo português no Brasil.



Figura 07 - Quadro de Figuras antigas da cidade de Itacaré.
 Fonte: www.itacaré.ba.gov.br, 2015

Por isso, ao que tudo indica, a ostentação, como se vê, era mais uma estratégia para concentrar poder, como afirma Del Priore (2000, p. 37), inclusive quando a situação econômica estava precária, e, com os casarões dos Senhores de Engenhos e/ou de grandes pecuárias e/ou cacauicultura, proprietários de negros escravos e de vastas terras, eram também as vestimentas, os sapatos limpos, os ternos bem organizados, como se vê na Foto 5, que compõe a Figura 07.

Com a construção da Estrada Parque da Serra Ilhéus-Itacaré em 1998 conhecida como a primeira estrada ecológica do país e da ponte sobre o Rio de Contas na rodovia BA 001, encurtando assim a distância à Salvador através do ferry-boat de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, a cidade passou a ser um dos mais importantes centros turísticos do litoral sul da Bahia. Conhecida internacionalmente é considerado o principal ponto de surf do Estado.



Figura 08 – Estrada Parque da Serra Ilhéus-Itacaré.
Fonte: www.google.com, 2015.

De acordo com a Wikipédia (2015), a economia de Itacaré tem como principal fonte o turismo que corresponde a 90% do produto interno bruto (PIB) do município. Os segmentos turísticos explorados são o ecoturismo, o turismo de aventura e esportivo, sol e praia. Os turistas também podem desfrutar de uma vida noturna bastante agitada na cidade, pois há sempre shows e festas, além de bares e boates que funcionam o ano todo.

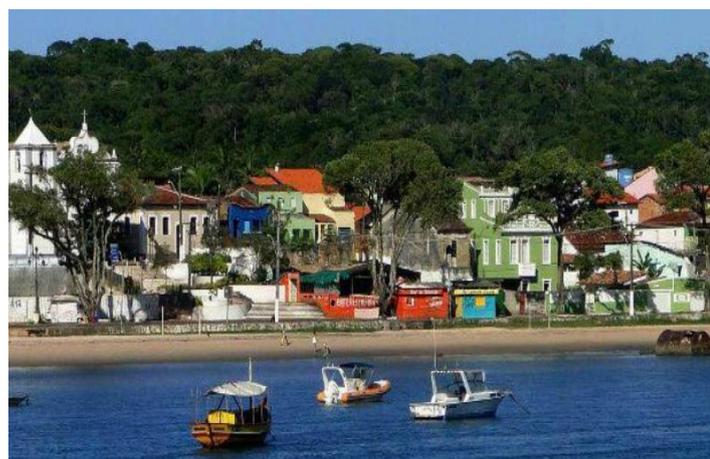


Figura 09– Cidade de Itacaré atual.
Fonte: www.google.com, 2015.

A cidade de Itacaré ainda conserva muito da arquitetura dos tempos áureos dos “coronéis do cacau” e proprietários de escravos, como também, áreas de preservação

ambiental. Podemos encontrar no centro da cidade vários casarões que foram reformados e transformados em hotéis, restaurantes, bares, cafés, boates, lojas, dentre outros.

A cidade tem uma vista panorâmica muito bonita e de atração turística, principalmente, para pessoas que tem preferência por áreas de conservação ambiental, passeios por trilhas e esportes radicais.



Figura 10 – Vista panorâmica da cidade de Itacaré atual.
Fonte: www.google.com, 2015

Além de possuir uma paisagem deslumbrante, com praias de natureza quase intocada, Itacaré possui um clima tropical, com temperaturas que variam entre 25°C e 30°C, podendo alcançar 40°C durante os meses de dezembro a fevereiro. Tem sol brilhante o ano todo.



Figura 11 – Bares e restaurantes no centro da cidade.
Fonte: www.google.com, 2015.

A cidade está sempre em clima de festa, configurando-se como espaço de a alegria e convivência entre o profano e o sagrado, com a predominância do profano. À noite os turistas

se encontram nos bares e restaurantes do Centro da cidade e da Pituba e amanhecem o dia ao ritmo de forró e *reggae*.



Figura 12 – As famosas ondas de Itacaré

Fonte: www.google.com

As ondas em Itacaré são constantes durante o ano todo. Um misto de condições climáticas, condições geográficas e relevo submarino, faz dessa cidade um dos melhores lugares do Brasil para a prática de surf. Todos os anos é realizado o Mahalo Surf Eco Fest que já teve a sua oitava edição. Também são realizadas etapas do Circuito mundial de Surf, dentre outros campeonatos.



Figura 13 –Cachoeira de Itacaré – BA

Fonte: www.google.com



Figura 14 – Praias de Itacaré - BA

Fonte: www.google.com

A cidade possui paisagens paradisíacas e área de Proteção Ambiental com atividades de ecoturismo e esportes radicais, como eco-aventura, trilhas, rafting, parapente caiaque, *stand up*, arvorismo, mountainbike, rapel, tirolesa. O turismo é uma atividade permanente devido ao oferecimento de muito sol e mar nas praias de São José, Concha, Resende, Costa, Tiririca, Coroinha, Prainha, Ribeira, Engenhoca, Jeribucaçu, Hawaizinho, Jacarezinho, Seriaço, Serra e

Pontal, ou simplesmente, curtir um lindo pôr-do-sol, que em Itacaré se torna um espetáculo à parte.



Figura 15 – Mulheres quilombolas, moradoras da cidade de Itacaré – BA.
Fonte: www.facebook.com/conselhoquilombola, 2015

Itacaré, BA, também teve um passado lendário. Hoje se destaca como ponto turístico internacionalmente conhecido. Entretanto, no passado era referência no comércio negreiro na Bahia. O comércio era feito na foz do Rio de Contas e segundo relato de quilombolas, muitos navios naufragaram no rio quando entravam para comercializar os escravos e, assim, os negros sobreviventes, fugiam para as matas e davam origem aos quilombos.

Hoje, existem 07 (sete) comunidades reconhecidas no município como sendo remanescentes de quilombo. São elas: o Quilombo Fojo, Quilombo João Rodrigues, Santo Amaro, Serra de Água, Porto de Trás (quilombo urbano), Oitizeiro e Água Vermelha. Estas comunidades ainda guardam as tradições de seus antepassados como a capoeira de Angola, o samba de roda, bicho caçador, ciranda de roda, dentre outros.

Com o objetivo de valorizar a cultura das comunidades remanescentes de quilombo do município a prefeitura criou o Festival de Cultura Quilombola que já está na sua segunda edição e se configura como mais uma atração turística para o município. A prefeitura também planeja a criação de roteiros turísticos em comunidades quilombolas e o desenvolvimento de turismo étnico-afro.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.4 Resultados e discussão da pesquisa na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA

3.4.1 Área da Pesquisa – A Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, Litoral Sul, Itacaré – BA

A Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, localizada no município de Itacaré, no Litoral Sul do Estado da Bahia, campo de investigação desta pesquisa, possui atualmente uma população composta por um total de 65 famílias.

De acordo com o Jornal Grande Bahia de 11 de março de 2015, a história dessa comunidade tem início no ano de 1880, com a chegada do escravo Alfredo Gomes que fugiu guiando-se pelo Rio de Contas e, desse modo viveu durante oito anos, até a assinatura da Lei Aurea que deu fim ao regime escravocrata no Brasil.

Os descendentes de Alfredo Gomes ainda vivem na comunidade e formam um único Núcleo Familiar composto por Negros Quilombolas Remanescentes do Quilombo de Fojo.

Conforme análise documental, a comunidade recebeu este nome Fojo, por conta das armadilhas que Alfredo Gomes fazia para caçar e garantir a subsistência. Ele aprendeu a fazer esse tipo de armadilha quando ainda trabalhava como escravo e via as armadilhas feitas pelos capitães-do-mato para capturar os escravos fugitivos. Essas armadilhas eram denominadas de fojo, que, de acordo com o Dicionário Web (2015), significa “cova funda, cuja abertura se tapa ou se disfarça com ramos, para nela se apanharem, vivos animais ferozes”. Desse modo, as covas eram bem fundas, feitas no terreno e cobertas com folhagens secas para disfarçar as armadilhas, pois, sem perceber o falso terreno, os escravos ou animais caíam nas armadilhas e, sendo capturados, os escravos eram reconduzidos aos seus senhores e os animais serviam para complementar as refeições.

Do mesmo modo, por se tratar de um local de difícil acesso ao Fojo, a comunidade quilombola investigada mantém as características tradicionais de cultivo e produção e, também, de preservação ambiental. Entretanto, podemos observar em determinados locais da área delimitada ocorrem desmatamento e queimadas realizados por fazendeiros que

ainda permanecem em suas fazendas, dentro do território demarcado como Fojo e, também, por trabalhadores do Movimento Sem Terra (MST), que ocuparam área do quilombo de Fojo e, desse modo, se integram a essa comunidade quilombola.

De acordo com o Art. 14, da Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT,

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

Conforme resultados de dados documentais, os moradores do quilombo de Fojo, como descendentes de escravos, que tradicionalmente tiveram acesso a este território e nele desenvolveram atividades tradicionais e de subsistência, hoje, ocupam este território garantindo a proteção dos seus direitos de propriedade e posse.

Assim, na comunidade quilombola de Fojo, percebemos que os moradores e descendentes de remanescentes de quilombos conquistaram o direito de utilizar as terras, hoje, ainda não exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, seus antepassados tiveram acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência e, atualmente, fazem o mesmo, a história se repete.

Do mesmo modo, a comunidade tradicional de Fojo foi beneficiada pelo Decreto n. 6.040, de sete de fevereiro de 2007, que estabelece em seu Art. 3º, como Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, a saber:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

- I - **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
- II - **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e

quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

(...)

ANEXO

(...)

Art. 3º São **objetivos específicos** da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

Conforme os resultados de dados quantitativos coletados pela entrevista semiestruturada aplicada aos moradores de Fojo, atualmente, há uma população total de 165 pessoas entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, que compõe dois Núcleos Familiares (um formado por remanescentes do quilombo de Fojo e outro, formado por trabalhadores do Movimento Sem Terra), e tem garantido por Lei, seu território, o acesso aos recursos naturais que utilizam para a reprodução física, cultural e econômica da Comunidade investigada.

A área de entrada para a comunidade é demarcada e possui placa sinalizadora com o nome da Comunidade de Fojo, como podemos verificar na Figura 15, localizada à beira da Rodovia BA 654. Na entrada da Comunidade existe uma Igreja Evangélica Assembleia de Deus, um prédio escolar e uma “venda” que funciona em uma casa pequena, local onde a população compra mercadorias para o consumo cotidiano. Como também, há uma Barbearia e uma casa de uma família de quilombolas.



Figura 16- Entrada Comunidade Remanescente de Quilombo de Fojo, 2015.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

A Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo fica na área de terras localizada à margem direita da Rodovia BA 654, que liga a sede do município de Itacaré ao distrito de Taboquinhas, Uruçuca, BA.



Figura 17: A escola e a Igreja Evangélica da Comunidade de Fojo, Itacaré, BA.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Nessa comunidade há uma escola e uma igreja evangélica que atendem à Comunidade de Fojo e, como podemos observar a Figura 11, essas duas instituições estão localizadas uma ao lado da outra, na entrada do Território de Fojo e, ao lado esquerdo num lugar visível para todos que entram na comunidade.

Em Santos (2006), o território se apresenta como “o recorte ou fração do espaço qualificado por seu sujeito” e, desse modo, podemos também denominar o território ocupado pela Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, quando neste espaço ocorreu movimentos pela regularização fundiária das terras e se manifestam pela tradição da população negra e sua cultura e, em especial, pela relação homem-natureza.

Porém, no território de Fojo, dentro da Comunidade Quilombola, também vivem moradores do Movimento do Sem Terra (MST), que se estabeleceram na área de terra localizada à margem esquerda da Rodovia BA 654, que liga a cidade de Itacaré ao distrito de Taboquinha, conhecida como INCOL (fazenda invadida pelos sem-terra), ocupando uma extensão territorial expressiva. Como estes pequenos agricultores ocupavam terras que foram reconhecidas pelo governo como pertencentes ao Quilombo de Fojo, então passaram a integrar a comunidade. Entretanto, as práticas e costumes de lidar com a terra se diferenciam dos membros da Comunidade que são remanescentes de quilombos.

Atualmente, as duas comunidades ocupam o mesmo território e, a pesar de atuarem de forma distinta, como foi possível observar, cada uma em seu espaço ocupado, utilizando-se de

recursos disponíveis em suas áreas, comungam através da Associação do Desenvolvimento do Quilombo do Fojo, interesses como a melhoria das condições de moradia, das estradas e dos meios de subsistência da Comunidade.

Estes agricultores, trabalhadores rurais, integrantes do Movimento Sem Terra (MST) em sua maioria moram na cidade de Itacaré. Alguns trabalham na cidade e passam apenas os finais de semana na roça. Outros trabalham na roça durante a semana, plantando, limpando, colhendo e retornam para a cidade no final da semana.

Como podemos observar nas Figuras 17, a área ocupada pelo MST, por meio da invasão, antes do processo de regularização do território quilombola de Fojo encontra-se em processo de desmatamento. Para realizar as atividades agrícolas, as árvores estão sendo derrubadas, sem planejamento ou acompanhamento sistemático de órgãos ou lideranças e/ou licenças ambientais.



Figura 18– Área desmatada e queimada.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo 2015

Diante destas características, houve a opção por desenvolver a pesquisa apenas com o grupo de moradores de Fojo, que são remanescentes de quilombos, pois estes demonstram uma preocupação maior com as questões ambientais e, também, constitui-se como objeto de estudo da pesquisadora.

Conforme resultados de dados coletados na pesquisa exploratória, no momento de levantamento de dados bibliográficos, a Bahia possui atualmente mais de 500 comunidades quilombolas, sendo 381 (trezentos e oitenta e uma) já certificadas pela Fundação Cultura Palmares e, cerca de 119 encontram-se em fase de reconhecimento e titulação de seus territórios(CAVALCANTE, 2016, P. 03).

De acordo com dados coletados no Diário Oficial da União – Seção 3, n. 47, de 11 de março de 2015,

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, nomeado pela Portaria/INCRA/Nº 93/2013, art. 2º publicado no D.O.U. de 25/02/2013, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22 da Estrutura Regimental, aprovado pelo Decreto n.º 6.812, de 03 de abril de 2009, combinado com o art. 132 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria/MDA/n.º 20 de 08 de abril de 2009, publicada no D.O.U. de 09 de abril de 2009, TORNA PÚBLICO que tramita na citada Superintendência o Processo Administrativo nº 54160.001670/2008-03, que trata da regularização fundiária das terras da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, localizada no município de Itacaré, Estado da Bahia.

Foi observado que esse processo não foi de forma passiva, mas ocorreu após as reivindicações e lutas pela posse da terra pelos quilombolas, através de intervenção política do Estado. E, como se lê no referido documento, este espaço

ora em processo de regularização é o que consta no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado por equipe multidisciplinar instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/GAB/BA Nº 61/2012 e aprovado pelo Comitê de Decisão Regional, conforme ATA/REUNIÃO/CDR/SR-05/ Nº 01/2015 (D.O.U, 2015, p. 143).

Afirma-se ainda nesse mesmo documento que a comunidade

é composta por 65 (sessenta e cinco) famílias e o território identificado e delimitado possui área de 1.343,8407 (hum mil, trezentos e quarenta e três hectares, oitenta e quatro ares e sete centiares) hectares e perímetro de 21.738,09 m (vinte e um mil e setecentos e trinta e metros e nove centímetros) com os seguintes limites e confrontações: **ao norte:** Nicolas François Louis, Lourival Pereira, Fazenda Santa Luzia, Rio de Contas, Luís Fernando, estrada vicinal, Antônio Udson Vasconcelos e Faixa de Domínio BA 654; a leste: Nicolas François Louis, Luís Mendes, Faixa de Domínio BA 654, RPPN Reserva Capitão, Joaquim Galias Galvão, Luís Sergio Tavares, estrada vicinal, Iberê de Tal e Adalvo Argolo; **ao sul:** Joaquim Galias Galvão, Adalvo Argolo, Luís Sergio Tavares, estrada vicinal, Iberê de Tal, Fazenda Lajedão, Armando de Jesus Silva, Gener dos Santos Faria e Fazenda Santo Antônio; a oeste: Fazenda Lajedão, Luís Henrique da Silva, João Roseno, Armando de Jesus Silva, Gener dos Santos Faria, Fazenda Santo Antônio, Faixa de Domínio BA 654, Lourival Pereira, Fazenda Santa Luzia e Rio de Contas. No perímetro descrito incide os seguintes registros imobiliários lavrados no Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Itacaré: Marc Lemoine e Stefano Poli, Mat. nº 3678, Liv. 02; Lourival Pereira dos Santos, Mat. Nº 900/R-2; Antonio Raimundo Von Beckerath, Mat. Nº 1305/R-1; João Carlos Rodrigues Filho, Mat. Nº 1609/R-47; Luiz Sergio Pires Mendes Ferreira, Mat. Nº 1299/R-1; Luís Sergio Tavares, Mat. Nº 467/R-5; Hernane Augusto Adami Goés de Araújo, Mat. Nº 362/R-9. Além destes registros mais dezoito ocupantes não quilombolas foram identificados: Ernani Albuquerque Pettinati; Maria São Pedro; Tiago Marcel Andrés Ferreira; Anterino Rodrigues de Farias; Agnaldo Gomes Nogueira; Antenogenes José de Oliveira Andrade; Luís Fernando Alves; João Pompeo Junior; Eliseu Roberto da Silva; Valdelicio Gregório Souza; Maria Marlene V. F. Carvalho; Vilma Santos Lunga; FredericLacroix; Ailton Bispo dos Santos; Carmerindo Ribeiro

Santos; Joelito Ferreira da Silva; Elenildo Conceição dos Anjos; pessoa de prenome Angelina. Nestes termos, o INCRA/BA NOTIFICA os detentores de domínio ou não, abrangidos pelo perímetro descrito, e os demais ocupantes e confinantes para no prazo de 90 dias para apresentarem suas contestações ao Relatório Técnico. Para maiores informações, os interessados devem procurar o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, da Superintendência Regional do INCRA, situada na Avenida Ulysses Guimarães, nº 640 – Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia [...].

Segundo o Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas e tem como atribuição a regularização fundiária das terras, de comunidades remanescentes de quilombos e outras comunidades tradicionais.

A política de regularização fundiária de Territórios Quilombolas, como forma de reparação histórica, é necessária para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos que se autodefinem quilombolas.

4.1.2 Território da Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA

O espaço onde vivem os quilombolas, o Território da Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo, conforme a análise de resultados documentais e bibliográficos, além de dados obtidos na internet, demonstra que é um território com características exigidas para a efetiva integração territorial e inclusão social.

O Território Quilombola de Fojo, situado no município de Itacaré, no Litoral Sul, foi certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em 2006 e teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado no Diário Oficial da União (DOU), nº 47, de 11 de março de 2015.

No Fojo vivem, atualmente, 65 famílias numa área de 1,3 mil hectares, de acordo com o referido DOU e Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, sendo o RTID de Fojo, o primeiro Relatório de 2015, na Bahia, e o vigésimo terceiro já publicado no estado, desde o início do Programa Brasil Quilombola.

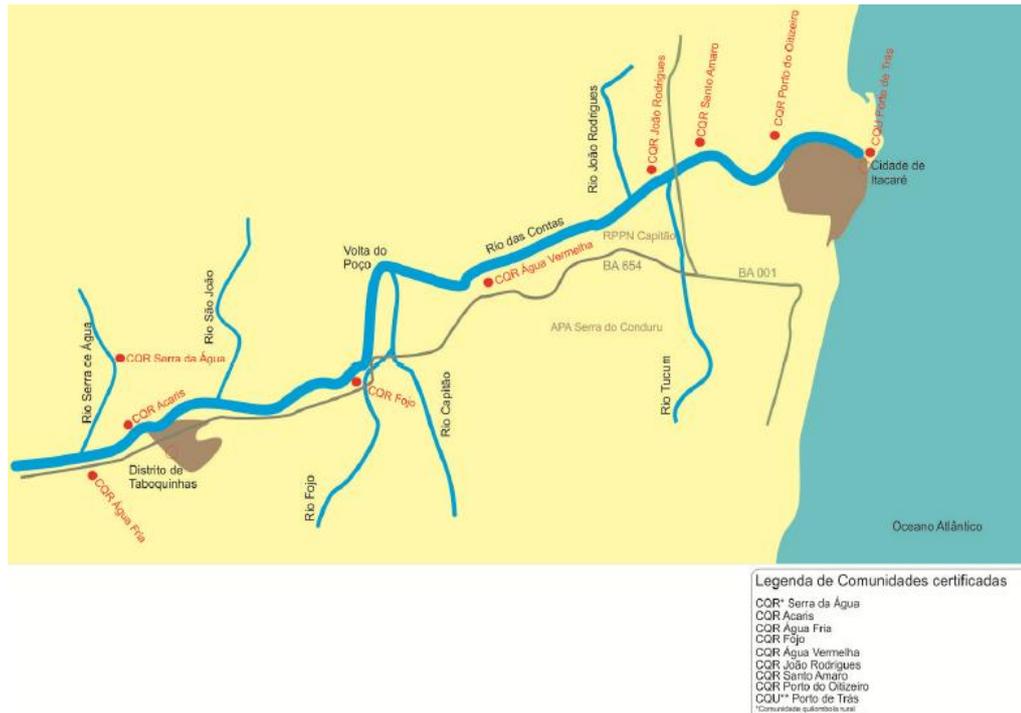


Figura 19 – Território Quilombola de Itacaré.
Fonte: Jeanes Martins Larchert

Como informe, o Jornal Portal do Brasil, em 12 de março de 2015 e Programa Brasil Quilombola (2015), afirmam que “a publicação representa o fim de uma etapa complexa” de reivindicações e lutas pelo reconhecimento e titulação de terras para comunidades tradicionais, no caso, a Comunidade de Fôjo, que visa à titulação coletiva do território (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2015).

Para a consolidação desse processo, os 25 proprietários dos imóveis rurais e posseiros, inseridos no Território Quilombola foram notificados e, logo após a notificação, foi dado um prazo legal de 90 dias para que o relatório técnico pudesse ser contestado.

Segundo essas fontes de informação, o RTID “reúne estudos antropológicos, históricos, mapas descritivos que reconhecem a ocupação ancestral dessas famílias no território” e, também, se preocupa de analisar seus costumes, tradições, comportamento e liderança quilombola.

3.5 Caracterização da Comunidade Quilombola de Fôjo: espaço, formação e modos de vida social, econômica e cultural

A caracterização da Comunidade Quilombola foi efetivada com a finalidade de falar da comunidade propriamente dita a partir das observações *in loco*, transcrição das informações das conversas formais e informais com os sujeitos da pesquisa, mulheres e, também, homens

que decidiram participar, moradores do local, da utilização de fotografias da comunidade com a permissão dos investigados, falando do espaço de convivência e sociabilidades dessa população, suas festas, cultura de modo geral, como vivem, que recursos, que condições de vida – economia, formas de sociabilidades, cultura, relação homem-natureza, mulher-natureza, sobre o meio ambiente de modo geral, sustentabilidade, educação ambiental.

Como toda formação de quilombos, e, como diz a história contada por um dos moradores, “a maioria das pessoas são nascidas e criadas na comunidade e outros vieram de outros lugares e se fixaram no local por meio do casamento” (DGC).

Em contraste com a maioria das comunidades negras rurais brasileiras, os remanescentes do quilombo de Fojo, que traziam a herança de seus antepassados, que se refere a religião, converteram-se em evangélicos, são atualmente, membros da Igreja Assembleia de Deus. Portanto, hoje, praticando a religião evangélica, mantém a terra para desenvolver atividades agrícolas, a criação de pequenos animais, a criação de peixes e o fabrico de farinha de mandioca, além de pequenas outras atividades de subsistência e que garanta a permanência na terra, onde atualmente são proprietários.



Figura 20 A Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Comunidade do Fojo, setembro de 2015.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo.

A imagem de uma igreja evangélica na chegada da comunidade do Fojo é bastante impactante. A questão está relacionada ao fato de ser esta uma característica bastante peculiar se considerarmos que os quilombos tradicionais, em sua maioria, cultivam as tradições afrodescendentes, e, geralmente, tem sua base religiosa no catolicismo. Diferente da maioria das comunidades quilombolas a Comunidade de Fojo não pratica mais as religiões afrodescendentes tradicionais e sim professam a fé evangélica.

Não é difícil perceber o impacto dessa transformação, de um quilombo tradicional para um Quilombo Evangélico, pois são costumes, práticas, tradições que se diferenciam muito entre eles. A memória, a tradição, a cultura, e a identidade negra, são elementos enraizados nas comunidades quilombolas, pelo seu histórico de lutas e resistências contra a dominação branca.

Da mesma forma, podemos destacar a religiosidade que se manifesta através dos rituais de origem africana. Tais manifestações fazem parte do cotidiano da maioria dos quilombos, porém nos quilombos que adotaram a religião evangélica tal prática foi abolida.

Percebe-se então que essas mudanças resultam das trocas culturais que ocorrem dentro de cada comunidade, considerando o contato constante com outras culturas. Na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, o que motivou essa mudança, segundo seus moradores, em conversa informal e coletiva quando participavam de reunião na Associação da Comunidade, no momento em que a pesquisadora observava e presenciava os movimentos dessa reunião em 12 de setembro de 2015, foi a necessidade de transformar a visão que as pessoas de fora tinham da comunidade, que apresentava um histórico de violência. Hoje, a Comunidade é reconhecida por seus membros como sendo um espaço tranquilo e sossegado, como demonstram os dados da pesquisa.

Contudo, não devemos menosprezar as transformações que ocorrem e acabam por transformar os quilombos. Pensar que estas comunidades continuem sob os dogmas da tradição dos escravos é perpetuar uma visão do negro ainda escravizado e oprimido.



Figura 21 – Escola São Roque II – Entrada
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo.



Figura 22 – Parte interna Escola São Roque II
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo.

A Comunidade também conta com uma escola que fica localizada logo na entrada. Essa escola chama-se São Roque II como foi sinalizado anteriormente. É uma escola multisseriada da rede municipal de ensino de Itacaré que ainda não adotou a modalidade de ensino de

Educação Escolar Quilombola e oferece a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. Vale a pena ressaltar, a importância de buscar junto à Prefeitura as condições necessárias para a implementação dessa modalidade de ensino em todas as comunidades quilombolas do município, visto que, a diversidade cultural deve ser valorizada e reconhecida na estruturação e funcionamento das escolas quilombolas.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo as crianças da comunidade e de fazendas vizinhas. Mesmo com um grande número de pessoas na comunidade que não concluíram o ensino fundamental I, a escola não funciona no turno noturno para oferecer a oportunidade a estas pessoas de dar continuidade aos seus estudos. Contudo, não podemos deixar de destacar a importância desta instituição na comunidade. Este prédio foi inaugurado no ano de 2013, visando dar mais conforto para alunos e professores. Na escola antiga, hoje, funciona a sede da Associação da comunidade.

Em conversa informal com uma das professoras da escola, verificou-se que a escola não oferece a modalidade de ensino de Educação Escolar Quilombola.

Conforme conversa com a merendeira da escola, foi constatado que não são utilizados produtos da comunidade na merenda das crianças, e que apesar de ser uma escola rural, não foi contemplado um espaço para a construção de uma horta, onde os alunos poderiam aprender a cultivar alguns alimentos que serviriam para complementar a alimentação escolar.

Há 35 (trinta e cinco) crianças na comunidade. Destas, 20 (vinte) são mulheres.

A religião Evangélica, como já foi salientado anteriormente, é a predominante na Comunidade Quilombola de Fojo, de acordo com resultados das observações *in loco*, das conversas formais e informais, entre os meses de setembro e outubro de 2015, no primeiro momento da pesquisa e, entre os meses de outubro e novembro de 2015, quando participamos de encontros com as mulheres de Fojo para falar sobre a religião, crenças e tradições.

A igreja funciona em um espaço simples, mas que atende à comunidade em suas necessidades religiosas. São realizados cultos aos domingos e, também, durante a semana. As mulheres têm grande participação nos cultos, e também, levam suas crianças para os cultos e reuniões realizadas na igreja.



Figura 23 – Ensaio do Coral Vaso de Bênção
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

De acordo com os dados coletados estes momentos se constituem como os mais prazerosos para algumas mulheres da comunidade. Podemos vivenciar a preocupação delas em concluir o trabalho na roça em tempo de garantir sua ida para o ensaio do Coral denominado “Vaso de Bênção”. Ao que tudo indica, o prazer e o entusiasmo dessas mulheres são concentrados em entoar cânticos em louvor ao Senhor Jesus no desenrolar dos cultos e no coral (formado apenas por mulheres), segundo resultados da observação *in loco*, tem um papel importantíssimo na construção da identidade coletiva das mulheres dessa comunidade. A igreja representa um lugar sagrado e que traz bênçãos para a comunidade de Fojo.

Portanto, sobre essa questão religiosa e cultural no Fojo, foi constatado que há uma semelhança com o que preconizou Durkheim (1968, p. 47, apud ROSENDAHL e CORRÊA, 2001, p. 13) sobre a igreja como espaço de recolhimento, o lugar de culto, onde estão lado a lado, o sagrado e o profano. Assim, Rosendahl e Corrêa, citando Durkheim (1968, p. 47)

A igreja representa o lugar de culto e recolhimento, sendo verdadeiramente o símbolo do sagrado e de sua permanência. O espaço religioso favorece as relações entre o sagrado e o profano.

Nesse contexto, a igreja se constitui como lugar de fé e de produção de sentidos. Produção dos sentidos que organizam e estruturam a comunidade.

A terra é compreendida como terra de trabalho e de moradia, um ambiente que se gosta de morar e cuidar. As terras familiares são compartilhadas com os membros da família e cada família do Núcleo Familiar possui a posse e os que ainda não possuem estão buscando por meio da associação de moradores.



Figura 24 – Crianças quilombolas do Fojo em frente à igreja.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Quanto ao cuidado com o meio ambiente, apesar de ser importante para a sobrevivência da comunidade, não há, ao que se percebe pelos resultados da pesquisa, conhecimento da população sobre o que pode/deve ou não ser modificado na natureza, como por exemplo, o desmatamento de áreas para a construção de tanques para criação de peixes e produção agrícola. Os tanques como se pode verificar nas Figuras 25 e 26, são construídos por escavações com tratores em áreas desmatadas sem orientação técnica adequada.



Figura 25 – Aberturamecânica de tanque.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.



Figura 26 – Tanque com peixes
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Como se pode observar, os tanques com peixes, construídos em áreas que sofreram desmatamento se configuram como situações de relações existentes entre o meio ambiente e as condições de vida da população quilombola na Comunidade de Fojo e demonstram que não existe, ao que parece, uma preocupação com a preservação de áreas de matas pela população que, objetivando melhorar sua alimentação e também a renda familiar com a comercialização de peixes, buscam soluções – os tanques, que da maneira que são construídos, sem orientação e o uso adequado de técnicas não são pertinentes para o bem comum – o meio ambiente.

Na Figura 27, podemos observar que o desmatamento no Território de Fojo é de fato uma grande preocupação ambiental, pois as áreas de desmatamento são extensas com a derrubada de grandes árvores, queimadas de pequenos arbustos e parece não ter limite, nem seguir regras, normas e orientações ambientais. O fogo é utilizado como forma de limpeza dos terrenos e, conseqüentemente, para abertura de áreas ainda com floresta fechada e em espaços abertos e desmatados para cultivar a mandioca, a cana-de-açúcar, a pimenta, a pupunha, dentre outros pequenos cultivos.



Figura 27 – Queimada na Comunidade do Fojo.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A Figura 25 demonstra que a utilização da água, assim como da terra ainda se constituem como um problema para a comunidade resolver. A água utilizada para serviços domésticos, esgotamentos sanitários, correm a céu aberto ao lado da casa de uma das famílias de Fojo. Pode-se observar que a comunidade não possui rede de esgoto.



Figura 28 – Esgoto correndo a céu aberto.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Essa é uma cena comum na comunidade. Até mesmo nas casas de alvenaria, que contam com fossas sépticas, a água residual da lavagem de pratos e roupas em áreas improvisadas nos fundos ou fora dessas residências é despejada a céu aberto, sem nenhum cuidado com o meio ambiente. Vale ressaltar que essas fossas devem ser construídas longe de poços, cisternas ou de qualquer outra fonte de captação de água, no mínimo trinta metros de distância, para evitar contaminações em possíveis casos de vazamento. Contudo, é preciso fazer a limpeza periódica dessas fossas e dada a destinação correta aos resíduos para evitar transbordamentos, provocando a contaminação do meio ambiente.

3. 6 Moradores da Comunidade de Fojo, Itacaré, BA

A Comunidade Quilombola de Fojo é composta por homens e mulheres, de diferentes idades/faixas etárias, portanto, uma população com idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças, que vivem em diferentes condições sociais e dividem o mesmo espaço – o Território de Fojo, sediado na área rural de Itacaré, BA.

Os membros da comunidade de Fojo são praticamente parentes entre si. O casamento é, na maioria das vezes, entre parentes, primos, primas, cunhados, convivendo com uma tradição vinculada à distribuição e posse da terra.

Na comunidade, homens e mulheres ocupam espaços sociais e de distanciamento por atividades que denotam “ser próprias para homens” e outras “próprias para mulheres”, ou ainda, que podem ser desenvolvidas em parceria entre homens e mulheres.

Na comunidade (espaço escolhido para a pesquisa), conforme dados coletados da questão 1.1, do Roteiro de entrevista aplicado aos moradores da comunidade de Fojo e, utilizado pela pesquisadora com numeração para identificar a família, foi identificado um total de 21 (vinte e uma) famílias em 2015.

No gráfico 01, podemos verificar essa representação das famílias de Fojo, indicando a quantidade de famílias e a quantidade de pessoas por família, da F1 à F21.

No Gráfico 01, pode-se verificar que a menor quantidade é de 01 pessoa por família e a maior quantidade é de 08 pessoas. As famílias não são numerosas.

A F5 possui apenas uma pessoa; as famílias F1, F6, F11 e F14 são compostas por 4 pessoas cada uma e nas F2, F3, F10, F12 e F20 há 3 pessoas cada uma; as famílias F4, F7, F8, F19 e F21 com apenas 2 pessoas; na F15 há apenas uma; a F9, F13, F16 e F18 possuem 6 pessoas cada uma e a F17 com 8 pessoas.

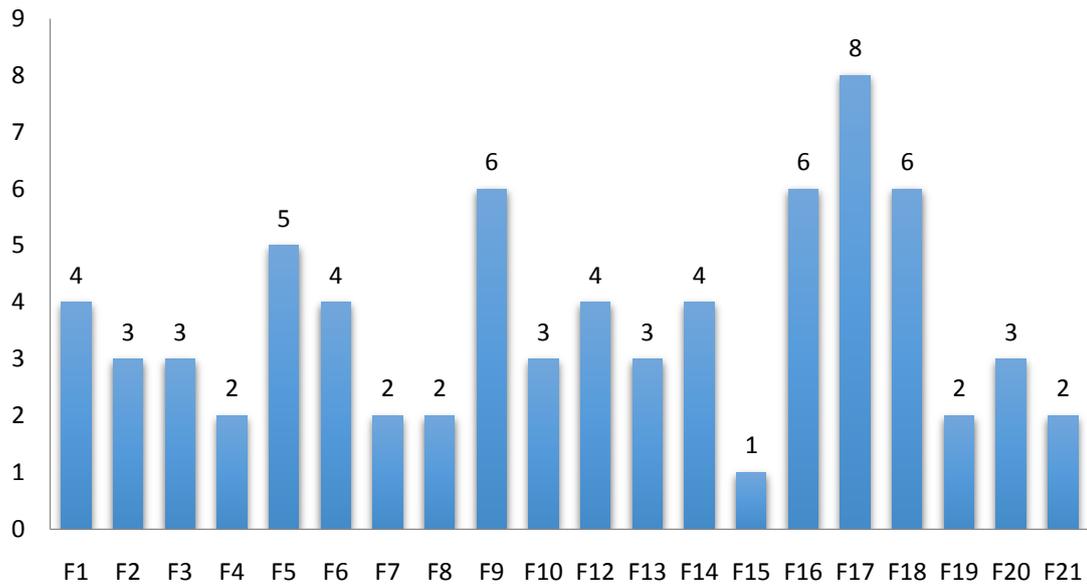


Gráfico 01: Quantidade de pessoas por família na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA - 2015
Fonte: Dados de pesquisa da autora.
 Legenda: F - família

Segundo os resultados de dados da questão 1.3 Sobre Gênero, do Roteiro de entrevista aplicado aos moradores da comunidade Fojo, para identificação das famílias do Núcleo Familiar, há um total de 79 pessoas e, deste total, 38 (trinta e oito) são homens e 41 (quarenta e uma) são mulheres. Portanto, a diferença entre a quantidade de mulheres e de homens é de apenas 03 (três) mulheres.

As famílias F2, F3, F11, F12 e F13 são compostas por 02 (dois) homens e 01 (uma) mulher; as famílias F4, F6, F7, F8, F14, F16, F17 e F21 apresentam a mesma quantidade de homens e mulheres. Sendo que, a F4 possui apenas um homem e uma mulher, assim como a F7 e a F8. A família F6, F14 possuem dois homens e duas mulheres cada uma; a família F16 composta, cada uma, por três homens e três mulheres; a família F17 com 4 mulheres e 4 homens e a F21 com uma mulher e um homem. A F1, F5, F9, F10, F18 e F20 são famílias que possuem uma quantidade de mulheres a mais que de homens. A F5 possui 02 (dois) homens e 03 (três) mulheres; a F1 e a F20 possuem cada uma um homem e duas mulheres; a F9 e a F18 são composta por dois homens e quatro mulheres e a F10 com um homem e duas mulheres.

O gráfico 02 representa a porcentagem entre homens e mulheres na comunidade investigada, a saber:

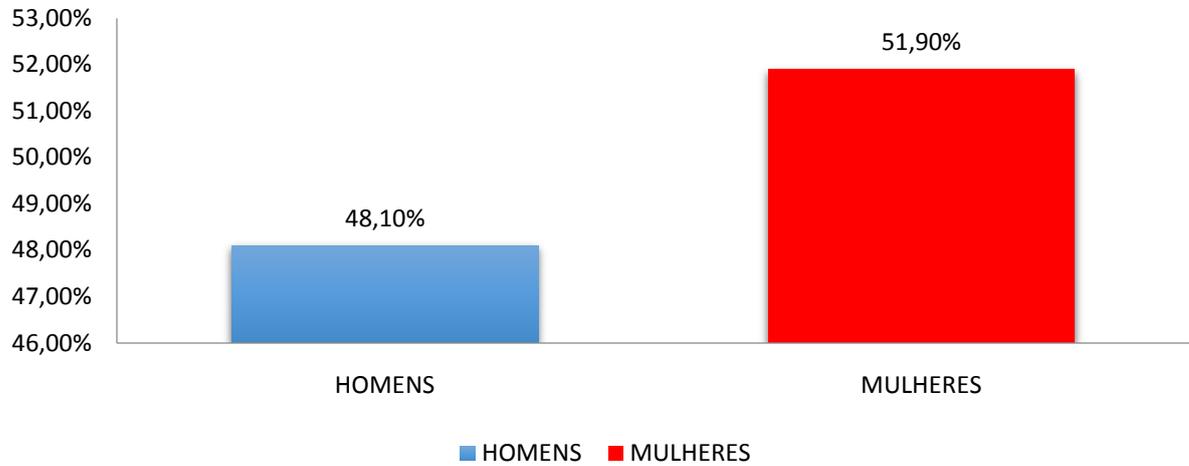


Gráfico 02: Sobre Gênero: Quantidade de homens e mulheres na Comunidade de Fojo, Itacaré, BA - 2015
Fonte: Dados de pesquisa da autora.

Como podemos observar no Gráfico 02 o Núcleo Familiar da Comunidade de Fojo é composto por 48,10% de homens e 51,90% de mulheres. Portanto, há uma diferença entre mulheres e homens de 3,80%.

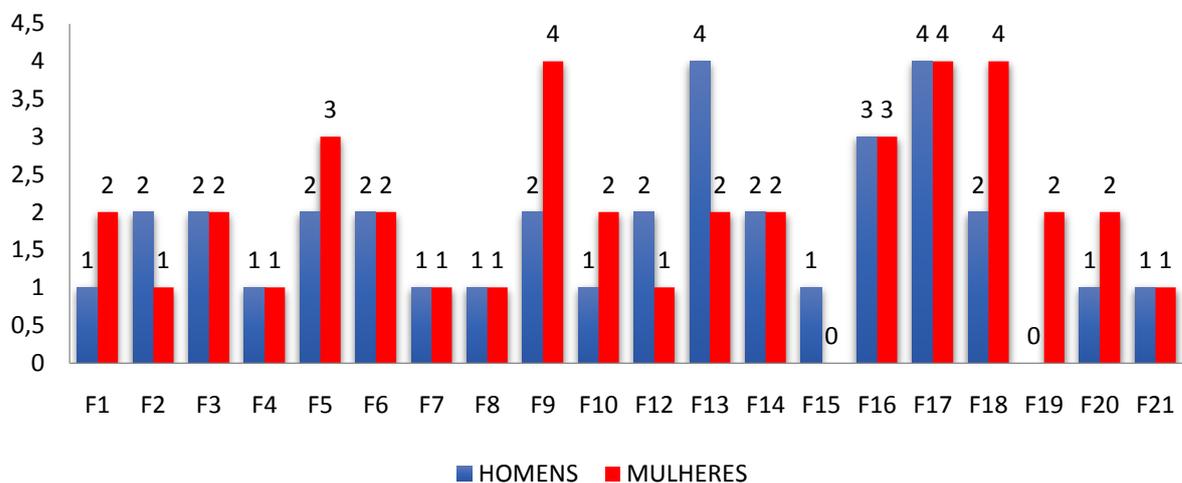


Gráfico 03: Sobre Gênero: Quantidade De Homens E Mulheres Por Família No Fojo, Itacaré – BA, 2015.
Fonte: Dados de pesquisa da autora.

A quantidade total de mulheres e homens na comunidade apresenta, portanto, uma diferença de apenas três mulheres (3,80%), e, assim, podemos identificar na representação gráfica de número 03.

De acordo com a representação no Gráfico 04, referente aos dados da questão 1.4 “Há quanto tempo esta família pertence à Comunidade de Fojo?”, podemos verificar que apenas

02 (duas) famílias (F14 e F21), que representa 9,50% do total de famílias da comunidade, estão nesse espaço físico e social, há “menos de 15 anos” 9,50%), 05 (cinco) famílias (F1, F6, F7, F8, e F12), representando um total de 23,80%, afirmam pertencer “de 16 a 30 anos”, 06 (seis) famílias (F3, F5, F10, F13, F18 e F19) estão na comunidade “de 31 a 45 anos”, representando 28,80% da população no Fojo; 01 (4,80% do total da população) família (F16) afirma ter “de 46 a 51 anos” e 07 (sete) famílias (F2, F4, F9, F11, F15, F17 e F20) pertencem à comunidade há “mais de 51 anos” (33,33%).

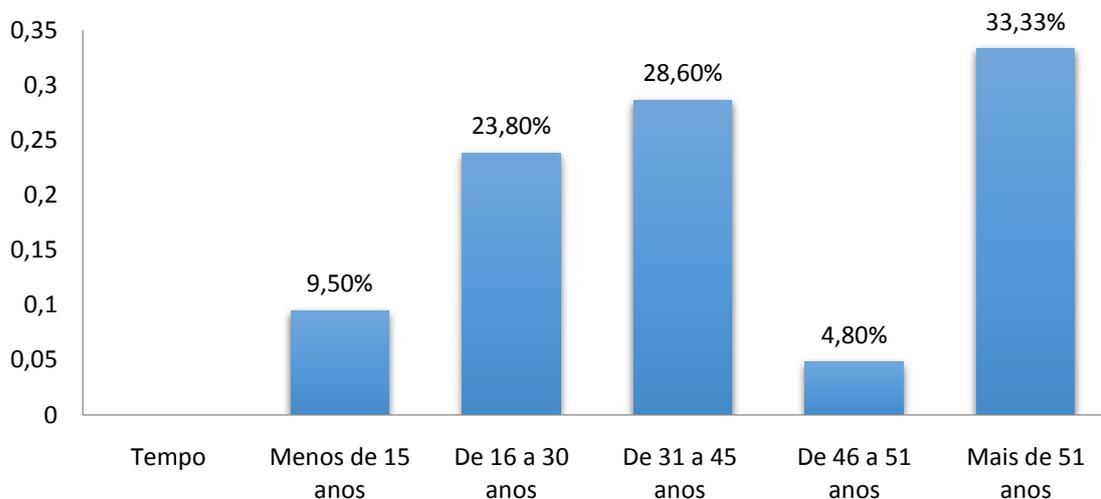


Gráfico 04: Há Quanto Tempo esta Família pertence à Comunidade de Fojo?

Fonte: Dados de pesquisa da autora.

As famílias que compõem este Núcleo Familiar no Território de Fojo possuem parentesco de primeiro, segundo e terceiro graus, e, atualmente, de acordo com os dados coletados pela questão 3.1, do roteiro de entrevista semiestruturada aos moradores, há um total de 21 (vinte e uma) famílias e, todas elas, demonstram condições de vida semelhantes. Porém, algumas se destacam em alguns aspectos, como tipo de moradia, de produção agrícola, tamanho da área, pois esses moradores vivem nas áreas que herdaram de seus antepassados, contudo, esta situação deverá ser modificada com a redistribuição das terras demarcadas.

A territorialidade no Fojo, como observamos nos resultados das conversas informais e formais com sujeitos moradores, entrevistados sobre o tempo de pertencimento à essa comunidade, e ao que tudo indica, significa a apropriação do território pelos sujeitos investigados, sua demarcação pelo INCRA, Órgão responsável pela regularização fundiária

das terras da Comunidade Remanescente do Quilombo de Fojo, localizada no município de Itacaré, Estado da Bahia.

A demarcação do território, identificação e reconhecimento do grupo de remanescentes de quilombo e/ou dos indivíduos, em particular que o habitam, foi a etapa mais importante vencida até o momento para essa comunidade.

Como define Andrade (1993), o espaço geográfico de apropriação identitária, no caso deste trabalho, a Comunidade de Fojo, onde vinte e uma famílias, conforme resultados de dados quantitativos, trocam saberes culturais e, ao que parece, tem consciência de sua participação e sentimento de pertencimento.

Como afirma Prioste e Barreto (2012, p.15)

A titulação das terras não representa apenas o reconhecimento de que os quilombolas tiveram importante papel na formação da sociedade brasileira, mas que hoje a existência de remanescentes de comunidades de quilombo ainda tem papel importante nos destinos e identidade cultural da nação.

A titulação dessas terras visa à garantia plena da sobrevivência dessas comunidades.

Quando investigados sobre a Questão 3.2 (Você gosta de pertencer a este Núcleo?), na entrevista semiestruturada, para saber se os moradores gostam de pertencer ao Núcleo Familiar de Fojo, os resultados da análise de dados sobre essa questão, indicam que um total de 17 famílias, os sujeitos das famílias F1, F5, F6, F7, F8, F10, F11, F12, F13, F14, F15, F16, F17, F18, F19, F20 e F21 responderam que “sim”, gostam de pertencer ao Núcleo Familiar do Fojo. Com exceção do SF2 que disse “não” e justifica que não gosta “porque há mal vizinhos, porque não respeitam o que é dos outros, também a falta de espaço para eu trabalhar; minha terra é pequena” (SF2). E, um total de 03 (três) sujeitos, o SF3, o SF4 e o SF9, disse que gosta “muito” de pertencer ao Núcleo Familiar de Fojo, representando, como identificamos no Gráfico 05 14,28% do total de sujeitos investigados; 4,76% disseram que não e 80,95% respondeu que sim.

Ao que tudo indica, os territórios tradicionais, como preconizados pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (BRASIL, 2007) são espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais e, desse modo, o sentimento de pertencimento ora investigado na comunidade quilombola de Fojo demonstra o que dispõem o art. 231 da Constituição Federal e o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias e demais regulamentações sobre esses espaços.

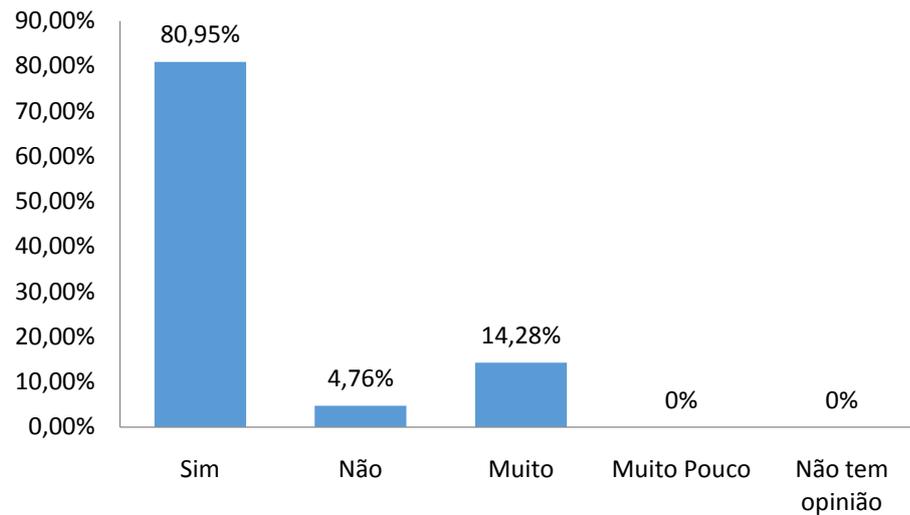


Gráfico 05: Pertencimento do homem-mulher quilombola (morador) ao Núcleo Familiar no Território de Fojo, 2015.

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Em relação à Questão 3.3 “Há quanto tempo este Núcleo Familiar pertence a esta Comunidade?”, da entrevista semiestruturada, foi verificado que as respostas foram diferentes. Não há consistência nas respostas dos sujeitos investigados, levando-se em conta que estes sujeitos responderam a esta questão observando o tempo de vida de seus pais e avós.

O sentimento de pertencimento dos sujeitos ao Núcleo Familiar e à Comunidade depende da inserção dos sujeitos na realidade e relações desenvolvidas dentro do território/comunidade, do espaço de interação entre as pessoas que vivem nesse mesmo espaço, e, no caso da comunidade de Fojo, incluem-se as relações entre o meio natural e o construído pelos seus moradores, uma vez que, as comunidades tradicionais se fundamentam conforme a sua organização territorial e social.

Assim, de acordo com a representação abaixo, 62% do total de moradores da Comunidade de Fojo estão nesta comunidade há mais de 44 anos; enquanto que 14,28% informaram que moram de 33 a 43 anos; desse total, 9,25% afirma que mora de 11 a 21 anos neste espaço e apenas 4,76 mora menos de 10 anos.

Apenas um sujeito, o SF1, respondeu que há “menos de 10” anos o Núcleo Familiar pertence à Comunidade do Fojo. O sujeito SF12 e o SF14 afirmou que há, aproximadamente, “de 11 a 21 anos” na Comunidade do Fojo, o SF1 e o SF8 disseram que há um tempo “de 22 a 32 anos”, o SF3, SF13 e SF18 “de 33 a 43 anos”. Do total de 13 sujeitos (SF2, SF4, SF5, SF6, SF7, SF9, SF10, SF11, SF15, SF16, SF17, SF19 e SF20) afirmou que o Núcleo Familiar pertence a esta comunidade há “mais de 44 anos”.

Essas famílias e suas moradias que compõem a Comunidade de Quilombo de Fojo estão localizadas umas distantes das outras, com algumas exceções. As casas são construções de madeira em estado bem danificado por cupins, madeiras antigas, chão de cimento simples e algumas delas com estrutura em condições precárias, sem conforto, construções muito antigas.

A comunidade foi contemplada com o programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida Rural, porém o número de moradias financiadas não foi suficiente para atender a todos.

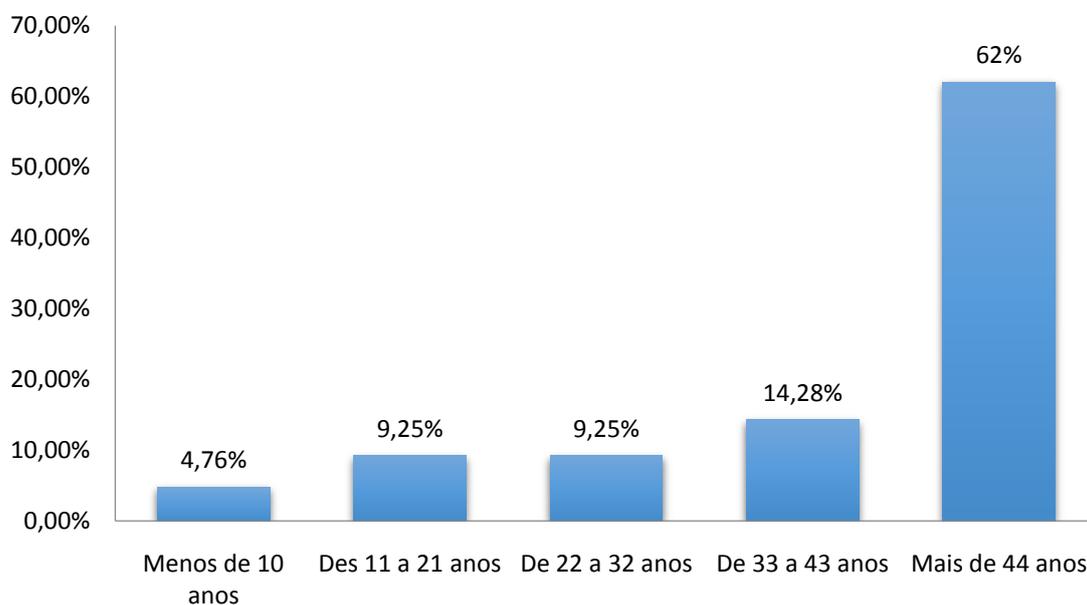


Gráfico 06: Tempo de pertencimento do homem-mulher quilombola (morador) ao Núcleo Familiar no Território de Fojo, 2015.

Fonte: Dados de pesquisa da autora.

Além disso, como é possível observar na Figura 29, as casas não foram concluídas com a verba destinada pelo governo. Segundo os moradores houve problemas com a verba (não entraram em detalhes) e são os próprios moradores, dependendo das condições financeiras de cada um, que estão finalizando a construção de duas casas. Os que não têm condições, infelizmente continuam morando em casas nas condições supracitadas como se pode observar na Figura 30.

Algumas famílias possuem TV a cabo ou parabólica, radio, aparelho de som, eletrodomésticos como geladeiras, fogão a gás, liquidificador, dentre outros, visto que a comunidade dispõe de energia elétrica. Também dispõe de água encanada retirada de um poço dentro da própria comunidade. Foi atestada como água potável, mas não é tratada. Entretanto, não foram relatadas doenças na comunidade relacionadas à água.



Figura 29 – Casa de alvenaria ainda em construção.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 30 – Moradias com estrutura demadeira e telhado de telhas amianto.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura31 – Casa com antena parabólica.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura32 – Casa com TV a cabo.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Na Figura 33, podemos observar como são construídas as casas mais simples da comunidade, com estrutura de madeira, telhado com telhas de amianto. A casa pintada de azul é a venda que atende a comunidade e visitantes em dias de jogos no campo de futebol. A casa ao lado pertence a uma família que mudou para a cidade de Itacaré.



Figura 33 - moradias com estrutura de madeira e telhado de telhas amianto.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Há também casas em construção abandonadas, pois os recursos do financiamento não foram suficientes e os donos não têm condições financeiras para concluir as construções de alvenaria que estão hoje abandonadas, como o exemplo, da Figura 34:



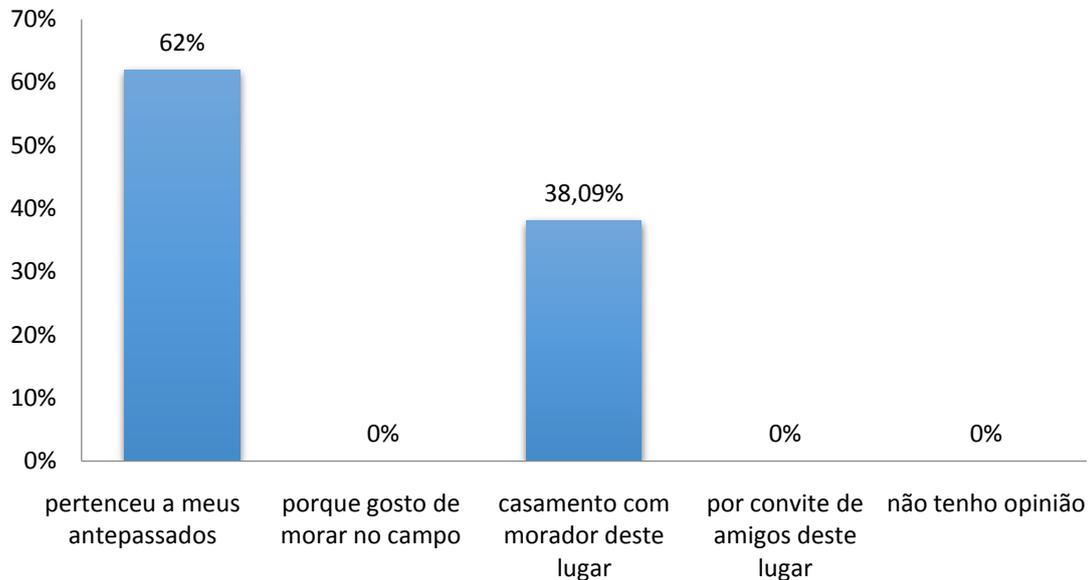
Figura 34 - Casa em construção abandonada.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Outras estão localizadas mais distantes e em espaços mais isolados por árvores e em meio a plantações.



Figura35 - Casa em fase de conclusão.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A Questão 1.5 do Roteiro de Entrevista ao Morador de Fojo, quando perguntado sobre “Por que escolheu esta comunidade para morar?”, obtiveram-se os seguintes resultados dos dados coletados pela pesquisa:



Do total de sujeitos entrevistados, 62% responderam que escolheu o lugar ocupado porque “pertenceu aos antepassados”, 38,09% disseram que foi por “casamento com morador deste lugar”.

A relação de identidade e pertencimento na comunidade de Fojo está representada por categorias de análise que denotam gosto por morar no campo, condição de casamento, convite de amigos, e, assim, a indicação de apropriação do território e sua demarcação e identificação representa 62% do total de sujeitos que participaram da entrevista semiestruturada.

O Território de Fojo, conforme resultados de dados analisados por conversas informais e formais com idosos, homens e mulheres quilombolas, não se deve apenas à escolha dos antepassados ou dos seus atuais moradores, mas pelas condições da colonização e escravidão no Brasil, quando os negros foram trazidos pelos colonizadores portugueses e vendidos como peças, objetos aos senhores proprietários de vastas extensões de terras, onde trabalham como escravos e, por meio das lutas e reivindicações pelos seus direitos.

De acordo com a caracterização, mediante a autodefinição da própria comunidade nas conversas informais e registros fotográficos, a questão da consciência da identidade coletiva, da consciência e saberes do que se é, utilizada por todo o Núcleo Familiar e pelos seus antepassados em toda a história, na construção da sua identidade coletiva foi denotada no comportamento, modos de vida e de relação com a terra e território ocupado.

O território, conforme documento a Secretaria do Planejamento do Estado de Bahia (SEPLAN, 2015) é assim definido:

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

No caso de Fojo, sediado no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, assim, como outras comunidades quilombolas de pertencimento a esse território, a população vive da pesca fluvial, criação de peixes de água doce em tanques, construídos manualmente pelo processo de escavação da terra com instrumentos rudimentares como enxadas e picaretas, criação de pequenos animais e plantio de cacau, banana, cana-de-açúcar, coco, mandiocultura, herança das grandes propriedades escravocratas. Durante as visitas, entre os meses de setembro e novembro de 2015, foi observada a construção de dois tanques para a criação de peixes, com a utilização de tratores, como já foi salientado anteriormente.

O ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, estão presentes na caracterização da Comunidade e a religião evangélica é a que predomina. Essas categorias permitem focalizar suas trajetórias, identidades, conflitos e relação de gênero (papel da mulher e do homem) na comunidade quilombola investigada, um grupo étnico, predominantemente, constituído pela população negra rural, que se autodefine a partir das práticas de sociabilidades entre os seus membros, independente de idade e sexo, das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e as práticas sociais e culturais próprias.

Desse modo, podemos dizer que há semelhança com o que está preconizado na legislação vigente e pelo INCRA para regulamentar os territórios de comunidades tradicionais, inclusive de Remanescentes de Quilombos. De acordo com o INCRA sobre a regularização de territórios quilombolas,

Assim sendo, uma comunidade quilombola precisa ter a presunção da ancestralidade negra, mesmo que alguns membros incluídos ao grupo ao longo de sua história apresentem outras ancestralidades, e apresentar um histórico de resistência coletiva a opressão sofrida, desde o período escravagista até a atualidade, uma vez que tal opressão não deixou de ser operante nos dias atuais, tanto da parte da sociedade como do Estado.

O perfil dos moradores demonstra a presunção da ancestralidade negra, os modos de organização social, os usos práticos e simbólicos do território, as práticas sociais e produtivas, os usos da terra e de sua tradição, o plantio de alimentos, a criação de pequenos e grandes animais, a pesca, o extrativismo, mesmo com a chegada de pessoas de fora que, por meio do casamento se integrou ao Núcleo Familiar de Fojo, que vem resistindo e buscando condições de vida desde o período escravagista.

Tabela 01 – Perfil dos Moradores de Fojo: Idade e Sexo, 2015

SEXO	CATEGORIAS DE ANÁLISE																					Total	
	SF01	SF02	SF03	SF04	SF05	SF06	SF07	SF08	SF09	SF10	F11	SF12	SF13	SF14	SF15	SF16	SF17	SF18	SF19	SF20	SF21	Por Idade	
IDADE	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	0
Menos de 14																							0
De 15 a 20 anos				1																			1
De 21 a 26 anos	1							1	1			1											5
De 27 a 32 anos						1						1		1					1				4
Mais de 32 anos de idade.		1			1					1	1			1	1				1	1			11
TOTAL GERAL	1	1		1	1		1	1	1		1	1		1	1			1	1		1	1	21

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Ainda se tratando do perfil dos moradores de Fojo, conforme os resultados analisados na Tabela 01, Questão 2.1. Idade e Questão 2.2. Sexo, do Roteiro de Entrevista Semiestruturada aos Moradores do Quilombo de Fojo, selecionados como sujeitos da pesquisa, de um total de 21 (vinte um), 11 (onze) se declaram do sexo feminino e 10 (dez) se declaram do sexo masculino.

De um total de 11 (onze) mulheres que responderam a essa Questão 2.1 sobre idade, apenas 01 (uma) delas afirma ter “de 15 a 20 anos”, outra “de 21 a 26 anos”, 03 (três) “de 27 a 32 anos”, e 06 (seis) dizem ter “mais de 32 anos de idade”.

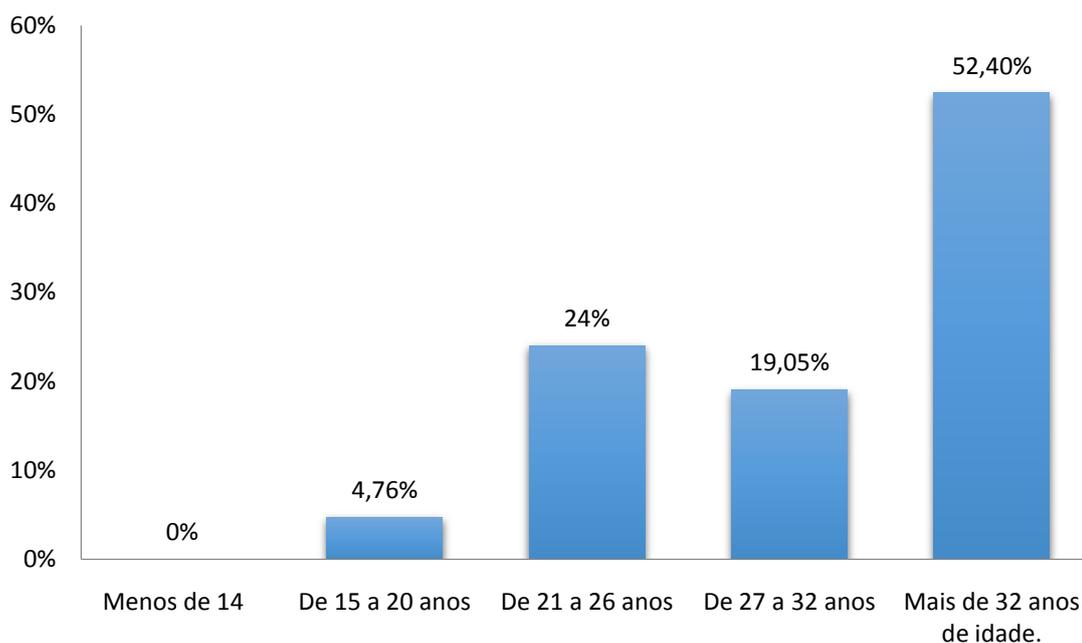


Gráfico 08: Perfil dos moradores – Idade.

Fonte: Dados de pesquisa da autora.

Quanto ao espaço de lazer na comunidade, observamos que o Fojo exibe um campo de futebol, onde os homens estão presentes nos momentos de folga de trabalho na comunidade. Os homens trabalham na comunidade, nas roças, na construção de moradias, dentre outros serviços, dentro e fora de seus espaços ocupados, mas também, alguns deles trabalham como diaristas em fazendas vizinhas.



Figura 36 – Campo de futebol do Fojo.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

O território da comunidade é cortado pelo Rio de Contas que nasce a 1500 metros de altitude na majestosa Serra da Tromba (Município de Piatã) na Chapada Diamantina, e

percorre cerca de 620 km até a cidade de Itacaré-BA. Sua bacia hidrográfica ocupa uma área de 53.334 km² o que corresponde a 10,2% do território estadual.

Subindo de Itacaré em direção a Taboquinhas há magníficas cachoeiras para desfrutar de banhos deliciosos em meio a mata atlântica. Podemos encontrar também em suas margens, restaurantes típicos que oferecem pratos maravilhosos da comida típica da região.

Esse rio deslumbrante do interior até o seu deságue nas praias de Itacaré, foi durante quase toda a sua história a principal via de interligação de diversos povoados do município de Itacaré e de outros municípios. Como já foi citado anteriormente, era através do Rio de Contas que se fazia o transporte de escravos para serem vendidos em Itacaré.

O rio corta o Território de Fojo, favorecendo moradores com sua beleza, águas cristalinas, temperatura agradável, amplas margens para o desfrute e lazer, e também, como fonte de renda através da pesca. O rio poderia ser melhor explorado pela comunidade remanescente de quilombo através do etnoturismo.



Figura 37 – Rio de Contas, Fojo.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Observamos que algumas casas de fazendeiros da região são construídas à margem do rio, sendo que o assoreamento das margens é uma situação-problema que a comunidade certamente enfrentará daqui a poucos anos.



Figura 38 – Casa em fase de conclusão, construída às margens do Rio de Contas, Território do Fojo, 2015.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A comunidade desenvolve diferentes atividades econômicas e de subsistência, sendo a criação de peixes uma atividade que se destaca como muito importante devido a sua utilidade pela comunidade (Figura 39).



Figura 39 – Tanque feito manualmente para a criação de peixes de água doce.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A comunidade não possui condições suficientes de acesso ao transporte de produtos da agricultura e outros produzidos na comunidade para serem comercializados na cidade de Itacaré e outras localidades circunvizinhas, onde os negros quilombolas de Fojo vendem seus produtos.

Além do Rio de Contas, há um rio menor o Rio Fojo (ver Figura 40) além de pequenos riachos, que cortam a comunidade. Para transitar entre uma casa e outra, os moradores precisam atravessar por uma ponte de tábuas extremamente estreita, que se apoia entre a

margem esquerda e a margem direita desse afluente do Rio de Contas, tendo desse modo, dificuldades de transportar mercadorias, como a mandioca até a casa de farinha. Esse transporte é realizado entre uma margem e outra nas costas com a utilização de cestos de cipós, denominados caçua. Apesar de pequeno, o Rio Fojo oferece peixes de qualidade como Robalo para alimentação das famílias e também vender na cidade de Itacaré.



Figura 40 – Rio Fojo.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 41 – Pequeno riacho que corre na comunidade de Fojo.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Além da criação de peixes, podemos observa-se nas Figuras 42, 43 e 44 que os moradores do Fojo também contam com o plantio de frutas, como o coco, a banana, o cupuaçu, a pupunha e, notamos que, apesar do relevo com pequenos morros, essa população planta em área elevadas, aproveitando os espaços ainda não ocupados pela agricultura.



Figura 42 – Plantação de banana.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 43 – Plantação de coco.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 44 – Plantação associada de cacau, mandioca, banana, dendê e pupunha.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Há roças com diversificação de cultura, verificado na Figura 44, quando no mesmo espaço ocupado há o plantio de bananeira, mandioca, coco de diferentes espécies e variedades.



Figura 45 – Plantação de cana de açúcar.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.



Figura 46 – Plantação de mandioca.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015.

Além da mandiocultura e do plantio da cana de açúcar, foi constatado que a comunidade também cultiva o cacau para a produção caseira de chocolate para o próprio consumo da comunidade/famílias, assim, como para comercializar os grãos das frutas para o comércio local.

O cultivo do cacau cabruca ou sistemas agroflorestais na Região Litoral Sul e especificamente, na Região Cacaueira da Bahia é intenso. Porém, percebe-se que a roça de cacau abaixo, pertencente à comunidade quilombola de Fojo, não atende a essa modalidade de plantio, mas ao de cabruca aberta que se divide com o espaço transformado para ser ocupado, vivido e habitável.

Ao que podemos observar, como outras comunidades sediadas na Região, o domínio das técnicas de plantio do cacau se dá sob a área de floresta raleada e em áreas que, ao que tudo indica, sofreu o desmatamento.

Conforme a observação in loco e análise das figuras, ao que parece, ocorreu um desmatamento nesta área.



Figura 47 – Plantação de cacau
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A colheita do cacau é realizada manualmente, sendo que, ao que tudo indica, a comunidade ainda desconhece ou não utiliza um destino útil para as cascas do cacau quebrado na roça, deixando as sobras da colheita jogadas no solo, próximas aos cacaueiros. Fica evidente a ausência de assistência técnica especializada. Tal procedimento resulta na manutenção e proliferação das fitosanidades como a vassoura-de-bruxa e a podridão parda que atingem o cacaueiro, podendo infectar plantas não infectadas e outras plantações.



Figura 48 – Sobras da colheita espalhadas pelo solo (fonte de fitosanidades)
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A economia de subsistência também é baseada na criação de pequenos animais, como galinhas. São criações de pequeno porte, mas que ajudam na alimentação das famílias, como também aumentam a renda familiar com a venda de ovos e de galinhas na feira livre de Itacaré.



Figura 49 – Criação de galinhas
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

3.6.1 A Associação de moradores da Comunidade Quilombola de Fojo, Itacaré – BA

Houve profunda análise quanto a preocupação com os resultados e discussão sobre a associação de moradores da Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Fojo, seus objetivos, reivindicações, finalidades, por meio da análise documental sobre a associação e, observando quais as preocupações e como se apresenta a aproximação mulher quilombola-natureza-meio ambiente, mulher quilombola-sustentabilidade.



Figura 50 – Sede da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

As reuniões da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo contam com a presença de moradores da comunidade, como se pode observar na Figura 51 e são realizadas no prédio da antiga escola da comunidade.



Figura 51 – Reunião da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Durante a realização da pesquisa, observou-se a reunião que foi realizada no dia 12 de setembro de 2015, pois houve o convite à participação como ouvinte pesquisadora e, também, foi permitido o registro fotográfico, como pode ser verificado na Figura 51.

A reunião que estava marcada para iniciar às 9h00 teve início às 10h00, sem a presença do secretário e do vice-presidente. Essa reunião foi presidida pelo Presidente que iniciou a reunião convocando a todos para a oração do “Pai Nosso”. Logo após, o presidente AGC, pediu para que as pessoas estranhas se apresentassem, inclusive a pesquisadora que se apresentou como estudante do Mestrado em Ciências Ambientais, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), colocando os objetivos da pesquisa e presença no campo de pesquisa. Em seguida, o presidente identificou se todos os presentes já eram associados e se já possuíam a posse da terra.

Nesse momento, pode ser registrada uma situação da Senhora Ceridalva, viúva do membro da Associação, o Senhor Dendê, se apresentou para ter a autorização dos membros associados para se associar, visto que somente o marido era associado. Com a votação realizada, esta moradora foi aceita como novo membro da Associação de Moradores de Fojo, com a ressalva de trabalhar a terra. Nesse momento, o Presidente chamou a atenção para a obediência ao Estatuto da Associação. A leitura da ata foi feita pelo vice-presidente que chegou atrasado à reunião. Foi considerado na leitura da ata que a Associação possui um “nível bom de conhecimento de entidades e instituições de apoio às comunidades

quilombolas”. Como também, foi ressaltado a necessidade de oferta de cursos para atender à Comunidade e a denúncia de que há membros da associação que não possuem ainda terra. Os participantes não associados buscaram a autorização para se associarem e, também, ocorreu uma denúncia pelo Senhor Del, que chegou a reunião às 10h20, ressaltando que há membros da Associação que vendeu a terra sem prestar conta à associação.



Figura 52 – Área externa do prédio da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Itacaré, BA.

Fonte: Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 53 – Área interna do prédio da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Itacaré, BA.

Fonte: Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A denúncia de venda de terra por associado, sem prestar contas à Associação, foi motivo para que o Presidente tomasse posição e afirmou que “Segundo o Estatuto não se pode vender a terra e se vender não poderá mais ficar na terra” (AGC). Contudo, afirmou que “o novo proprietário precisa pagar os 10% que é de direito em caso de venda, para a Associação”, ou seja, aceitou o descumprimento do estatuto e ainda cobrou pela ação.

Acreditamos que ação de venda de propriedades da comunidade ainda acontece porque a titulação da área não foi concretizada, pois segundo Prioste e Barreto (2012, p.17)

Quando se fala que o título sobre o território quilombola é definitivo significa que ele vem para resguardar o interesse da comunidade quilombola de permanência na terra de seus antepassados, ou seja, as comunidades não desejam e nem podem vender ou arrendar a área dos quilombos, mas sim viver, produzir e preservar, contribuindo, além de tudo, para a construção de um espaço urbano e rural mais justo, saudável e equilibrado. Dessa forma, o uso coletivo do território pela comunidade quilombola é importantíssimo para a construção de um modelo justo e soberano de desenvolvimento da nação brasileira, pois o modo de vida e uso da terra e dos recursos naturais das comunidades remanescentes de quilombo representa um dos caminhos para a emancipação social, com acesso à terra e à cultura, economia solidária e sustentabilidade ambiental.

Ao ser titulada a terra deixa de ter proprietários individuais e passa a ser de responsabilidade da coletividade como afirmam Prioste e Barreto (2012, p. 17)

Por ser a própria titular do direito de propriedade sobre o território titulado, a coletividade dos quilombolas tem a responsabilidade usar racionalmente e zelar pelos bens naturais comuns ali presentes.

Ao que tudo indica, a associação está buscando a organização e conta com uma infraestrutura precária, assim como a organização como órgão de tomadas de decisão sobre associados e as terras por eles ocupadas.

Há membros descontentes com os acontecimentos ocorridos na comunidade e com o descumprimento do estatuto, como por exemplo, um dos sujeitos associados, o Secretário GL foi muito incisivo em afirmar que “é preciso cumprir o estatuto da associação” (GL). Nessa fala do sujeito GL, ao que tudo indica, as coisas parecem não caminharem bem na comunidade e com a sua associação de moradores.

Ao que parece, também não há controle de entrada e saída de pessoas na comunidade, pois conforme solicitação de um dos membros participantes desta reunião, “é preciso que sejam colocadas cancelas para coibir o acesso de pessoas estranhas na comunidade” e salienta que, “o risco que os proprietários estão correndo com o acesso livre, visto que as propriedades ficam na margem da rodovia”.

Outro assunto tratado foi sobre a extração de madeira para a comercialização, sendo colocado por um dos participantes associados que é preciso “resolver sobre a extração de madeira para venda”. Em silêncio, pensamos: como permitir a extração de madeira em uma área de preservação ambiental (?).

Em seguida, uma moradora solicitou uma declaração da associação, que declare que “ela é membro da associação”, mas foi “negado porque ela não consta no cadastro de associados”. Além disso, foi tratado assunto sobre aposentadoria e o Presidente informou aos associados sobre uma reunião no distrito de Taboquinhas para tratar desse assunto e sobre o curso de fabricação de sabonete em Itacaré, para as mulheres. As mulheres do Fojo não possuem cursos dessa natureza, e, durante a pesquisa, foi constatado que apenas uma delas sabe fazer tricô, mas faz tudo manualmente, desde o tricô até a colocação do forro da roupa.

Segundo as informações dessa reunião, as mudas de cacau são fornecidas pela Comissão Executiva de Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e aos interessados exige-se documentos para a elaboração do projeto. Outras informações também foram transmitidas

para os associados como as máquinas que “estarão vindo para fazer as estradas da comunidade” (Sujeito A1), tendo como responsável, a Secretaria de Obras.

Em conversa informal com o sujeito da pesquisa, Senhor Santos, foi afirmado que “gostaria que a associação se unisse para plantar pupunha e mandioca e instalar tanques para a criação de peixes”.

Desse modo, a associação, apesar de sua organização encontrar-se ainda em andamento, muitos assuntos são tratados e discutidos entre os associados. Porém, é preciso apresentar, ler, discutir e fazer cumprir seu estatuto, inclusive no que se refere ao meio ambiente sustentável e a propriedade da terra, um espaço de conservação ambiental, inclusive sobre os aspectos jurídicos que estabelecem normas para as comunidades de remanescentes de quilombos e a apropriação e regulamentação de seus territórios.

Conforme Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, CF88).

Ainda conforme o que estabelece a Constituição Federal de 88, Art. 216,

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Assim, a comunidade investigada ainda precisa conhecer a legislação que determina normas e direitos às comunidades tradicionais, inclusive, de remanescentes de quilombos, sobre a apropriação de seus territórios, considerando o que estabelece o INCRA e o estatuto da associação na Comunidade onde vivem.

3.6.2 Organização da Comunidade e dos Espaços de Convivência entre Homens e Mulheres

A organização da comunidade quilombola de Fojo e dos espaços de convivência entre homens e mulheres é evidenciada nas relações com a família, na Associação da Comunidade, na igreja e na separação entre os afazeres da casa e da roça, como também de outros espaços de socialização e produtivos desta comunidade, no qual, homens e mulheres revelam suas diferenças entre espaços ocupados e o papel de cada grupo e gênero.

Desse modo, a relação de gênero nesta comunidade expressa significados e sentidos, tanto para os homens como para as mulheres e, essa forma de relação dá importância aos respectivos papéis na organização social e política das famílias e grupo social de Fojo. Assim como, na manutenção da comunidade e tradições de comunidade rural.

Porém, as mulheres ocupam espaços de criação e resistência no Fojo, impedindo a dispersão da comunidade, pois estão sempre cuidando de seus afazeres domésticos, colaborando na continuidade da população do quilombo de Fojo, participando da organização social e política da comunidade como membros da associação de moradores. Nesse sentido, participando das reuniões mensais na Associação da Comunidade, as mulheres deliberam juntamente com os homens sobre as políticas públicas e questão local. Contudo, essa participação da mulher ainda é insuficiente, pois muitas ainda não são associadas, apenas seus maridos.

Parte das mulheres da comunidade não são associadas, ao que tudo indica, algumas delegam esse papel aos maridos e, como exemplo disso, há o caso de uma senhora que só procurou a associação depois da morte do marido.

Os espaços de convivência entre homens e mulheres na comunidade de Fojo são percebidos como espaços sob limites do que “pode e do que não pode” ou o que “deve e o que não deve”.

Sobre a ocupação das mulheres no Núcleo Familiar, foi perguntado na Questão 4, do Roteiro de Entrevista aos Moradores de Fojo, se elas trabalham, obtendo resultados de ocupação desses sujeitos por Núcleo Familiar.

Conforme dados coletados por este roteiro, um total de 21 (vinte e um) sujeitos, entre homens (10) e mulheres (11), respondeu que as mulheres ter alguma ocupação.

Considerando o que foi dito por Oliveira (2012) os resquícios de uma identidade e de uma cultura que não existe mais, o que não se aplica a todos os moradores da comunidade de

Fojo, que é um grupo arraigado em um território, na sua história, de seus descendentes, sua cultura, tradição e sentimento de pertencimento e interdependência à terra, ao território, ao espaço de convivência, à família, podemos dizer que as mulheres quilombolas da comunidade investigada mantêm suas lutas e resistências afrodescendentes, pois todas tem alguma ocupação nesse espaço. Assim, identificamos uma representação (Gráfico 8) de 100% das mulheres que trabalham no campo, na casa, na comunidade quilombola.

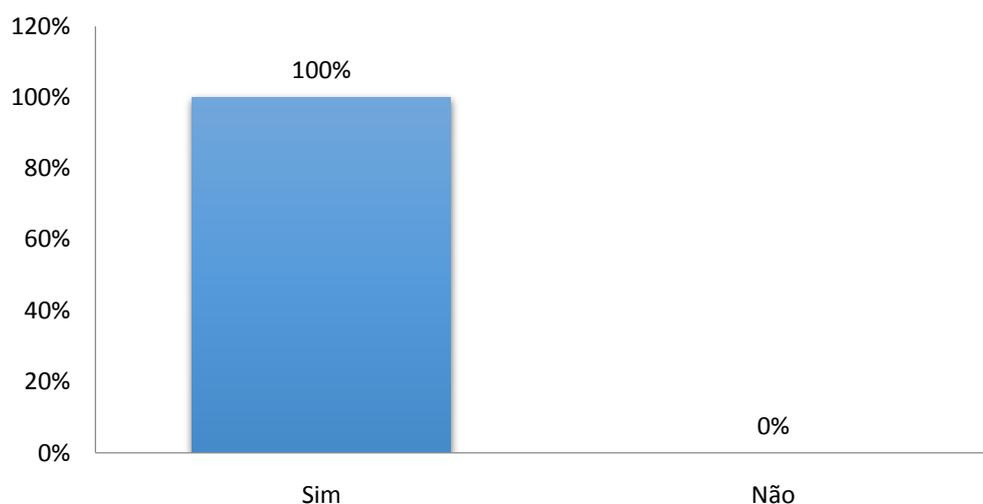


Gráfico 09: Mulheres da comunidade que trabalham

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Ferreira (2010, p. 3) fala da discriminação de gênero e explica que essa é uma “situação-problema” que marca a distinção entre o que é feminino e o que é masculino, separando mulher e homem no contexto social e, de modo semelhante, verifica-se na comunidade quilombola de Fojo, que os modos diversos e semelhantes de relações de poder produzem estigmas e relações complexas, resultando na subordinação de gênero.

Em seguida, na Questão 4.1.6, deste mesmo Roteiro de Entrevista aos Moradores foi perguntado quanto a resposta positiva sobre alguma ocupação das mulheres no Núcleo Familiar, – Onde trabalham as mulheres? e, todos, um total de 21 (vinte e um) sujeitos responderam a esta questão, disseram que as mulheres trabalham “na roça”.

As condições sociais das mulheres na comunidade de Fojo, ao que tudo indica, representa esta situação-problema de relações complexas, considerando que 31,34% do total de moradores do Fojo, responderam que as mulheres trabalham na roça, 31,34% disseram que as mulheres se dedicam aos serviços domésticos, 27% trabalham na produção de farinha e 10,45% trabalham em outros serviços.

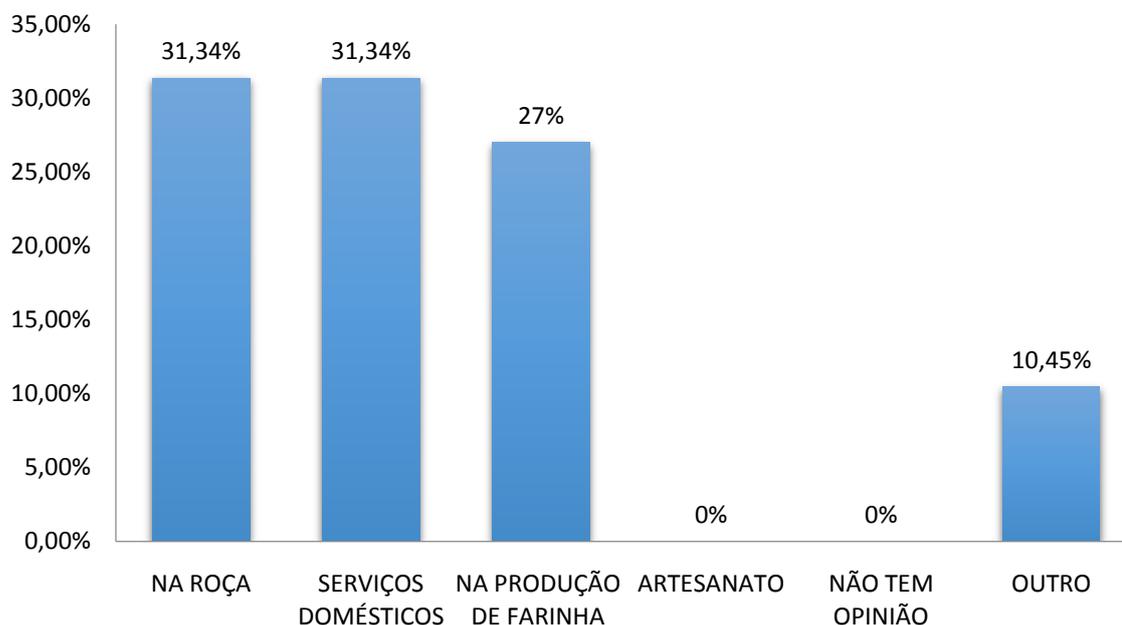


Gráfico 10: Onde trabalham

Fonte: Dados de pesquisa da autora

Do total de 07 (sete) sujeitos que responderam “Outro” para indicar onde as mulheres de Fojo trabalham, como podemos identificar abaixo, responderam que as elas trabalham:

- Produção artesanal de polpa de frutas (SF2).
- Merendeira da escola da comunidade (SF3).
- Tomo conta da venda do marido (SF9).
- Criação de galinhas (SF11).
- Merendeira da escola (SF13).
- Professora da escola da comunidade (SF14).
- Diarista (SF18)

A partir dos dados apresentados no Gráfico 10 e das conversas informais e formais com idosos, mulheres e homens, sujeitos da pesquisa, sobre o lugar de ocupação das mulheres quilombolas da Comunidade de Fojo, foi observado que, em sua totalidade, as famílias de Fojo são formadas por pequenos agricultores dedicados à criação de animais de pequeno e médio porte e que pescam no Rio de Contas que atravessa todo o seu território.

Contudo, a agricultura é que mais se destaca na economia do Fojo apresentando uma variedade de culturas para o consumo interno da comunidade e para a venda, como o cultivo de cacau, banana, coco, cana de açúcar, feijão, pimenta, abóbora e cupuaçu, hortaliças e, também, da mandioca para a fabricação da farinha e a produção de azeite de dendê. A maioria desses produtos são para a subsistência da comunidade e a produção excedente é comercializada em feiras livres ou entregues à comerciante e moradores na cidade de Itacaré e no distrito de Taboquinhas.

Os homens estão sempre participando de alguma atividade na comunidade, inclusive de reuniões da Associação dos Moradores, no segundo sábado de cada mês.



Figura 54 – Homens da Comunidade do Quilombo de Fojo
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A atividade agrícola que mais se destaca na comunidade é a produção da farinha de mandioca realizada artesanalmente, sobretudo, pela divisão do trabalho entre mulheres e homens. O plantio da mandioca é feito manualmente. Geralmente, os homens ficam responsáveis pela limpeza do terreno e, em seguida divide a tarefa do plantio com as mulheres. No processo da colheita e limpeza das raízes conta-se com a participação coletiva de homens e mulheres no desenvolvimento desse trabalho. São os homens que se ocupam de transportar as raízes descascadas com auxílio de animais carregando os cestos e puxando os animais.



Figura 55 – Fabrico da farinha de mandioca.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Figura 56 – Homens e mulheres juntos na colheita e limpeza da mandioca.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

No que diz respeito a agricultura, por exemplo, as mulheres participam dos plantios de cana-de-açúcar, mandioca, milho, pimenta dentre outros produtos, como pode ser observado nas Figuras 55 e 56, mas, ao que tudo indica, há divisão do trabalho: na fabricação da farinha de mandioca, por exemplo, as mulheres participam apenas da limpeza das raízes, descascar as raízes e não participam das outras etapas do fabrico; dos trabalhos considerados mais pesados da casa de farinha, como mexer a mandioca no cocho ou no forno, ficam destinados aos homens da comunidade. Como também, as mulheres ou mesmo os homens, parecem não utilizar as técnicas do fabrico de beijus, tapiocas, ou outros alimentos de origem da mandioca.

Isso não quer dizer que apenas os homens saibam trabalhar com o fabrico de farinha. As mulheres parecem também dominar essa técnica apesar deste tipo de produção ser feito, em sua maioria, pelos homens.



Figura 57 – Mulheres do Coral no fabrico da farinha de mandioca raspando a mandioca.
Fonte: Maria Edinalva de O. Carmo, 2015

Figura 58 – O líder da comunidade de Fojo e moradores de
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Homens e mulheres trabalham no mesmo espaço de preparo da mandioca, descascam as raízes para levar à casa de farinha e, nesse momento, conversam e socializam seus planos de trabalho, assuntos relacionados as suas vidas, comentários relacionados a situações de convivências entre eles.

Conforme resultados da análise das Figuras 60, 61, 62, 63 e 64 quando os sujeitos se reúnem para levar o produto já sem casca ao cocho, as mulheres saem de cena, e, assim, há divisão do trabalho entre homens e mulheres, ficando os homens como responsáveis por esse serviço, etapa de preparação do produto para fazer a farinha.

Conforme resultado de conversas informais e observação in loco, direta e sistemática, os homens têm como podemos ver na Figura 59, a responsabilidade de colocar o produto descascado no cesto do animal que o transportará até a casa de farinha onde a mandioca será triturada, com a utilização de motor próprio para esse serviço (não se usa mais os equipamentos manuais de antigamente).



Figura 59 - Homens carregando o animal para transportar a mandioca até a casa de farinha
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Essa massa é prensada para retirar o excesso de líquido e, no dia seguinte, vai para o forno, onde é torrada a farinha e ensacada para ser levada para a casa e o excesso é levado para ser vendido na cidade, em feiras livres.



Figura 60 – Casa de farinha
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 61 – Cocho onde são colocadas as mandiocas
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 62 – O triturador da mandioca
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 63 – Transformação da mandioca em massa
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015



Figura 64: A massa da mandioca
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

No fabrico da farinha trabalham homens mais velhos e os mais novos. Não há distinção de idade, mas apenas de gênero.

Os homens também são responsáveis por outras atividades na comunidade, como por exemplo, a construção de represas e de tanques para a criação de peixes, como podemos verificar nas figuras 65 e 66.



Figura 65 – Construção de tanques para criação de peixes Figura 66 –Tanque pronto para criação peixes.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015 Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Além disso, são os homens que se ocupam das construções de casas para moradia, casa de farinha e outras construções na comunidade e, também, de móveis para a utilização em suas residências e espaço da comunidade, espaços para criação de pequenos animais, como a criação de aves.



Figura 67 – Homem preparando a madeira para construir móveis
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Desse modo, diante de tudo que foi observado, a relação entre homens e mulheres na comunidade do Fojo, ao que tudo indica, é pacífica, onde apesar de homens e mulheres terem papéis definidos na comunidade, desenvolvem ações coletivas visando a manutenção da família e o desenvolvimento da comunidade.

3.6.2 O lugar da mulher na Comunidade Quilombola do Fojo, Itacaré - BA

Pelos dados coletados utilizando a Questão 1- sobre a idade e formação das mulheres de Fojo, com a intenção de traçar o perfil desses sujeitos, pode-se perceber que, de um total de 08 (oito) mulheres que participaram da pesquisa, respondendo aos Roteiro de Entrevista, 02 (duas) disseram ter “entre 19 a 24 anos” (25%), 03 (três) “entre 25 a 30 anos” (37,5%), e 03 (três) “mais de trinta anos de idade” (37,5%), como podemos observar na Tabela 2.

Tabela 2 –Sexo e Idade, 2015

IDADE SEXO	menos de 18	de 19 a 24 anos	de 25 a 30 anos	31 a 36 anos	mais de 37 anos de idade
FEMININO	-	25%	-	37,5%	37,5%
MASCULINO	-	25%	-	12,5%	62,5%

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Do total de 08 (oito) homens, 02 (dois) disseram que têm entre “19 a 24 anos” (25%), 03 (três) responderam entre “31 a 36 anos” (12,5%), e 03 (três) “mais de trinta anos de idade” (62,5%). Portanto, como podemos verificar os moradores do Fojo são, na maioria, pessoas com mais de 37 anos de idade.

Tabela 03 – Nível de escolaridade, 2015

FORMAÇÃO GÊNERO	Analfabeto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Outro
MULHER	-	-	25%	-	75%
HOMEM	-	12,5	25%	-	62,5%

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Sobre o nível de escolaridade desses sujeitos, Tabela 03, a maioria da população de mulheres é analfabeta, não sabem ler nem escrever, sendo que, do total de 08 (oito) mulheres que respondeu à questão 1.2, do Roteiro de Entrevista, as mulheres de Fojo, 02 (duas) responderam “Ensino Médio”, e 05 (cinco) responderam “Outro”. Do total de 05 (cinco)

sujeitos adultos que respondeu “outro” para informar a sua formação, 02 (duas) cursaram até 4ª série do Ensino Fundamental I, 02 (duas) até a 3ª série e 02 (duas) até a 5ª série.

Do mesmo modo, nessa mesma Tabela 03, de um total de 08 (oito) homens entrevistados, 01 (um) completou o “Ensino Fundamental”, 02 o “Ensino Médio” e 05 (cinco) responderam “Outro”. Do total de 05 (cinco) homens que responderam “outro” para informar a sua escolaridade, 02 (dois) cursaram a 1ª série do Ensino Fundamental I e 03 (três) até a 2ª série.

Considerando o papel da mulher na Comunidade de Fojo, quando foi perguntado na Questão 6.1 “O que faz (papel) a mulher na comunidade? ”, um total de sujeitos, mulheres de Fojo, que respondeu a esta questão disseram:

- Trabalha na roça, cuida da casa e na produção de farinha (M1).
- Ser dona de casa (M2).
- Ser esposa e mãe (M3).
- Ser esposa, genitora (M4).
- Esposa, mãe, ajuda o marido (M5).
- Cuidam da família (M6).
- São esposas e mães (M7).
- São donas de casa e ajudam os maridos na roça (M8).

Esta questão foi analisada, observando as relações de gênero nessa comunidade remanescente de quilombo, bem como, os aspectos da liderança feminina no contexto familiar e comunidade, no qual, o papel que cabe às mulheres na comunidade investigada é na produção de alimentos, na criação dos filhos, no cuidado com a casa, e, ao que tudo indica, em sua maioria, não tem autonomia para tomar decisões em assuntos importantes da comunidade, visto que não são membros da associação.

Desse modo, seguindo o que diz Bourdieu (1999), ao que tudo indica, na comunidade do Fojo às mulheres se aplicam, a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas nas relações e questões de gênero, nos espaços ocupados e nos esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.

No entanto, por tudo que foi observado durante o desenvolvimento da pesquisa, algumas mulheres quilombolas do Fojo, têm buscado ocupar posições estratégicas dentro da comunidade, inclusive na participação em reuniões da associação de moradores, como

membro da associação, opinando sobre questões que dizem respeito à comunidade e a terra. E, nesse processo, têm buscado seus direitos e assumido a liderança no quilombo de Fojo.

Conforme as respostas a Questão 6.1, do Roteiro de Entrevista aplicada aos homens, sujeitos da pesquisa, que analisa a “Percepção dos Homens sobre o papel e contribuições da mulher na Comunidade do Fojo”, podemos observar, no Quadro 2, que a percepção dos homens sobre o papel e contribuições da mulher na comunidade investigada.

Quadro 2: Percepção dos Homens sobre o papel e contribuições da mulher na Comunidade do Fojo, 2015

	Respostas dos homens do Fojo sobre a função da mulher na comunidade	Por quê?
Questão 6.1: O que você sabe sobre a função da mulher na comunidade do Fojo?	<ul style="list-style-type: none"> -Ajudam os homens nas atividades da roça (H1). - As mulheres poderiam ser mais protagonistas na comunidade. Economicamente são totalmente dependentes de seus maridos (H2). - As mulheres são só donas de casa, não fazem nenhum trabalho para trazer renda para a comunidade (H3). - Elas não têm um papel de destaque na comunidade (H4). - Cuidar do lar (H5) - Cuidar de sua casa e de seus filhos (H6). 	<ul style="list-style-type: none"> - Porque ajuda a família a sobreviver. (H1). - Não respondeu (H2). - Não respondeu (H3). - Elas ajudam suas famílias (H4). - Porque ela cuida da família (H5). - Porque ela cuida do marido e dos filhos (H6). - Elas não têm função importante na comunidade (H7). - Porque ajudam os maridos e cuidam da família (H8).

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Ao que indicam as respostas, os homens parecem não perceber o papel e as contribuições das mulheres na comunidade, pois, com exceção do sujeito H1, que responde que as mulheres “ajudam os homens nas atividades da roça”, ou ainda que é papel e contribuição da mulher “- Cuidar do lar” (H5) ou “- Cuidar de sua casa e de seus filhos (H6)”. Os outros sujeitos apresentam outras respostas, uma delas é: “- As mulheres poderiam ser mais protagonistas na comunidade. Economicamente são totalmente dependentes de seus maridos (H2)” outro responde: “- Elas não têm um papel de destaque na comunidade (H4)”.

Para a Questão 6.2, do roteiro de entrevista aplicada às mulheres quilombolas do Fojo, que investiga se cada uma delas gosta do seu trabalho na comunidade. Um total de 08 (oito) mulheres que participaram da pesquisa, respondendo ao Roteiro de entrevista, afirmaram que:

- Não desenvolvo nenhum trabalho específico na comunidade. Cuido do filho e do marido e ajudo nas tarefas da roça (M1).
- Gosto. Mas, gostaria de fazer mais pela comunidade (M2)
- Gosto (M3)
- Gosto (M4)
- Gosto (M5)
- Não tenho trabalho na comunidade (M6)
- Gosto (M7)
- Não tenho nenhuma ocupação na comunidade (M8)

Os homens entrevistados sobre “O que mais gosta de fazer na comunidade? Questão 6.2.1, da entrevista semiestruturada, em sua maioria, destacaram o seu “trabalho” como sendo o que mais gostam de fazer na comunidade, já as mulheres apontaram “ir para igreja” como o que mais gosta de fazer. Esses sujeitos justificaram as suas respostas, como pode ser observado no Quadro 3:

Quadro 3 – O que mais gostam de fazer as Mulheres e os Homens quilombolas na Comunidade de Fojo, 2015

QUESTÃO: O que você mais gosta de fazer na comunidade?	Por quê?
HOMENS	HOMENS
<ul style="list-style-type: none"> - Trabalhar e ficar em casa (H1). - Ir para a igreja (H2). - Conversar com os amigos (H3). - Tomar conta da venda e plantar mandioca (H4). - Conversar com os amigos (H5). - Jogar bola e tomar banho de rio (H6). 	<ul style="list-style-type: none"> - Sou igual a um bicho do mato, gosto de ficar escondido (H1). - Porque é importante louvar à Deus e partilhar esse momento com a família (H2). - Porque distrai depois de um dia de trabalho (H3). - Porque converso com muita gente, brinco dominó (H4). - Porque distrai e ajuda a passar o tempo (H5). - Porque é muito bom (H6).

- Trabalhar em carpintaria (H7). - Trabalhar e viver aqui. Trabalhar na roça (H8)	- Porque amo. É minha paixão (H7). - Porque aqui é um lugar bom. Água boa. Tem a Igreja (H8).
MULHERES	MULHERES
- Não respondeu (M1). - Ir para a Igreja (M2). - Conversar com as amigas (M3). - Ir para a Igreja (M4). - Ir para a Igreja (M5). - Conversar com os amigos (M6). - Ir para a Igreja (M7). - Ir para a Igreja (M8).	- Não respondeu (M1). - Porque é lá que vou adorar ao nosso Deus e é o melhor lugar para ficar pois fica junto com os irmãos (M2). - Para manter as amizades (M3). - Porque é bom viver com Deus (M4). - Porque cuidar da fé é importante (M5). - Para passar o tempo, se distrair (M6). - Porque vou orar (M7). - Porque ficou com as pessoas da comunidade orando ao Senhor (M8).

Observação: Questão 6.4 e 6.4.1 – Roteiro de Entrevista ao Homem Quilombola do Fojo
Questão 6.1.1 e 6.1.2 – Roteiro de Entrevista à Mulher Quilombola do Fojo
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Para saber ainda sobre quais as contribuições (ou não) da mulher quilombola na comunidade de Fojo, houve investigação sobre a opinião sobre esse assunto, podendo verificar que, de um total de 08 (oito) mulheres que respondeu à questão 7. Você percebe alguma contribuição (ou não) da mulher na comunidade?, sendo que, 04 mulheres afirmaram que “sim”, 03 (três) disseram que “não” e 01 (uma) considerou que contribui “muito”.

Assim, pode ser verificado na Tabela 04:

Tabela 04: O Papel e as Contribuições da Mulher na Comunidade do Fojo, 2015

7. Você percebe alguma contribuição (ou não) da mulher na comunidade?	Sim		Não		Muito pouco		Muito		Não tem opinião	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	5	4	3	3	-	-	-	1	-	-
Total	9		6		-		1		-	

H = Homens M = Mulher

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Para a Questão 7.6, “Se, qual?” da entrevista semiestrutura aplicada às mulheres do

Fojo, sujeitos da pesquisa, para saber quando resposta positiva e sua opinião sobre as contribuições à comunidade de Fojo, onde convivem com familiares e outros Núcleos pertencentes ao território de Fojo, pode ser verificado que, conforme as respostas abaixo, essas mulheres contribuem na ajuda aos seus maridos em diferentes atividades realizadas na comunidade, como agrícolas, criação de pequenos animais, atuação nas atividades da igreja e, também, no cuidado e criação dos filhos.

- Ajudam os maridos (M1).
- Ajudando os maridos (M2).
- Atuam na igreja (M3).
- Sendo boa esposa, cuidando dos filhos e do marido (M4).
- Não respondeu (M5).
- Dentro da família (M6).
- Não respondeu (M7).
- Não respondeu (M8).

Quando entrevistados sobre a Questão 6, que pergunta sobre a “Percepção dos Homens sobre o papel e as contribuições da mulher na Comunidade do Fojo”, um total de 08 (oito) homens respondeu à Questão 6.2, da entrevista, “Você acha importante o trabalho das mulheres na comunidade? ” e, desse total, 04 (quatro) afirmaram que “sim”, 03 (três) disseram que “não” e 01 (um) respondeu que contribui “muito”.

Quadro 4: O Homem do Fojo acha importante o trabalho das Mulheres na Comunidade? - 2015

Escala de análise	Quantidade	QUESTÃO 6.2.6: Por quê?
Sim	4	- Porque ajuda a família a sobreviver (H1) - Elas ajudam suas famílias. (H4) - Porque ela cuida da família (H5) - Porque ela cuida dos maridos e dos filhos (H6)
Não	3	- Não respondeu (H2) - Não respondeu (H3) - Elas não têm função importante na comunidade (H7)
Muito pouco	-	-

Muito	1	- Porque ajudam os maridos e cuidam da família (H8)
Não tem opinião	-	-

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

De acordo com os resultados analisados, os homens de Fojo que responderam à Questão 7.7, da entrevista semiestruturada, percebem que as mulheres contribuem com a Comunidade de Fojo porque ajudam e cuidam da família, ajudam aos maridos. No entanto, quando investigados porque, justificam que elas são importantes,

- Para garantir a paz e a harmonia da comunidade (M1).
- Trabalham para manter a paz e harmonia (M3).
- Porque garantem o bem-estar das famílias (M4).
- Cuidar bem da família ajuda a manter a harmonia na comunidade (M6).

E outros afirmaram que na Comunidade

- Não tem um projeto que envolva as mulheres (M5).
- Não tem nenhum projeto para as mulheres (M8).

Ou ainda que

- Mas, poderiam fazer mais (M2).
- As mulheres não desenvolvem nenhum trabalho coletivo na comunidade (M7).

Ao que tudo indica, essas mulheres tem uma vida dedicada aos serviços domésticos e não tem outra perspectiva de vida, senão cuidar da casa, do marido e dos filhos, como podemos verificar na Figura 68, da Família 17. A maioria das entrevistadas tem as mesmas características: são donas de casa, cuidam dos maridos e filhos, e ajudam nas tarefas da roça, não possuem ou têm um baixíssimo nível de instrução, o que as tornam ainda mais dependentes de seus maridos.



Figura 68 – Mulher Quilombola do Fojo com duas filhas, de idades diferentes – a maior ocupa-se de cuidar da menor.

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

De acordo com a observação *in loco*, direta e sistemática, as filhas sempre ajudam as mães nos serviços domésticos e na criação dos irmãos mais novos. Apresentam-se durante a pesquisa cuidando de seus irmãos menores, sempre agarrados ou segurados no colo, como e ver na Figura 68.

3.6.4 Trabalho, Cultura e Ocupação de Gênero: um olhar sobre as mulheres do Território Quilombola de Fojo, Itacaré – BA

O trabalho, a cultura e a ocupação de gênero na comunidade quilombola tem origem nos tempos coloniais, no qual, a mulher negra e quilombola ocupava-se dos serviços domésticos, do trabalho na roça, dentre outros.

Na Figura 69, a mulher quilombola mais velha da Comunidade de Fojo, aos seus 85 anos de idade, é uma representação da mulher negra quilombola no Núcleo Familiar do Fojo.



Figura 69- A mulher quilombola mais velha da Comunidade de Fojo e mãe do líder – aos 85 anos de idade
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Verificou-se através de entrevistas e conversas informais que as mulheres do Fojo se ocupam dos trabalhos domésticos, lavam pratos, cozinham, lavam roupas, cuidam da educação das crianças, do cozimento dos alimentos, além disso, cuidam da criação de pequenos animais, contribuindo com os serviços domésticos, na criação de pequenos animais e plantação de hortaliças para o consumo doméstico.

Desde criança, a mulher aprende os serviços domésticos, inclusive já são orientadas a cuidar de seus irmãos mais novos desde bebês, onde os mais velhos ajudam as mães a criar os irmãos mais novos, e, ao que tudo indica, “a ser mãe”, babá, como se vê na Figura 56:



Figura 70 – Menina mais velha cuidando dos irmãos mais novos
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Desse modo, os adultos transferem responsabilidades para as crianças que deveriam estar apenas na escola ou realizando atividades que permitem e possibilitam o desenvolvimento humano e social, a aprendizagem cognitiva e escolar.



Figura 71 – Crianças brincando na Comunidade de Fojo, 2015
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

As crianças brincam no espaço livre, no ambiente natural, embaixo de vegetações próximas as suas casas e suas brincadeiras são imitações de “dona de casa”,

A relação Mulher Quilombola-Comunidade de Fojo: território, territorialidade, tradição e *modus vivendis* da população, ao que tudo indica, é complexa. A tradição sofreu mudanças no decorrer do tempo-espaço e formação do Núcleo Familiar do Fojo, quando se percebe que essa comunidade não mantém as mesmas tradições e sentimento de pertencimento dos seus antepassados, quando se refere a religião, festas tradicionais e crenças africanas, inclusive sobre a relação mulher - natureza.

Considerando importante essa relação, por meio da entrevista semiestruturada às mulheres quilombolas que decidiram participar da pesquisa que, de acordo com o resultado de dados coletados, em visita in loco, nos meses de setembro a novembro de 2015, saber o tempo de existência dentro da comunidade.

Como podemos observar na Tabela 05, conforme resultados de dados coletados pela entrevista, do quantitativo de 08 (oito) mulheres que responderam a essa questão, 03 (três) disseram “de 16 a 30 anos”, 03 (três) “de 31 a 45 anos”, 01 (uma) “de 46 a 51 anos” e 02 (duas) “mais de 51 anos”. Com relação ao posicionamento dos homens, de um total de 08 (oito) homens entrevistados, 01 (um) respondeu que mora na comunidade do FOJO “de 16 a 30 anos”, 02 (dois) “de 31 a 45 anos”, 02 (dois) “de 46 a 51 anos” e 03 (três) “mais de 51 anos”.

Tabela 05 – Há quanto tempo mora na Comunidade, 2015

QUESTÃO 2.1. Você mora nesta comunidade há quanto tempo?	Categorias de análise									
	Menos de 15 anos		De 16 a 30 anos		De 31 a 45 anos		De 46 a 51 anos		Mais de 51 anos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Total	-	-	1	3	2	3	2	1	3	2

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Comparando os resultados de dados coletados nos roteiros de entrevista aplicados a homens e mulheres de Fojo, foi verificado que os sujeitos investigados moram há muito tempo no Fojo.

Quando investigamos sobre “Você gosta de morar aqui (na comunidade)?”. Questão 2.2 do roteiro de entrevista aos homens quilombolas, um total de 08 (oito) homens responderam à

pergunta, sendo que, 02 (dois) afirmaram que “sim” gostam de morar na comunidade, 01 (um) disse que “não” e 05 (cinco) responderam que gostam “muito”.

Assim, podemos observar no quadro a seguir:

Tabela 06: Você gosta de morar na Comunidade? - 2015

QUESTÃO 2.2. Você gosta de morar aqui (na comunidade)?	Categorias de análise										
	Sim		Não		Muito pouco		Muito		Não tenho opinião		
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	
	4	2	-	1	-	-	4	5	-	-	
Total		6		1		-		9		-	

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Para essa questão 2.2 Você gosta de morar aqui (na comunidade)?, do formulário aplicado às Mulheres do Fojo, quando investigadas, um total de 4 (quatro) dessas mulheres investigadas responderam que gostam “muito” e 4 (quatro) responderam que “sim”.

Os sujeitos investigados justificaram que gostam muito da comunidade onde moram, como podemos observar suas respostas, abaixo relacionadas:

- a) Mulheres que responderam “Sim”:
 - Porque gosta de morar na roça (M4)
 - Porque é um local muito tranquilo e estou perto da família (M6)
 - Porque é tranquilo (M7).
 - Porque é sossegado, não tem violência (M8).

- b) Mulheres que responderam “Muito”:
 - Porque é bem sossegado (M1).
 - Porque é bom demais. Gosta de todos. A tranquilidade (M2).
 - Porque mora perto dos parentes (M3).
 - Porque é sossegado, tranquilo, as crianças têm mais liberdade para andar (M5).

Enquanto que os homens responderam que:

- a) Sim
 - A tranquilidade. Não tem violência (H5)
 - Porque é muito sossegado, calmo (H6).

- b) Não

- Porque há maus vizinhos que não respeitam o que é dos outros. Também a falta de espaço para trabalhar para mim. Minha terra é pequena (H1).

c) Muito

- Porque é um lugar tranquilo (H2).
- Porque é sossegado (H3).
- Porque é um lugar sossegado, já estou acostumado, não quero sair (H4)
- Por ser uma herança dos pais (H7).
- Porque acostumei (H8).

Ainda sobre esse assunto que nos dá resposta sobre a relação mulher-comunidade de Fojo, conforme dados da questão 2.2.7 “O que você mais gosta na Comunidade?”, os entrevistados responderam, justificando que:

Quadro 5: O que mais gosta na comunidade?

Pergunta 2.2.7: O que mais gosta na comunidade?	2.2.7.1 Por quê?
MULHERES	MULHERES
<ul style="list-style-type: none"> - Não tem nada de especial na comunidade para fazer (M1). - As pessoas, a família (M2). - A tranquilidade (M3). - A convivência com as pessoas (M4). - A tranquilidade, garantia da alimentação da família (M5). - A tranquilidade (M6). - O sossego (M7). - Viver com toda a família (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Não respondeu (M1). - Porque é bom morar perto da família e as pessoas são amigas (M2). - Não tem violência, briga (M3). - É ruim quando os vizinhos vivem brigando (M4) - Além de ser um lugar tranquilo, podemos criar pequenos animais para alimentação, pescar, plantar e garantir a nossa alimentação (M5). - Não existe violência (M6). - Não tem violência (M7). - Vivemos sem brigas. Não há violência (M8).
HOMENS	HOMENS

- Assistir aos jogos que acontecem aqui no campo (H1).	- Porque vem gente da cidade e é uma diversão (H1).
- Do contato com a natureza (H2).	- Por causa da tranquilidade (H2).
- De morar perto da família (H3).	- Porque moro perto dos parentes (H3).
- A família e a região (H4).	- Porque vivo sossegado (H4).
- Morar perto dos parentes (H5).	- Porque a gente vive em paz (H5).
- Gosto das frutas, do rio e do campo (H6).	- Porque é bom (H6).
- A amizade (H7).	- Porque o povo me respeita (H7)
- Gosto de tudo (H8).	- Porque tudo para mim é bom (H8)

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A partir dos resultados de dados analisados no Quadro 5 supracitado, foram identificadas repetições acompanhadas de expressões que indicam o que os sujeitos investigados mais gostam na comunidade, denotando pertencimento a família, acomodação, apego à família, convivência com as pessoas da comunidade, tranquilidade, garantia de alimentação, sossego. Apenas um deles afirma que “Não tem nada de especial na comunidade para fazer (M1)” e 4 homens falam da ausência de violência.

3.7 Relação Mulher - Homem Quilombola - Comunidade de Fojo - Natureza

Nas questões 2 e 3 da entrevista semiestruturada aplicada aos sujeitos, mulheres da Comunidade de Fojo, houve pesquisa sobre “A Relação Mulher Quilombola-Comunidade de Fojo: território, territorialidade, tradição e *modus vivendis* da população” e, também, sobre a “3. Relação Mulher Quilombola-Natureza: percepção ambiental, cidadania, sustentabilidade”, considerando que essas questões são relevantes para o entendimento do tema e respostas à questão principal da pesquisa – De que modo as mulheres quilombolas têm contribuído (ou não) para a construção de uma comunidade quilombola ambientalmente sustentável na Comunidade Quilombola de Fojo, Itacaré, BA e o que dizem/falam esses sujeitos sobre meio ambiente? O que dizem/falam sobre essas questões?

De acordo com os resultados da questão 2.3, da entrevista semiestruturada às mulheres quilombolas, sobre “O que você acha da vida na comunidade de Fojo?”. Assim, observa-se na Tabela 14.

Tabela 07 - Relação Mulher - Homem Quilombola - Comunidade do Fojo -Natureza, 2015

Questões da Pesquisa	CATEGORIAS DE ANÁLISE									
	BOA		MUITO BOA		MAIS OU MENOS		NÃO GOSTO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
2.3 O que você acha da vida na comunidade do Fojo?	8	5	-	2	-	-	-	-	-	1
2.4 Para você, como é a vida das pessoas aqui na comunidade do Fojo?	8	6	-	-	-	1	-	-	-	1
2.5 O que você acha da relação entre homens e mulheres na comunidade?	4	8	-	-	4	-	-	-	-	-
3.2 O que você acha da relação comunidade-natureza?	8	6	-	-	-	1	-	-	-	1
Total	53		2		6				3	

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Do total de 08 (oito) mulheres que responderam à questão 2.3 da entrevista semiestruturada, todas responderam que acha a vida na comunidade “boa”. Do total de 08 (oito) homens que participaram da pesquisa, responderam essa questão, 05 (cinco) disseram que a vida é “boa”, 02 (dois) “muito boa” e 01 (um) “não tenho opinião”.

Do mesmo modo, do total de 08 (oito) mulheres que responderam à questão 2.4 da entrevista semiestruturada, todas responderam que a vida das pessoas na comunidade de Fojo é “boa”. Enquanto que, os homens do total de 08 (oito) entrevistados, 06 (seis) disseram que a vida é “boa”, e 01 (um) “mais ou menos” e 01 (um) “não tenho opinião”.

Com relação à questão 2.5 de um total de 08 (oito) mulheres entrevistadas sobre o que elas acham da relação entre homens e mulheres na comunidade, 04 (quatro) responderam achar “boa” e as outras 04 (quatro) disseram que a relação entre homens e mulheres é “mais ou menos”. Ainda, com relação a essa pergunta, ao ser apresentada aos homens, todos responderam que essa relação é “boa”.

Questionadas sobre o que acham da relação comunidade-natureza, questão 3.2, todas as mulheres responderam que consideram uma relação boa. Entretanto, questionados sobre essa relação, 06 (seis) homens de um total de 08 (oito) disseram considerar essa relação “boa”, 01 (um) “mais ou menos” e 01 (um) “não tenho opinião”.

Esses sujeitos, mulheres e homens da Comunidade de Fojo, responderam às questões 2.3, 2.4, 2.5 e 3.2 falando sobre o que acham da vida na comunidade, sobre a vida das pessoas as quais convivem no mesmo espaço de sociabilidades, relatando a sua percepção sobre a

relação homem-mulher e, também, a relação comunidade-natureza, nesse espaço e múltiplos sentidos – o Fojo e a maioria, 14 moradores entre homens e mulheres, consideram a comunidade “boa” sob esses aspectos.

No Quadro 6, abaixo, as mulheres e homens quilombolas quando falam sobre o tripé, relação mulher quilombola-comunidade de Fojo-natureza, expressam opiniões falando de categorias como a não violência, convivência com as pessoas, tranquilidade, sossego, paz, vivência em família, oportunidade de estudar, busca por melhores recursos para viver.

No entanto, dois moradores respondem: “- Porque não tenho o que falar (H6)” ou “- Mas, falta recursos para melhorar as condições de vida (H7)”.

Os resultados da análise da questão 2.4 ressaltam a visão dos moradores quilombolas de Fojo, quando foi perguntado “Paravocê, como é a vida das pessoas aqui na comunidade do Fojo?”, demonstra que as brigas não ocorrem porque “todas as pessoas são crentes” (M1) ou que “- Apesar de alguns desentendimentos, tudo se acalma e as pessoas vivem bem (M4)”. As categorias que mais se destacam entre as mulheres são: tranquilidade, viver bem, sossego, boa convivência entre as famílias. Entre os homens se destacam: falta de recursos para ter vida melhor, tranquilidade, não violência, paz, amizade. Do total de oito sujeitos que responderam essa questão, apenas um afirma que não sabe o que a comunidade pensa: - Porque eu não sei o que eles pensam (H6)

Quadro 6:Relação Mulher-Homem Quilombola-Comunidade de Fojo - Natureza, 2015

Justificativa dos sujeitos homens e mulheres para as questões 2.3, 2.4, 2.5 e 3.2 da pesquisa

	POR QUÊ?	
	MULHER	HOMEM
2.3 O que você acha da	<ul style="list-style-type: none"> - Porque não tem violência (M1). - É bom pela convivência com as pessoas. (M2) - Por causa dessa tranquilidade (M3). - Porque é um lugar sossegado (M4). - Porque somos todos parentes, não há incômodo (M5). - Mesmo com dificuldades tenho a possibilidade de estudar e buscar um futuro melhor (M6). 	<ul style="list-style-type: none"> - Porque é tranquila, sossegada (H1). - Porque a comunidade é tranquila (H2). - Porque vivemos em paz (H3). - Porque todos são unidos (H4). - Por causa da tranquilidade (H5). - Porque não tenho o que falar (H6). - Mas, falta recursos para

<p>vida na comunidade do Fojo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Vivemos em paz, sem violência (M7). - A convivência com a família (M8). 	<p>melhorar as condições de vida (H7).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Porque a gente vive em família (H8).
<p>2.4 Paravocê, como é a vida das pessoas aqui na comunidade do Fojo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Porque quase todas as pessoas são crentes, não há brigas (M1). - Por causa da tranquilidade (M2). - A comunidade tem uma vida tranquila (M3). - Apesar de alguns desentendimentos, tudo se acalma e as pessoas vivem bem (M4). - Porque é sossegada. Falta recursos mais é bom (M5). - Todos gostam do local e convivem bem entre famílias (M6). - Porque é tranquilo (M7). - Porque mesmo sem recursos levamos uma vida tranquila (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Porque falta recursos para a gente ter uma vida melhor (H1). - Porque aqui não tem brigas, confusões (H2). - Porque é um lugar tranquilo, sem violência (H3). - Porque todos vivem em paz, sem confusão (H4). - Porque todo mundo convive bem, há amizade entre eles. Ocorre tudo bem (H5). - Porque eu não sei o que eles pensam (H6) - Porque vivemos em paz (H7) - Porque é tudo sossegado (H8).
<p>2.5 O que você acha da relação entre homens e mulheres na comunidade?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Porque se respeitam, não tem brigas (M1). - Porque as coisas são feitas em comum acordo (M2). - Porque o ciúme atrapalha a relação (M3) - Porque tem homens que se a gente baixar a cabeça eles batem (M4). - Porque alguns casais da comunidade não têm uma boa convivência (M5). - Na maioria das famílias existe o respeito entre homens e mulheres (M6). - Porque tem diálogo entre os casais, não tem briga (M7) - Tem casais que não convivem bem (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Porque não tem brigas entre casais (H1). - Porque não tem confusão (H2). - Porque existe respeito, harmonia (H3). - Porque ninguém vê brigas entre casais, agressões (H4). - Porque uns respeitam os outros (H5). - Porque são calmos e não ocorrem brigas (H6). - Por ser uma comunidade evangélica e por ser quase todos parentes (H7). - Porque não tem discussão, tudo é feito de acordo (H8).
<p>3. 2 O que</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Porque não há desmatamento (M1). 	<ul style="list-style-type: none"> - Porque é importante conservar a

<p>você acha da relação comunidade-natureza?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estamos aprendendo, tendo conhecimento e agora a gente tem se preocupado em preservar mais (M2). - Porque agora não está tendo desmatamento (M3). - Porque os moradores evitam desmatar e fazer queimadas (M3). - Porque não tem mais desmatamento nem queimadas (M5). - Porque não existe tantos índices de desmatamento e poluição na comunidade (M6). - A comunidade se preocupa em preservar a natureza (M7). - Não tem mais desmatamento, queimadas nesta área da comunidade (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> natureza (H1). - Porque os moradores não fazem queimadas nem desmatam a área (H2). - O povo evita limpar a roça com fogo. Derrubar mata (H3). - A gente tem cuidado com os pastos não faz queimadas (H4). - Todos aqui respeitam a natureza (H5). - Não respondeu (H6). - Porque muitos ainda não têm a consciência de que o melhor é preservar (H7) - Porque não tem mais desmatamento (H8).
--	---	--

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

O resultado da análise dos conceitos apresentados no Quadro 6 acima sobre as relações de gênero – ente homens e mulheres no Fojo, permite entender que os elementos apontam a noção de respeito, acordo entre homens e mulheres para a tomada de decisões, harmonia, mas também, denunciam as formas de relação de subordinação, violência, mal convivência entre homem-mulher, como foi observado nas falas das mulheres quilombolas M4, M5, M6 e M7, abaixo relacionadas:

- Porque tem homens que se a gente baixar a cabeça eles batem (M4).
- Porque alguns casais da comunidade não têm uma boa convivência (M5).
- Na maioria das famílias existe o respeito entre homens e mulheres (M6).
- Porque tem diálogo entre os casais, não tem briga (M7)
- Tem casais que não convivem bem (M8).

Sobre a relação comunidade-natureza e/ou como é a vida das pessoas na comunidade de Fojo, podemos observar na figura 58, a mulher quilombola da Família F2, do Núcleo Familiar I, do Fojo, se ocupa da tarefa doméstica – lavar utensílios de cozinha no rio e, agora, segue o caminho de casa, com bacia de pratos na cabeça.



Figura 72 – Mulher Quilombola da Comunidade de Fojo voltando do rio para sua casa com pratos lavados.
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Esta é uma das rotinas vividas no cotidiano dessas mulheres que todos os dias, sobem e descem o caminho de ida da casa ao rio e de volta do rio à casa onde moram com trouxas de roupas, bacias de utensílios domésticos e, muitas vezes, em diferentes momentos, para cumprir com a sua “obrigação doméstica”, a de “dona de casa”, “mãe” de muitos filhos. Sendo que, 100% das entrevistadas consideram a vida da mulher na comunidade como “boa”.

Como observamos, o rio serve a comunidade de diferentes formas, inclusive para lavagem de pratos e outros utensílios de cozinha e roupas, porém, ao que tudo indica, diante do que foi observado pela pesquisa, não há uma preocupação desses sujeitos em remover bem os restos de comida e jogar no lixo para evitar que espinhas de peixe e ossos de galinha, por exemplo, fiquem no rio podendo provocar acidentes com seus familiares na hora do banho de rio.

Desse modo, sem conhecer os prejuízos que podem e/ou estão causando ao meio ambiente, utilizam diariamente na água do rio produtos que podem permanecer por mais tempo no ambiente, como sabões e detergentes que não são biodegradáveis. Assim, a mulher quilombola da Família F2 parece ignorar que, a utilização constante desses produtos, jogados no rio causam diversos danos ao corpo hídrico e a vida dos animais que nele vivem.

Tabela 08 – Saberes/Conhecimentos Socioambientais na Comunidade: Utilização de produtos da natureza na vida das mulheres e homens quilombolas, 2015.

QUESTÕES DE PESQUISA	CATEGORIAS DE ANÁLISE									
	SIM		NÃO		MUITO		NÃO LEMBRO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
4.1 Você usa algum produto da natureza na sua vida (alimento, fazer remédios e/ou outras atividades)?	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-
4.1.8 Você acha importante usar esses produtos?	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Total										

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

O resultado dos dados da questão 4.1.8, do total de 08 (oito) mulheres, todas responderam “Sim” para a importância de usar esses produtos. Em concordância com 8 (oito) mulheres entrevistadas, os homens também disseram “Sim” (100%).

Ao que tudo indica, a utilização de produtos da natureza faz parte do cotidiano da vida rural, e não seria diferente nessa comunidade, que diz fazer uso dos produtos da natureza na alimentação e, também, como meio de tratamento para os mais variados males que afetam a saúde das pessoas na comunidade.

O cultivo de plantas medicinais em vasos e lugares reservados próximo as casas e a colheita de folhas, flores na roça, expressa todas essas relações que o negro quilombola possui com a natureza e, também, com a família, parentes e vizinhos no cuidado com a saúde e “cura dos males”. Mas há também uma relação que ultrapassa estas outras: é relação com a natureza, com o que está a sua volta, o rio, a vegetação, a terra, os animais.

Para a cura das doenças utilizam diferentes folhas, raízes, sementes, flores, utilizados para os chás, banhos, defumadores, e, saberes tradicionais transmitidos por antepassados, como a folha de laranja, erva cidreira, alumã, capim santo, mastruço, boldo, hortelã, eucalipto, Cordão de São João, Cordão de São Francisco, algodão, dentre outros.

A influência africana se manifesta nas formas de organização do trabalho, de sociabilidades e, também, na relação das famílias quilombolas do Fojo com a natureza e o conhecimento/saberes tradicionais, desenvolvem até hoje, um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente e modos de conservação ambiental.

No quadro abaixo, pode-se verificar os produtos que a comunidade costuma fazer uso.

Quadro 7: Mulher – Homem Quilombola de Fojo e suas justificativas sobre a utilização de produtos da natureza na sua comunidade/vida, 2015

QUESTÕES DA PESQUISA	PARTICIPANTES DA PESQUISA	
	MULHER	HOMEM
4.1.6 Se, quais são eles?	<ul style="list-style-type: none"> - Mandioca, aipim, folha de laranja para chá, erva cidreira, frutas: laranja, coco, manga, caju, goiaba (M1). - Frutos, alumã, boldo, hortelã, erva cidreira (M2). - Jaca, caju, cana, graviola, alumã, algodão, mastruço (M3). - Manjerição, tanchagem, terramicina (M4). - Hortelã, arruda, anador, algodão, erva cidreira, frutas (M5). - Frutas como: graviola, abacate, caju e etc (M6). - Frutas como manga, cajá, caju, goiaba, coco, araçá e ervas para chás como cidreiras, arruda, mastruço, etc. (M7). - Jaca, caju, laranja, limão, manga, boldo, hortelã, erva cidreira capim santo (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Capim santo, alumã, mastruço, boldo, jaca, banana, abacate, limão laranja (H1). - Hortaliças, alumã, erva cidreira (H2). - Frutas, capim eucalipto, tanchagem, erva cidreira, boldo (H3). - Cordão de São João, Cordão de São Francisco, algodão, mastruço (H4). - Frutas, alumã (H5). - Erva que faz remédio e milho, feijão (H6). - Alumã, erva cidreira, capim eucalipto, frutas (H7). - Hortaliças, banana, capim santo, erva cidreira (H8).
4.1.7 Para que você utiliza esses produtos	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação e remédio (M1). - Para alimentação e como remédio (M2). - Como remédio e na alimentação (M3). - Como remédio (M4). - Como remédio e na alimentação (M5). - Sucos e etc. (M6). - Para alimentação e fazer remédios (M7). - Como remédio e para se alimentar (M1). 	<ul style="list-style-type: none"> - Para alimentação e chás (H1). - Alimentação e remédios (H2). - Como alimentação e remédios (H3). - Como remédios (H4). - Como alimento e remédio (H5). - Para fazer chás e comida (H6). - Para alimentação e como remédio (H7). - Como alimento e como remédio (H8).
4.1.10 De que modo, você	<ul style="list-style-type: none"> - No dia a dia vendo as pessoas mais velhas (M1). - Com a família (M2). - Através dos mais velhos (M3). - Com os pais (M4). - Com o povo antigo (M1) - No dia a dia (M1). - Com a família (M1). 	<ul style="list-style-type: none"> - Com ao pais (H1). - Em casa, com os mais velhos (H2). - Com os familiares (H3). - Com os mais velhos. Minha mãe (H4). - Com meus pais (H5). - Com minha avó (H6). - Com os meus pais (H7).

aprendeu a utilizar esses produtos da natureza?	- Com os mais velhos (M1).	- Tradição familiar (H8).
.1.9 O que você sabe sobre esses produtos que utiliza na sua comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - A comunidade usa os mesmos produtos (M1). - Na roça a gente sempre usa chás como remédio e os frutos como alimento (M2). - Tradição de família (M3). - Que são bons para a saúde (M4). - Fazem bem para a saúde (M5). - Que são importantíssimos para a saúde (M6). - São importantes para nós (M7). - São importantes como fontes de alimento e para curar doenças (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - São bons para a saúde (H1). - A comunidade usa como alimentos e também como remédios (H2). - Complementam a nossa alimentação e melhora nossa saúde (H3). - Nem todos gostam de usar (H4). - São produtos naturais e fazem bem para a saúde (H2). - É bom para todo mundo (H2). - São importantes para a nossa saúde (H2). - A comunidade faz uso desses produtos (H2).
5.7 De que modo a sua comunidade aprende os conhecimentos sobre a natureza?	<ul style="list-style-type: none"> - São passados de geração para geração (M1). - Os mais velhos passam seus conhecimentos e em cursos através da Associação (M2). - Através de cursos na Associação (M3). - Com as pessoas mais velhas (M4). - Com o povo antigo (M5). - No cotidiano (M6). - Na convivência familiar (M7). - Com os mais velhos (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Através de cursos (H1). - Por meio de palestras e cursos dados na Associação (H2). - Com o pessoal mais antigo (H3). - Com os mais velhos (H4). - Através das pessoas mais antigas (H5). - Com meu pai e meu avô (H6). - Através da Associação (H7). - Através de Cursos dados pelo governo (H8).
5.7.1 Como são transmitidos os conhecimentos sobre a natureza e os seus recursos na comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Através das pessoas mais velhas (M1). - No dia a dia os pais vão ensinando os filhos a trabalhar e através das palestras na Associação (M2). - Através de palestras e oficinas (M3). - No dia a dia nas famílias (M4). - De pai para filho (M5). - Através dos mais velhos (M6). - Pelos mais velhos (M7). - Pelos pais e avós (M8). 	<ul style="list-style-type: none"> - Por meio de palestras, oficinas (H1). - Nas palestras da Associação (H2). - Na lida diária (H3). - No dia a dia (H4). - As pessoas que ensinam (H5). - Pelas palestras, pelas reuniões da Associação (H6). - Através de cursos e palestras (H7). - Cursos e palestras dados pelo governo (H8).
5.8 Quem ensina os conhecimentos/saberes na comunidade?	<ul style="list-style-type: none"> - Os mais velhos (M1). - Os mais velhos e os Técnicos (M2). - Os Técnicos e especialistas que dão os 	<ul style="list-style-type: none"> - Técnicos trazidos pela Associação (H1). - Os técnicos que vieram na

	cursos (M3). - Pelos pais e avós (M4). - Os pais e avós (M5). - Pais, avós, tios (M6). - Pelos mais velhos da família (M7). - Os mais velhos (M8).	Associação (H2). - Com os familiares mais velhos (H3). - Com os pais e avós (H4). - As pessoas (H5). - Os quilombolas (H6). - Os técnicos que vem para a associação dar cursos (H7). - Os técnicos do governo (H8).
--	---	---

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Além das questões sobre a percepção das Mulheres Quilombolas sobre a Relação Mulher Quilombola-Comunidade de Fojo: território, territorialidade, tradição e *modus vivendis* da população e Relação Mulher Quilombola-Natureza: percepção ambiental, cidadania, sustentabilidade, falam da valorização dos saberes transmitidos pelos pais, avós, pelos mais velhos da família, pelos “quilombolas”, mas também, falam dos conhecimentos transmitidos pelos “técnicos do governo” (H8), “os técnicos que vem para a associação dar cursos” (H7).

Segundo a *observação in loco* e análise Figura 59, constata-se que a participação das mulheres nas reuniões da Associação da Comunidade Quilombola, ainda são muito tímidas. Participam das atividades realizadas nas reuniões quando não tem mais o marido ao lado para responder, como no caso de ficarem viúvas, como foi presenciado pela pesquisa, da participação da mulher Cerdalva, na reunião realizada no dia 12, de setembro de 2015.



Figura 73 – Mulheres participando da reunião da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo
 Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Assim, de acordo com a observação durante a participação na reunião da associação, notamos que, não há presença de mulheres na Direção ou outra ocupação/função da Associação, mas quatro homens estão nas funções administrativas, como podemos verificar na Figura 74.



Figura 74 – Diretoria da Associação do Desenvolvimento do Quilombo de Fojo
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

De acordo com dados da observação *in loco*, direta assistemática, no primeiro momento, de abril a junho de 2014 e, direta e sistemática, no segundo momento, de julho de 2014 a novembro de 2015, o homem quilombola da comunidade investigada, sempre se ocupa dos trabalhos “ditos e entendidos como os mais pesados por nossa sociedade”, como por exemplo, cavar, pegar peso, arar a terra quando em grande extensão, e, assim, podemos verificar na Figura 75.



Figura 75 – Homens trabalhando na construção de tanques
Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

3.8 Formas de construção do conhecimento/saberes da mulher quilombola sobre a natureza na comunidade de Fojo, Itacaré, BA.

As formas de construção do conhecimento e saberes da mulher quilombola sobre a natureza na comunidade quilombola de Fojo, configuram-se como modos e demonstram competências culturais, políticas e ambientais, ao que parece, muito fragilizadas ou negadas, pela própria identidade do grupo ao qual pertencem que acabam silenciados.

Com os resultados da análise do Tabela 09 verifica-se que 08 (oito) mulheres que responderam à questão 3.4 da entrevista semiestruturada, todas responderam que “Sim”, as matas, os rios, os animais e as plantas têm um sentido em suas vidas. Do total de 08 (oito) homens que participaram da pesquisa, 06 (seis) disseram que “Sim”, e 02 (dois) “muito”, deixando clara a importância desses elementos em suas vidas.

Tabela 09 - Relação Mulher Quilombola-Comunidade-Natureza: percepção ambiental, cidadania e sustentabilidade, 2015

Questões da Pesquisa	CATEGORIAS DE ANÁLISE									
	SIM		NÃO		MUITO POUCO		MUITO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
3.4 As matas, os rios, os animais e as plantas têm algum sentido na sua vida?	8	6	-	-	-	-	-	2	-	-
3.4.7 Você percebe algum sentido das matas, do rio, dos animais e das plantas na vida da sua comunidade?	8	6	-	-	-	-	-	1	-	1
5.1 Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza?	8	7	-	-	-	-	-	1	-	-
5.9 Na sua opinião, é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?	7	7	-	-	-	-	1	1	-	-
Total	31	26	-	-	-	-	1	3	-	1

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Em resposta à questão 3.4. 7, as 08 (oito) mulheres entrevistadas afirmaram que “sim”, as matas, os rios, os animais e as plantas têm sentido na vida da comunidade. Já os homens, de um total de 08 (oito) entrevistados, 06 (seis) disseram que “sim”, 01 (um) respondeu “muito” e 01 (um) respondeu “não tenho opinião”.

Em se tratando da questão 5.1 Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza?, as 08 (oito) mulheres entrevistadas responderam “sim”. Dos 08 (oito) homens entrevistados sobre essa questão, 07 (sete) disseram que “sim” e apenas 01 (um) deles respondeu “muito”.

Os resultados da questão 5.9 que investiga a opinião das mulheres e homens quilombolas sobre a importância do etnoconhecimento para a comunidade de Fojo (Na sua opinião é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?), demonstram que 08 (oito) mulheres entrevistadas, 07 (sete) disseram que “Sim” e 01 (um) respondeu “Muito”, sendo a mesma, a opinião dos homens. De um total de 08 (oito) homens investigados, 07 (sete) disseram que “sim” e apenas 01 (um) respondeu “muito”.

No Quadro 8, que informa as respostas dos sujeitos investigados sobre “O que é a natureza para o Homem e a Mulher do Quilombo de Fojo?”, há evidências de que as populações tradicionais, corporificam um modo de vida ligado à natureza, possibilitando a construção coletiva, a construção da identidade, os conhecimentos, a cidadania e as práticas, valorizando o uso de recursos naturais.

Quadro 8 – O que é a natureza para o Homem e a Mulher da Comunidade Quilombola de Fojo?

QUESTÕES DA PESQUISA	RESPOSTAS DOS SUJEITOS	
	HOMENS	MULHERES
3.1. O que é a natureza para você/senhor (a)?	<ul style="list-style-type: none"> - A natureza me faz bem. Vivo sossegado (H1). - A natureza faz com que tenha paz e me sinta feliz em morar aqui (H2). - A natureza é tudo, sem ela a gente não sobrevive (H3). - Acho a natureza linda. Os pássaros, micos vivem bem perto (H4). - É tudo o que nos envolve (H5). - A natureza é a vida, é tudo (H6). - É uma maravilha (H7). - É o tempo, é boa (H8). 	<ul style="list-style-type: none"> - É bom a natureza (M1). - É tudo. Gosto muito (M2). - Significa muita coisa. É tudo (M3). - A natureza é tudo (M4). - É importante. Traz saúde, liberdade (M5). - Tudo, pois é a natureza que nos dá tudo que é necessário para sobrevivência (M6). - A natureza é muito importante para mim (M7). - Significa o meio de sobrevivência de minha família (M8).
3.4.7. Fale um pouco sobre o que eles (rios, as matas, os animais, as plantas) representam para você?	<ul style="list-style-type: none"> - Me trazem alegria (H1). - São importantes para mim (H2). - É bom conviver com eles (H3). - Alegria, beleza. Acho bonito (H4). - Tudo. A vida (H5). - A vida. A natureza que nos faz bem e está ao nosso redor (H6). - Além de nos fornecer alimentos nos 	<ul style="list-style-type: none"> - Que tem que cuidar deles (M1). - Representa muito. É muito bom ver os animais e os rios sendo preservados (M2). - Nós precisamos deles para viver (M3). - Representam tudo (M4). - Representam felicidade (M5). - Tudo (M6).

	<p>fornece a saúde (H7).</p> <p>- Me faz sentir coisas boas (H8).</p>	<p>- Beleza (M7).</p> <p>- É maravilhoso acordar com o barulho das árvores e o canto dos pássaros (M8).</p>
<p>3.4.8. Você sabe dizer o que os rios, as matas, os animais, as plantas representam para a comunidade?</p>	<p>- Eu acho que são muito importantes para todos (H1).</p> <p>- São muito importantes para nossa comunidade (H2).</p> <p>- É tudo para a gente (H3).</p> <p>- Tem muita importância para a comunidade (H4).</p> <p>- Representam a vida da natureza (H5).</p> <p>- Representa que é importante, que o ar é limpo, tem rios limpos (H6).</p> <p>- Representam fontes de alimento e saúde (H7).</p> <p>- Ajudam a nossa sobrevivência (H8).</p>	<p>- São muito importantes para a comunidade (M1).</p> <p>- A comunidade também se preocupa em preservar eles (M2).</p> <p>- Tudo. Porque é bom pescar, lavar roupa no rio (M3).</p> <p>- Representam nossa sobrevivência (M4).</p> <p>- São muito importantes para a comunidade (M5).</p> <p>- Não (M6).</p> <p>- Representam a beleza da comunidade (M7).</p> <p>- Garantem a sobrevivência da comunidade (M8).</p>
<p>3.4. 9. De que maneira você percebe/sente a natureza na sua vida?</p>	<p>- Ela garante a nossa sobrevivência (H1).</p> <p>- Eu gosto de viver na natureza (H2).</p> <p>- A natureza é bonita (H3).</p> <p>- A vida (H4).</p> <p>- Com o canto dos pássaros (H5).</p> <p>- Representa a vida (H6).</p> <p>- É uma maravilha (H7).</p> <p>- É muito boa (H8).</p>	<p>- A natureza é muito importante para mim (M1).</p> <p>- É muito bom viver em meio à natureza (M2).</p> <p>- Eu gosto de viver com a natureza (M3).</p> <p>- A natureza é muito boa (M4).</p> <p>- Ela faz parte da minha vida (M5).</p> <p>- Algo que preenche a minha vida (M6).</p> <p>- Me traz beleza e alegria (M7).</p> <p>- Ela é importante para mim (M8).</p>
<p>3.4. 10 De que maneira você percebe/sente a natureza na vida da Comunidade do Fojo?</p>	<p>- A comunidade depende da natureza (H1).</p> <p>- Eu acredito que ela é importante para todos (H2).</p> <p>- Que é da natureza que a gente tira nosso sustento (H3).</p> <p>- É importante pela vida da comunidade (H4).</p> <p>- A natureza é importante para todos (H5).</p> <p>- Que tem várias plantas que serve como alimento (H6).</p> <p>- Uma parte da comunidade pensa como</p>	<p>- A natureza é muito importante para a vida na comunidade (M1).</p> <p>- Aqui, onde a gente vive a natureza é tudo (M2).</p> <p>- É o que garante a nossa sobrevivência (M3).</p> <p>- Ela é muito importante para nossa vida (M4).</p> <p>- A natureza é importante para todo mundo (M5).</p> <p>- É tudo que temos para a nossa sobrevivência (M6).</p> <p>- Ela é importante para nossa</p>

	eu (H7). - É muito importante (H8).	sobrevivência (M7). - É importante para toda comunidade (M8).
--	--	--

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

A comunidade de Fojo demonstra, ao que tudo indica, pouca relação com a natureza e quando perguntados de que maneira você percebe/sente a natureza na sua vida, as categorias que se destacaram foram: [...] dependência da natureza (H1); [...] importância para todos (H2; H5; H8); [...] natureza como sustento (H3); [...] importante pela vida da comunidade (H4); [...] várias plantas que serve como alimento (H6).

Sobre a Questão 2.6, Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade?, de um total de 08 (oito) mulheres entrevistadas, apenas 01 (uma) respondeu “sim” e o restante, 07 (sete) mulheres, responderam que “não” existe. De um total de 08 (oito) homens investigados, 02 (dois) disseram que “sim”, existe alguma coisa que não lhe faz bem na comunidade; 05 (cinco) homens responderam “não” e apenas 01 (um) respondeu “não tenho opinião”.

Tabela 10: Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade?

2.6. Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade?	ESCALA DE ANÁLISE									
	SIM		NÃO		MUITAS		NÃO LEMBRO		NÃO TENHO OPINIÃO	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
	1	2	7	5	-	-	-	-	-	1
Total	1	2	7	5	-	-	-	-	-	1

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Os porquês que justificam as respostas dos sujeitos investigados sobre se “existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade?”, denotam ao que tudo indica que as relações entre os moradores nem sempre demonstram harmonia, paz, tranquilidade entre eles, como podemos verificar nas falas coletadas pela entrevista semiestruturada às mulheres e homens do quilombo de Fojo, que não responde a essa questão ou falam da falta de recursos, de auxílio, sobre a convivência com os vizinhos, como por exemplo, a fala de H1 de que “a falta de respeito dos vizinhos” é um dos motivos que “não lhe faz sentir bem na comunidade de Fojo. Assim, podemos constatar no Quadro 9, a saber:

Quadro 9: Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade? 2015

	POR QUÊ?	
	MULHER	HOMEM
Justificativa dos sujeitos homens e mulheres para as questões 2.6 da pesquisa	- Porque é muito bom aqui, não vê nada de errado (M1)	- A falta de respeito dos vizinhos (H1)
	- A falta de recursos, de auxílio para o desenvolvimento da comunidade (M2)	- Não respondeu (H2)
	- Não respondeu (M3)	- Não respondeu (H3)
	- Não respondeu (M4)	- Não respondeu (H4)
	- Não respondeu (M5)	- Não respondeu (H5)
	- Não respondeu (M6)	- Não respondeu (H6)
	- Não respondeu (M7)	- A ausência de pontes para facilitar o acesso dentro da comunidade (H7).
	- Não respondeu (M8)	- Não respondeu (H8)

Fonte: Maria Edinalva de Oliveira Carmo, 2015

Do mesmo modo o H7 diz que o motivo é “- A ausência de pontes para facilitar o acesso dentro da comunidade”. Entretanto, tanto homens como mulheres parecem não querer responder a essa questão por algum motivo que, ao que tudo indica, não pode ser denunciado, falado, comentado. Do total de 08 mulheres entrevistadas, 07 não responderam à questão e do total de 08 homens, 06 também não responderam.

Assim, a relação mulher-natureza na Comunidade de Fojo se transforma com os contatos com os agentes externos à comunidade, pelos cursos que participam na Associação da Comunidade promovidos por órgãos governamentais e não governamentais, pela transmissão de conhecimentos e práticas populares passadas pelas gerações através da oralidade, assim como, a utilização de conhecimentos de plantas medicinais que permitem manter a tradição de seus avós, pais, enfim, dos seus antepassados dentro da comunidade, onde plantam ou utilizam o extrativismo para curar as doenças do corpo, apesar de terem sofrido mudanças de crenças e religião, deixando a cultura dos antepassados para se tornarem evangélicos da Assembleia de Deus, com novos comportamentos, costumes e valores.

PARTE IV

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

[...] A identidade se reconhece e reproduz como o idêntico, mas sempre em contraste com o diferente, com “o outro”, num processo de ressignificação e reconstituição de sua singularidade e sua especificidade. O mesmo acontece no nível epistemológico com a relação ente saberes.

Leff, 2012

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo está inserida no bioma da Mata Atlântica, na Região Litoral Sul da Bahia, situado no Município de Itacaré, BA, teve o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em DOU n. 47, de 11, de março de 2015 e segundo informações nesse documento, atualmente, nela vivem 65 famílias remanescentes de quilombo, numa área de 1,3 mil hectares.

O Quilombo de Fojo situa-se numa área geográfica de relevância ambiental e encontra-se em meio ao bioma mata atlântica, compreendendo limítrofes com fragmentos de mata em condições de clímax, ou seja, com espécies de árvores com idade superior a 100 anos, tendo muitas delas, alta densidade de madeira e de alto valor de mercado, como o “jequitibá”.

A comunidade é cercada por fazendas de cacau e de criação bovina, o que gerou muitos impactos ambientais, como devastação de espécies arbóreas. Fato comprovado pelas espécies pioneiras que crescem em abundância, mostrando que a área está em estado de regeneração.

A “cabruca”, que é um tipo de cultivo em que se usa árvores nativas para sombreamento do cacau, sem dúvida foi a maior responsável pelos fragmentos preservados de mata ainda existente. A relação dos moradores do Fojo com os recursos naturais é uma relação mais voltada para a subsistência, já que existe muita área e recurso natural, mas pouco aproveitada para o comércio.

Quanto ao perfil dos moradores do quilombo de Fojo, tanto homens como mulheres dedicam-se a atividades sociais e produtivas ligadas aos modos de vida de seus antepassados, trabalhando na agricultura, na criação de animais de pequeno e médio porte e na pesca no Rio de Contas.

A economia da comunidade é baseada na pequena agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno e médio porte e apenas um dos moradores, tem sua economia baseada na pecuária, mas pouco expressiva. A agricultura envolve culturas para consumo e venda. São cultivos de cacau, banana, feijão, pimenta, abóbora e cupuaçu, além da mandioca, com a finalidade da fabricação da farinha e dendê para fabricação de azeite, como também, a produção de hortaliças com pequenas hortas; criação de pequenos animais, principalmente,

aves domésticas. A produção excedente é comercializada em feiras livres em Itacaré e no distrito de Taboquinhas.

No que se refere à relação homem/mulher natureza, algumas práticas agrícolas equivocadas foram constatadas. Ao que tudo indica, o conhecimento dos moradores do Fojo sobre a agricultura ainda é muito pouco, como foram constatadas nas condições das plantações que demonstram a fragilidade das técnicas empregadas ou a falta de recurso para implementações de ferramentas mais adequadas pela comunidade, denunciando a ausência de assistência técnica especializada e a falta de conhecimentos por parte dos produtores de técnicas básicas de produção.

As lavouras de cacau apresentam baixa produção de frutos e a fitossanidade das plantas muito comprometida, apresentando algumas das principais doenças do cacauzeiro, como vassoura-de-bruxa e podridão parda, conforme as observações *in loco* e conversas com os sujeitos, e, ao que tudo indica, pelo abandono e/ou desconhecimento por parte dos moradores que se dedicam a agricultura. Do mesmo modo, o plantio desordenado de algumas árvores frutíferas é denotado, inclusive, algumas morrendo por falta de manejo. Percebe-se, também, o mal-uso do solo para a agricultura, entre outras. A criação de animais também se mostra ausente de cuidados para um avanço e ganhos financeiros, enfim, para a sustentabilidade na comunidade.

A logística para escoar a produção é complexa, devido à falta de pontes para ligar as áreas ocupadas e garantir o transporte para levar os produtos excedentes para as feiras livres nos centros urbanos mais próximos.

Além disso, o recurso ambiental como os fragmentos de floresta, o belo Rio de Contas que corta a comunidade não são explorados para o turismo local ou para qualquer outra atividade que possa possibilitar renda para a comunidade.

Ao que tudo indica, os problemas acima citados são resultados de ausência do Estado e pela não organização conjuntural da comunidade como um todo. Foi visto em algumas falas que “estão cansados de reunião e encontros”. O apoio técnico e o financeiro são insuficientes para a manutenção de serviços na comunidade e, não permitem a geração de renda em meio ao convívio ambientalmente equilibrado na busca de um desenvolvimento sustentável.

Portanto, torna-se evidente a necessidade de implementar ações que contribuam para mudar a realidade da comunidade, como por exemplo, promover a implantação de sistemas Agroflorestais (diversificação de culturas); o acompanhamento técnico para orientação dos agricultores na lavoura e na gestão da associação em busca de projetos que ajudem a comunidade; criar condições que permitam o ecoturismo rural; a criação de áreas do coletivo

como um modelo para as áreas individuais; a capacitação e planejamento dos gestores da associação; a capacitação de recursos de origem Estadual e Federal para melhoria de vida das famílias; parcerias com os grandes e médios hotéis para escoamento da produção da comunidade.

Há também, a necessidade de os membros da Comunidade de Fojo conhecerem as políticas públicas garantidas pela legislação brasileira, voltadas para as comunidades remanescentes de quilombo, visando a tomada de consciência sobre direitos e as vias de acesso aos mesmos.

Contudo, além da preocupação com o desenvolvimento da comunidade, observada por meio de conversas informais com os idosos de Fojo, estes também se preocupam com a manutenção do espaço geográfico por eles conquistados por meio de lutas e reivindicações pelo reconhecimento do Território denominado Fojo, caracterizado pelas manifestações de “poder”, no qual compartilham uma cultura comum, entre os mais velhos e os mais novos.

A existência da Educação Escolar Quilombola se mostra necessária para o fortalecimento da comunidade. Tendo como referência valores culturais, sociais, históricos e econômicos da comunidade, a escola deve se constituir como um espaço de diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Deverá instrumentalizar a comunidade sobre a garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das comunidades quilombolas. Entretanto, mesmo existindo 07 (sete) comunidades quilombolas no município de Itacaré, a Educação Escolar Quilombola ainda não foi implantada nas escolas destas comunidades.

Tratando, especificamente, da relação mulher-natureza na Comunidade de Fojo, ao que tudo indica, é uma relação igual a de mulheres que vivem em qualquer outra comunidade rural. É uma relação de uso e não de preocupação ecológica. Uma relação sem grande responsabilidade, como foi possível constatar *in loco* e em conversas informais.

O dia a dia das mulheres quilombolas do Fojo e o papel que essas mulheres desempenham na comunidade, demonstram que as desigualdades sociais impostas por séculos não foram extintas, muito pelo contrário, ainda existem e, além disso, o comportamento e visão patriarcal e de submissão de gênero que atingem as mulheres, ainda estão presentes na relação mulher-homem. Scott (1989, p. 5) lembra que quando falamos em gênero, estamos falando de “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Na comunidade do Fojo, as relações desiguais entre homens e mulheres demonstram que às mulheres têm designadas posições, papel e modos de cuidar dos filhos e do marido, cuidar da família, “trazer harmonia e paz para o lar”, cuidar da casa, ser dona de casa e, portanto, apenas cabe a elas a área pertencente ao privado – a casa, além de alguns serviços na roça e a frequência e participação na igreja evangélica Assembleia de Deus.

A chegada da igreja na comunidade é uma condição para a manutenção da paz, da harmonia, da tranquilidade, da família, da não violência e proporcionou também, mudanças profundas nas características do quilombo. As tradições, a cultura, os rituais de origem africana que fazem parte do cotidiano da maioria dos quilombos, deram lugar aos cultos evangélicos. Como a maioria dos moradores da Comunidade de Fojo são membros da Igreja Assembleia de Deus, não há mais cultos e oferendas aos orixás, mas sim, o louvor ao Senhor Jesus. Essa mudança nas características do quilombo foi muito benéfica para a comunidade como foi salientado anteriormente.

Vale ressaltar, que as comunidades quilombolas vivem num outro contexto da sociedade brasileira que lhes permite escolher e definir os seus caminhos, e não devemos menosprezar as mudanças que transformaram os quilombos. Não nos cabe desejar que estas comunidades ainda permaneçam sob os dogmas da tradição dos escravos que viviam oprimidos e submissos. Visão combatida por Bhabba (2003, p. 21) que afirma “o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição” e conclui que “esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a “tradição recebida””.

Desta forma, a formação e existência do quilombo resulta da visão de cultura, de homem e de lugar, considerando as relações que se estabelecem, nesse processo, mediante vários discursos e percursos, que podem se configurar de ordem histórica, social ou cultural.

Este estudo pretende contribuir para a criação de novos espaços de discussão sobre o papel da mulher nas comunidades quilombolas, e em especial, sua relação com a natureza, corroborando para a contribuição ao campo científico, em geral e, em particular, as Comunidades Remanescentes Quilombo.

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz e CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 17 n. 2, p. 83-105, jul./dez. 2012.

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult. [online]**. 2006, vol.58, n.4, pp. 40-41. Disponível em <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n4/a20v58n4.pdf>> Acesso ago. 2015.

ALVARENGA, Elda; SARLO, Rossiene. Pedagogia da terra e desenvolvimento sustentável: arranjos possíveis. **Gestão Contemporânea**, vol. 1, nº 1, 2011.

ANDRADE, Manuel Correa de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS, Milton (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1993, p 213-220.

ARRUDA, Ângela M. S. **Uma contribuição às novas sensibilidades com relação ao meio ambiente**: representações sociais de grupos ecologistas e ecofeministas cariocas. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutorado sobre gênero e meio ambiente. Rio de Janeiro, março de 1997.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Lei n. 12.910 de 12 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>. Acesso em julho de 2015.

_____. Decreto 12.354, de 25 de agosto de 2010. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em julho de 2015.

BARBIERI, José Carlos, et al. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, abr./jun. 2010, p. 146-154.

BHABBHA, Hommi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte. UFMG, 2003.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONETTI, Alinne; QUERINO, Ana Carolina. Dossiê Retrato das desigualdades de gênero e raça. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009. p. 847-850.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. 2015. Disponível em <
<http://www.spm.gov.br/>> Acesso ago. 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 28 de maio de 2003**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9890.htm. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 4.883 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4883.htm. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria n° 98 da Fundação Cultural Palmares de 26 de novembro de 2007**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede de Desenvolvimento Humano - REDEH. **Quilombos: espaço de resistência de homens e mulheres negros**. Rio de Janeiro: SchumaSchumaker, 2005.

BRASIL. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Normativa n.57 do INCRA de 20 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis12.pdf>. Acesso em julho de 2015.

BRASIL. BRASÍLIA. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR; Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema Nações Unidas do Brasil. A participação das mulheres negras nos espaços de poder. **Relatório “A Sub-representação das mulheres negras brasileiras nos espaços formais de poder – um retrato das desigualdades de gênero e raça nas instituições públicas”**. Brasília, 2010. Disponível em: www.portaldainigualdade.gov.br/.../a-participacao-das-mulheres-negras-no. Acesso em: 12 de julho de 2015.

Relatório de Atividades 2004. Disponível em: http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/relatorio_2004.pdf/view
Acesso em: 12 de julho de 2015.

BRASÍLIA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. IPEA [et al]. 4.ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf. Acesso em 2 de julho de 2015.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, março de 2005.

CAVALCANTE, Maria Zelinalva Lima. Trabalho Quilombolas – Antropologia. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/5001638/trabalho-quilombolas---antropologia>. Acesso em janeiro de 2016.

CERQUEIRA, Daniel R. C. e MOURA, Rodrigo Leandro de. Vidas Perdidas e Racismo no Brasil. **Nota Técnica**. n. 10. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília, novembro de 2013.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 – ISSN – 1807-698X. Disponível em: <http://www.assistentesocial.com.br>. 28/07/2014.

CORRAL, Thais (co-diretora) ONG REDEH —Rede de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro, março de 1997 apud CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez, março de 2005.

COSTA, João Paulo Alves; PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Trabalho e organização social: a atuação de mulheres remanescentes de quilombolas de São José de Icatu, no**

município de Mocajuba/Pará. II Congresso Internacional de História UEPG – UNICENTRO, 2015.

DEL PIORE, Mary. **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DEMO, Pedro. Pesquisa Social. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008. Disponível em: http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Demo-Pesquisa_Social.pdf. Acesso em agosto de 2015.

Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

Dicionário Web. Disponível em: <http://www.dicionarioweb.com.br/fojo/> Acesso em 04 de agosto de 2015.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=g%EAnero>. Acesso em agosto de 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp. 100-122. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07.pdf>> Acesso ago. 2015.

ETHOS. O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

FERNANDES, R. S.; SOUZA, V. J.; PELISSARI, V. B.; FERNANDES, S. T. Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental. In: **II Encontro da ANPPAS**, 2004, Campinas, São Paulo. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/roosevelt_fernandes.pdf Acesso em 28/07/2014.

FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade Ferreira. Relações de gênero e sexualidade: considerações históricas e sociais. **Estudos IAT**, Salvador, v.1, n.1, p. 122-145, abr. 2010.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte.** Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP

2006. Disponível em:

http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developmento.pdf. Acesso em junho de 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal, São Paulo: José Olímpio, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, RJ: Editora Peirópolis, 2000. (Série Brasil Cidadão)

Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável. Los Andes, Venezuela, Repositório Institucional de la Universidad de Los Andes. Rede de Biblioteca virtual da CLACSO. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/items-by-author?author=Gadotti%2C+Moacir>. Acesso em: 29 de março de 2015.

Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2001.

A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (Coleção Milton Santos 1.).

GALLOIS, Dominique Tilkin. **Cultura “indígena” e sustentabilidade: alguns desafios**. Tellus, ano 5 n. 8/9 p.29-36 abr./out. Campo Grande: 2005.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GODINHO, Tereza Martins. **O lugar da mulher no quilombo Kalunga**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais/Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo – SP, 2008.

Traços da Violência Praticada Por Mulheres Brancas Contra Mulheres Negras no Período Escravocrata, em Fazendas No Estado De Goiás. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / Fundação Ford. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/T/Tereza_Martins_Godinho_18.pdf. Acesso em agosto de 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOES, E. F.; NASCIMENTO, E. R. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de

Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out/dez 2013. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n99/a04v37n99.pdf>> Acesso ago. 2015.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 384-390.

Educação Ambiental Cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, 118, p. 189 – 205 março/2003.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Dicionário Básico de Filosofia. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2008.

Jornal Grande Bahia. **Itacaré: Território Quilombola do Fojo tem relatório técnico publicado no DOU**. Disponível em:
<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2015/03/11>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica. Teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis-RJ: Ed Vozes: 1997

Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

KOCHERGIN, Claudia Nicolaeuna; PROIETTI, Fernando Augusto; CÉSAR, Cibele Comini. Comunidades quilombolas de Vitória da Conquista – Bahia: autoavaliação de saúde e fatores associados. **Caderno Saúde Pública** [online]. 2014, vol. 30, n.7, pp. 1487-1501.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. 13ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Cultura: um conceito antropológico. 15ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 9ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, José Igor de Renó. **A antropologia de Schneider: pequena introdução.** São Carlos, SP: Editora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2013.

MAGNAVITA, Andréa Costa. Invisibilidade pública: a história quilombola. **Padê: Est. em Filos., Raça, Gênero e Direitos Humanos, Brasília**, v. 1, n. 1, p. 17-33, jan./jun. 2010.

MARCONDES, Mariana Mazzine. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** (et al). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil.html>. Acesso em agosto de 2015.

MELLUCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Revista Lua Nova** [online], n. 17. CEDEC, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-64451989000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 23 de janeiro de 2014. p. 49-66.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. **Dimensões da sustentabilidade.** Revista das Faculdades Santa Cruz, v. 7, n. 2, julho/dezembro 2009. Disponível em: <http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>. Acesso em 28 de set, de 2014.

MONANGA, Kabenguele. **O Negro no Brasil de hoje.** São Paulo. Global, 2006.

MONTES, Maria Lúcia. **Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia.** In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.) **Raça e Diversidade.** São Paulo: EDUSP, 1996.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

NETTO, Laura Filomena Santos de Araújo. **Cultura, identidade e trabalho: inter-relação de conceitos**. Brasília, v. 53, n. 2, p. 213-222, abr.ljun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v53n2/v53n2a06.pdf>. Acesso: mai. 2015.

NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes. Identidade cultural e organização do espaço na microrregião geográfica de restinga seca – RS. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 18 (34): 63-76, jun. 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/9220-35292-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/9220-35292-1-PB%20(1).pdf). Acesso: mai. 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

OLIVEIRA, Dayane Aparecida Lacerda; OLIVEIRA, Juliene Aglio de. **Proteção social especial: o enfrentamento a violência contra a mulher**. s/d. Disponível em <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1968/2097>> Acesso: mai. 2015.

OLIVEIRA, Jucilene Belo de. **Comunidades Remanescentes De Quilombo Da Amazônia: O Uso Do Território**. VI Encontro Nacional da Anppas, 18 a 21 de setembro, Belém – PA, 2012. Disponível em < <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT18-976-853-20120630201707.pdf>> Acesso ago. 2015.

OLIVEIRA, Rosa Dalva Gonçalves de. **Educação ambiental: alternativa de sustentabilidade na área de proteção ambiental (APA) do Rio Curiaú**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

Organização Internacional do Trabalho. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011 1 v. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 28 de julho de 2015

PINSKY, Carla Bassanezi. **Nova História das mulheres no Brasil**. 1. Ed., 1º - São Paulo: Contexto, 2013.

Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 28/07/2014.

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT - Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 28 de julho de 2015.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIOETE, Fernando; BARRETO, André. **Território quilombola: uma Conquista cidadã**. Cartilha formação com jovens quilombolas. 2012. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/Cartilha-forma%C3%A7%C3%A3o-com-jovens-quilombola.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo (28), 14-39, dez/fev, 1995/96.

RODRIGUES, Mariana de Assunção e PASSADOR, Rafael Jr. **Etnoconhecimento: uma possibilidade de diálogo para o ensino**. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE, 4., 2010, Tangará da Serra. **Anais...** Tangará da Serra: UNEMAT, 2010. Disponível em: http://need.unemat.br/4_forum/artigos/mariana.pdf. Acesso em 28/07/2014

ROSA, Waldemir. Sexo e Cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2009, v.17, n.3, setembro-dezembro/2009. p. 889-899. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2009000300017> Acesso em: 22 de julho de 2015.

ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (Org.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. **Processos educativos na formação de uma identidade em comunidades remanescentes de quilombos**: Um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas-Ba. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do estado da Bahia, Salvador – Ba, 2005.

SANTOS, Angélica Pereira *et al.* Remanescentes Quilombolas: a comunidade da Rua da Palha. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Unit**. Aracaju, v. 1, nº 2, p. 187-196, mar. 2014.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2002.

SANTOS, Maria José dos. Mulheres quilombolas: Memória é acervo de nossa história. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SANTOS, Milton; SOUZA, M. A.A SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

O Espaço do Cidadão. Rio de Janeiro: Edusp, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, Rita de Cássia Maraschin da. Trabalho das Mulheres negras no Quilombo do Valongos/Tijucas-Santa Catarina. **Revista Identidade**, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2010.

SILVA, Tatiana Dias. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** (et al). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil.html>. Acesso em agosto de 2015.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Comunicação de resultado de pesquisa. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>

SORRENTINO, Marcos & TRAJBER, Raquel. **ONG ECOAR** — Instituto Ecoar para a Cidadania. São Paulo, março de 1997.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** (et al). Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil.html>. Acesso em agosto de 2015.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução Modesto FLORENZANO. Bauru: EDUSC, 1998.

TOURAINÉ, Alain. (1977), Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.

Poderemos viver juntos? iguais e diferentes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>> Acesso ago. 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciencias sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBALDINI, M. A. S. et al. **A importância do trabalho feminino para a manutenção da agricultura familiar nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG**. Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa do IGC/ UFMG, 2011.

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDESTE DA BAHIA

CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SOCIOAMBIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Mestrando: Maria Edinalva de Oliveira Carmo
Orientadora: D.Sc. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

ROTEIRO DE ENTREVISTA ÀS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE FOJO, ITACARÉ, BA

Este Roteiro de Entrevista tem como objetivo coletar dados sobre a relação mulher quilombola-natureza, observando as formas de interação e de integração entre os sujeitos da pesquisa (mulher que trabalham na agricultura, criação de animais e serviços domésticos, homens e moradores de Fojo) e o meio ambiente, o papel que desempenham na comunidade, dentre outras informações sobre o tema investigado. São dados coletados para a realização de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais, intitulada "A relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA.

1. Dados Pessoais

1.1. Idade:

1.1.1 () menos de 18 1.1.2 () de 19 a 24 anos 1.1.3 () de 25 a 30 anos 1.1.4 () 31 a 36 anos 1.1.5 () mais de 37 anos de idade.

1.2 Formação:

1.2.1 () Analfabeto 1.2.2. Ensino Fundamental 1.2.3 () Ensino Médio 1.2.4 () Ensino Superior 1.2.5 () outro.

Qual?

2. A Relação Mulher Quilombola-Comunidade de Fojo: território, territorialidade, tradição e modo de vida da população

2.1. Você mora nesta comunidade há quanto tempo.

2.1.1 () menos de 15 anos 2.1.2 () de 16 a 30 anos 2.1.3 () 31 a 45 anos 2.1.4 () 46 a 51 anos 2.1.5 () mais de 51 anos

2.2. Você gosta de morar aqui (na comunidade)? 2.2.1 sim () 2.2.2 não () 2.2.3 () muito pouco 2.2.4 () muito 2.2.5 () não tenho opinião

2.2.6 Por quê?

2.2.7 O que você mais gosta na Comunidade? _____

2.2.7.1 Por quê? _____

2.3. O que você acha da vida na comunidade de Fojo? 2.3.1 () boa 2.3.2 () muito boa 2.3.3 () mais ou menos 2.3.4 () não gosto 2.3.5 () não tenho opinião

2.3.6 Por quê? _____

2.4 Para você, como é a vida das pessoas aqui na comunidade de Fojo? 2.4.1 () boa 2.4.2 () muito boa 2.4.3 () mais ou menos 2.4.4 () não gosto 2.4.5 () não tenho opinião

2.4.6 Por quê? _____

2.5. O que você acha da relação entre homens e mulheres na comunidade?

2.5.1 () boa 2.5.2 () muito boa 2.5.3 () mais ou menos 2.5.4 () não gosto 2.5.5 () não tenho opinião

2.5.6 Por quê? _____

2.6. Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade? 2.6.1 sim () 3.6.2 não () 3.6.3 () muitas 3.6.4 () não lembro 3.6. () não tem opinião

2.6.6. O quê? _____

3. Relação Mulher Quilombola-Natureza: percepção ambiental, cidadania, sustentabilidade.

3.1. O que é a natureza para você/senhor (a)? _____

3.2 O que você acha da relação comunidade-natureza? 3.2.1() boa 3.2.2() muito boa 3.2.3() mais ou menos 3.2.4 () não gosto 3.2.5 () não tenho opinião
3.2.6 Por quê? _____

3.3 Você acha importante cuidar da natureza e do lugar (Comunidade de Fojo) onde você mora?

3.3.1 sim () 3.3.2 não () 3.3.3 () muito 3.3.4 () não lembro 3.3.5 () não tem opinião

Por quê? _____

3.4 As matas, os rios, os animais e as plantas têm algum sentido na sua vida? 3.4.1 sim () 3.4.2 não () 3.4.3 () muito 3.4.4 () muito pouco 3.4.5 () não tem opinião

3.4.6. Por quê? _____

3.4.7 Você percebe algum sentido das matas, do rio, dos animais e das plantas na vida da sua comunidade?

3.4.1 sim () 3.4.2 não () 3.4.3 () muito 3.4.4 () muito pouco 3.4.5 () não tem opinião

3.4.6. Por quê? _____

3.4.7. Fale um pouco sobre o que eles representam para você? _____

3.4.8. Você sabe dizer o que os rios, as matas, os animais, as plantas representam para a comunidade? _____

3.4.9. De que maneira você percebe/sente a natureza na sua vida? _____

3.4.10 De que maneira você percebe/sente a natureza na vida da Comunidade de Fojo? _____

4 Saberes/Conhecimentos Socioambientais na Comunidade

4.1. Você usa algum produto da natureza na sua vida (alimento, fazer remédios e/ou outras atividades)?

4.1.1 sim () 4.1.2 não () 4.1.3 () muitos. 4.1.4 () não lembro. 4.1.5 () não tem opinião

4.1.6 Se, quais são eles? _____

4.1.7 Para que você utiliza esses produtos? _____

4.1.8 Você acha importante usar esses produtos? _____

4.1.8.1 sim () 4.1.8.2 não () 4.1.8.3 () muito 4.1.8.4 () não lembro 4.1.8.5 () não tem opinião

Se, por quê? _____

4.1.9 O que você sabe sobre esses produtos que utiliza na sua comunidade? _____

4.1.10 De que modo, você aprendeu a utilizar esses produtos da natureza? _____

5. Formas de construção do conhecimento/saberes da mulher quilombola sobre a natureza na comunidade de Fojo.

5.1 Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza?

5.1.1 sim () 5.1.2 não () 5.1.3 () muito pouco 5.1.4 () muito 5.1.5 () não tenho opinião

5.6 Se, por quê? _____

5.7 De que modo a sua comunidade aprende os conhecimentos sobre a natureza? _____

5.7.1 Como são transmitidos os conhecimentos sobre a natureza e os seus recursos, na comunidade? _____

5.8 Quem ensina os conhecimentos/saberes na comunidade? _____

5.9 Na sua opinião, é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?

5.9.1 sim () 5.9.2 não () 5.9.3 () muito pouco 5.9.4 () muito 5.9.5 () não tenho opinião

5.9.6 Se, por quê? _____

6. O papel da mulher na Comunidade de Fojo

6.1 O que faz (papel) a mulher na comunidade? _____

6.1 Você gosta do seu trabalho na comunidade? _____

6.1.1 O que mais gosta de fazer na comunidade? _____

6.1.2 Por quê? _____

7. Você percebe alguma contribuição (ou não) da mulher na comunidade?

7.1 sim () 7.2 não () 7.3 () muito pouco 7.4 () muito 7.5 () não tenho opinião

7.6 Se, qual? _____
7.7 Por quê? _____

Muito obrigado!

ANEXO II



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
ENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SOCIOAMBIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Mestranda: Maria Edinalva de Oliveira Carmo
 Orientadora: D.Sc. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MORADORES DA COMUNIDADE DE FOJO, ITACARÉ, BA POR FAMÍLIA/NÚCLEO FAMILIAR

Este Formulário Fechado e Aberto tem como objetivo coletar dados sobre a população de moradores (crianças, jovens, adultos e idosos), para identificar suas características (gênero, idade, ocupação). São dados coletados para a realização de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais, intitulada "A relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré, BA.

1. Identificação da Família

1.1 Família() (numeração para identificar a família)

1.2 Quantas pessoas moram nesta casa? ()

1.3 Sobre Gênero:

1.3.1 A família é constituída de: 1.3.1.1 () mulheres 1.3.1.2 () homens

1.4. Há quanto tempo esta família pertence à Comunidade de Fojo?

1.4.1 () menos de 15 anos 1.4.2 () de 16 a 30 anos 1.4.3 () 31 a 45 anos 1.4.4 () 46 a 51 anos 1.4.5 () mais de 51 anos

1.5 Por que escolheu esta comunidade para morar?

1.5.1 () pertenceu a meus antepassados 1.5.2 () porque gosto de morar no campo 1.5.3 () casamento com morador deste lugar

1.5.4 () por convite de amigos deste lugar 1.5.5 () não tenho opinião

2 Dados Pessoais

2.1. Idade:

2.1.1 () menos de 14 2.1.2 () de 15 a 20 anos 2.1.3 () de 21 a 26 anos 2.1.4 () 27 a 32 anos 2.1.5 () mais de 32 anos de idade.

1.2. Sexo: 1.2.1 () Masculino 1.2.2 () Feminino

3 Dados sobre o Núcleo Familiar no Território de Fojo

3.1 Quantas famílias compõe este Núcleo Familiar no Território de Fojo 3.1.1 () famílias

3.2 Você gosta de pertencer a este Núcleo?

3.2.1 sim () 3.2.2 não () 3.2.3 () muito 3.2.4 () muito pouco 3.2.5 () não tem opinião

3.3 Há quanto tempo este Núcleo Familiar pertence a esta Comunidade?

2.1.1 () menos de 10 2.1.2 () de 11 a 21 anos 2.1.3 () de 22 a 32 anos 2.1.4 () 33 a 43 anos 2.1.5 () mais de 44 anos

4 Ocupação das mulheres no Núcleo Familiar

4.1 As mulheres deste Núcleo Familiar trabalham?

4.1.1 sim () 4.1.2 não () 4.1.3 () muito 4.1.4 () muito pouco 4.1.5 () não tem opinião

4.1.6 Se, onde trabalham as mulheres?

4.1.6.1 na roça () 4.1.6.2 serviços domésticos () 4.1.6.3 () na produção de farinha 4.1.6.4 () artesanato 4.1.6.5 () não tem opinião

4.1.6.6 outro () 4.1.6.7 Qual (is)? _____

ANEXO III



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
CENTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SOCIOAMBIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Mestrando: Maria Edinalva de Oliveira Carmo
Orientadora: D.Sc. Maria de Fátima de Andrade Ferreira

A relação mulher-natureza no território de FOJO, Itacaré - BA: um estudo sobre gênero e meio ambiente

ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO FOJO, ITACARÉ, BA

Este Roteiro de Entrevista tem como objetivo coletar dados sobre a relação mulher quilombola-natureza, observando as formas de interação e de integração entre os sujeitos da pesquisa (mulher que trabalham na agricultura, criação de animais e serviços domésticos, homens e moradores do FOJO) e o meio ambiente, o papel que desempenham na comunidade, dentre outras informações sobre o tema investigado. São dados coletados para a realização de uma pesquisa de Mestrado em Ciências Ambientais, intitulada "A relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescente do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA.

1. Dados Pessoais

1.1. Idade:

1.1.1 () menos de 18 1.1.2 () de 19 a 24 anos 1.1.3 () de 25 a 30 anos 1.1.4 () 31 a 36 anos 1.1.5 () mais de 37 anos de idade.

1.2. Sexo: 1.2.1 Masculino 1.2.2 () Feminino

1.3 Formação: 1.3.1 () Analfabeto 1.3.2. Ensino Fundamental 1.3.3 () Ensino Médio 1.3.4 () Ensino Superior

1.3.5 () outro.

Qual?

2. A Relação Homem Quilombola e Comunidade de Fojo: território, territorialidade, tradição e *modus vivendis* da população

2.1. Você mora nesta comunidade há quanto tempo.

2.1.1 () menos de 15 anos 2.1.2 () de 16 a 30 anos 2.1.3 () 31 a 45 anos 2.1.4 () 46 a 51 anos 2.1.5 () mais de 51 anos

2.2. Você gosta de morar aqui (na comunidade)? 2.2.1 sim () 2.2.2 não () 2.2.3 () muito pouco 2.2.4 () muito 2.2.5 () não tenho opinião

2.2.6 Por quê? _____

2.2.7 O que você mais gosta na Comunidade? _____

2.2.7.1 Por quê? _____

2.3. O que você acha da vida na comunidade de Fojo? 2.3.1 () boa 2.3.2 () muito boa 2.3.3 () mais ou menos 2.3.4 () não gosto 2.3.5 () não tenho opinião

2.3.6 Por quê? _____

2.4 Para você, como é a vida das pessoas aqui na comunidade de Fojo?

2.4.1 () boa 2.4.2 () muito boa 2.4.3 () mais ou menos 2.4.4 () não gosto 2.4.5 () não tenho opinião

2.4.6 Por quê? _____

2.5. O que você acha da relação entre homens e mulheres na comunidade?

2.5.1 () boa 2.5.2 () muito boa 2.5.3 () mais ou menos 2.5.4 () não gosto 2.5.5 () não tenho opinião

2.5.6 Por quê? _____

2.6. Existe alguma coisa que não lhe faz sentir bem na Comunidade? 2.6.1 sim () 3.6.2 não () 3.6.3 () muitas 3.6.4 () não lembro 3.6.5 () não tem opinião

2.6.6. O quê? _____

3. Relação Homens do Fojo - Natureza: percepção ambiental, cidadania, sustentabilidade.

3.1. O que é a natureza para você/senhor (a)? _____

3.2 O que você acha da relação comunidade-natureza? 3.2.1 () boa 3.2.2 () muito boa 3.2.3 () mais ou menos 3.2.4 () não gosto 3.2.5 () não tenho opinião

3.2.6 Por quê? _____

3.3 Você acha importante cuidar da natureza e do lugar (Comunidade de Fojo) onde você mora?

3.3.1 sim () 3.3.2 não () 3.3.3 () muito 3.3.4 () não lembro 3.3.5 () não tem opinião

Por quê? _____

3.4 As matas, os rios, os animais e as plantas têm algum sentido na sua vida?

3.4.1 sim () 3.4.2 não () 3.4.3 () muito 3.4.4 () muito pouco 3.4.5 () não tem opinião

3.4.6. Por quê? _____

3.4.7 Você percebe algum sentido das matas, do rio, dos animais e das plantas na vida da sua comunidade?

3.4.1 sim () 3.4.2 não () 3.4.3 () muito 3.4.4 () muito pouco 3.4.5 () não tem opinião

3.4.6. Por quê? _____

3.4.7. Fale um pouco sobre o que eles representam para você? _____

3.4.8. Você sabe dizer o que os rios, as matas, os animais, as plantas representam para a comunidade? _____

3.4.9. De que maneira você percebe/sente a natureza na sua vida? _____

3.4.10 De que maneira você percebe/sente a natureza na vida da Comunidade de Fojo? _____

4 Saberes/Conhecimentos Socioambientais dos Homens na Comunidade

4.1. Você usa algum produto da natureza na sua vida (alimento, fazer remédios e/ou outras atividades)?

4.1.1 sim () 4.1.2 não () 4.1.3 () muitos. 4.1.4 () não lembro. 4.1.5 () não tem opinião

4.1.6 Se, quais são eles? _____

4.1.7 Para que você utiliza esses produtos? _____

4.1.8 Você acha importante usar esses produtos? _____

4.1.8.1 sim () 4.1.8.2 não () 4.1.8.3 () muito 4.1.8.4 () não lembro. 4.1.8.5 () não tem opinião

Se, por quê? _____

4.1.9 O que você sabe sobre esses produtos que utiliza na sua comunidade? _____

4.1.10 De que modo, você aprendeu a utilizar esses produtos da natureza? _____

5. Formas de construção do conhecimento/saberes dos moradores de Fojo sobre a natureza na comunidade quilombola.

5.1 Você acha importante aprender os conhecimentos sobre a natureza?

5.1.1 sim () 5.1.2 não () 5.1.3 () muito pouco 5.1.4 () muito 5.1.5 () não tenho opinião

5.6 Se, por quê? _____

5.7 De que modo a sua comunidade aprende os conhecimentos sobre a natureza? _____

5.7.1 Como são transmitidos os conhecimentos sobre a natureza e os seus recursos na comunidade? _____

5.8 Quem ensina os conhecimentos/saberes na comunidade? _____

5.9 Na sua opinião, é importante ensinar aos mais jovens o conhecimento que os mais velhos adquiriram ao longo de suas experiências de vida?

5.9.1 sim () 5.9.2 não () 5.9.3 () muito pouco 5.9.4 () muito 5.9.5 () não tenho opinião

5.9.6 Se, por quê? _____

6. Percepção dos Homens sobre o papel e as contribuições da mulher na Comunidade de Fojo.

6.1 O que você sabe sobre o (papel) a mulher na comunidade de Fojo? _____

6.2 Você acha importante o trabalho das mulheres na comunidade? 6.2.1 sim () 6.2.2 não () 6.2.3 () muito pouco 6.2.4 () muito 6.2.5 () não tenho opinião

6.2.6 Por quê? _____

6.3 Falando da produção e trabalho na comunidade, utilizar de **1 a 10** para avaliar o trabalho da mulher e do homem na Comunidade.

6.3.1 () trabalho da mulher 6.3.2 () trabalho do homem 6.3.3 () Não tem opinião

6.3.3

Por

quê?

6.4 O que mais gosta de fazer na comunidade? _____

6.4.1 Por quê? _____

7. Você percebe alguma contribuição (ou não) da mulher na comunidade? 7.1 sim () 7.2 não () 7.3 () muito pouco 7.4 () muito 7.5 () não tenho opinião

7.6 Se, qual? _____

Por quê? _____

Muito obrigado!